NCICLOPÉDIA
DO
NTEGRALISMO

IV

DIVERSOS

ESTUDOS
E
EPOIMENTOS

ENCICLOPÉDIA DO INTEGRALISMO

IV

ESTUDOS E DEPOIMENTOS

O MANIFESTO DE RECIFE
A. B. COTRIN NETO
SAN TIAGO DANTAS
J. VENCESLAU JR.
PE. HELDER CÂMARA
ERNANI SILVA BRUNO
ARNÓBIO GRAÇA
MARTINS MOREIRA
ANTÔNIO GALOTTI
PEDRO LAFAYETTE

LIVRARIA CLÁSSICA BRASILEIRA
Rua 1.º de Março, 147 — 2.º andar
— RIO DE JANEIRO —

INTRODUÇAO DO PRESENTE VOLUME

Tendo o primeiro volume da Enciclopédia do Integralismo *sido dedicado por Plínio Salgado a um levantamento do Integralismo na vida brasileira; o segundo, a trabalhos de autores proeminentes que já faleceram; o terceiro, a autores da geração anterior ao Manifesto de Outubro de 1932, que se mantêm firmes na estacada do Ideal, êste volume, o quarto (1.º tomo), é dedicado a trabalhos de autores que, em 1932, quando abraçaram o Integralismo tinham visto, — e alguns sentido na própria carne —, a Revolução Constitucionalista de 1932, contando êles, nesse momento, entre vinte e trinta anos, de um modo geral.*

Um Helder Câmara, um Ernâni Silva Bruno, um San Tiago Dantas, um Martins Moreira, um Arnóbio Graça, um Antônio Galotti, um Cotrim Neto, um J. Vencesláu Júnior, todos nomes hoje largamente projetados no cenário público brasileiro, eram, no tempo em que surgiu o Movimento do Sigma, jovens que a êle se atiraram transformando o Brasil num imenso laboratório de pesquisas político-sociais.

Helder Câmara aqui comparece, num longo e penetrante ensaio, refutando um lutador que tinha abandonado as hostes da Ação Integralista Brasileira e que levantara calúnias sem conta contra Plínio Salgado e seu pensamento, deixando de uma vez para sempre

definido o Integralismo em face da Igreja Católica, somando-se, assim, o seu trabalho, aos de outros vultos do Catolicismo, que, como Lúcio José dos Santos, — sem citarmos aqui os ilustres prelados que saíram a campo na defesa do Pensamento do Sigma —, tudo fizeram para que nenhuma confusão restasse entre o ideário integralista e os fundamentos do Cristianismo.

Ernâni Silva Bruno, hoje talvez o mais sério pesquizador da formação da civilização paulistana (vejam-se os seus ensaios dominicais na Folha da Manhã, de S. Paulo), dentre os seus notáveis ensaios publicados n'A Offensiva, teve escolhido o que versa a questão da autoridade no Brasil, problema mais do que nunca vivo e causticante na problemática que algum dia traçará o roteiro de sobrevivência do Brasil como Nação consciente de seu destino no seio da comunidade internacional.

Cotrin Neto, com a justeza de sua terminologia e a profundeza com que sempre aborda todos os problemas que ataca, abre o presente volume determinando as "Bases do Pensamento Político Integralista", a quem remetemos o nosso leitor, na certeza de que é pràticamente inútil qualquer antecipação de seu trabalho. O mestre universitário está, aí, em seus grandes dias.

Em San Tiago Dantas temos definido o pensamento integralista no tocante ao Exército Brasileiro, posição esta que, até o presente momento, não sofreu uma vírgula de menos quanto a explanação apresentada. O hoje grande mestre de Direito e exegeta da formação bur-

guesa da atual sociedade brasileira, responde, no seu trabalho, ao quesito do que pensamos e do que queremos do Exército Nacional na sua função de pilastra insubstituível no edifício do Estado.

Poucas as páginas que dedicamos a J. Vencesláu Jr., mas suficientes para confirmar o que pensamos signifique a "Revolução Integralista": "Revolução Integralista é a peleja pela substituição do regime de mentira que se chama liberal-democrático, pelo regime de verdade, que se denomina integralista".

Arnóbio Graça, hoje mestre na escola de Direito do Recife, autor de obras sôbre Economia Política, esclarece o significado, no pensamento integralista, do "Govêrno Forte". Páginas que não poderiam faltar na Enciclopédia do Integralismo, *porque, mais do que ontem, hoje se adaptam ao nosso tempo, quando as crises assoberbam as nações do orbe, de modo insofismável demonstrando a falência do regime caduco que, embora mancando e cheio de muletas, sobrevive, em espasmos, no nosso século.*

Martins Moreira completa o pensamento anterior, demonstrando que, no Brasil, pela primeira vez, se realizou — na plenitude da palavra — a democracia, pela Ação Integralista Brasileira, quando indicou, por plebiscito nacional, o nome de Plínio Salgado como candidato a Presidente da República, em 1938. Leiam-no os jovens, hoje seus discípulos nas cadeiras universitárias, e releiam-no os mais idosos para arejar o pensamento cheio de teias de aranha...

Quantos dêstes, que figuram no presente volume, hoje continuam ao lado de Plínio Salgado, é coisa que a organização desta Enciclopédia não toma conhecimento. O nosso empenho é levantar um Monumento ao Integralismo, que possa ser compulsado pelas gerações vindouras. E o que está aí, em letra de fôrma, não é patrimônio individual dos seus autores, é um patrimônio do Movimento Integralista. Desligaram-se do Ideal, e com isto o que demonstraram? Mudança de direção individual. Mas o Ideal permanece, está vivo e sendo afirmado, com um presente sujeito a tôdas as interpretações possíveis, pois que atravessa uma fase histórica difícil. A nova geração, porém, tem o direito de procurar conhecer o que foi o passado do Movimento Integralista: necessita consultar, cotejar o Ontem com o Hoje, — visando um Amanhã diferente dos dois, sem, entretanto, romper com o que foi e o que é. A nova geração quer ser, — ainda. Para isto, necessita das fontes, e é aí que encontrará o certo e o errado, o confuso e o cristalino, a verdade e a falsificação da verdade. O ponto de partida estará, então, firmado. E as novas perspectivas já poderão ser traçadas, — por jovens do Brasil de 1958, para a construção de uma Pátria que objetive a comunidade internacional do Futuro...

Isto, em suma, o que desejavam Otto Guerra, Andrade Lima Filho, Américo de Oliveira Costa, João Roma, Alvaro Lins, José Carlos Dias da Silva, que subscreveram o Manifesto do Recife, uma resposta da juventude universitária recifense ao brado do planalto

"O Renascimento do Estado", é o fascinante tema escolhido pelo então já consumado mestre Antônio Galotti, com que foi iniciada a série promovida pelo Departamento Nacional de Doutrina da A.I.B., no seu intuito de formar uma elite dirigente para o País.

Com Pedro Lafayette fechamos o primeiro tomo dedicado aos que tinham vinte ou trinta anos quando surgiu o Integralismo. Jornalista e historiador consumado, o biógrafo de Saldanha da Gama e de Lafayette Rodrigues Pereira responde, nestas páginas cheias de verdades indiscutíveis, a um dos discípulos prediletos de Alceu Amoroso Lima as aleivosias e deturpações a que é submetido o pensamento integralista. São páginas, as de Pedro Lafayette, que apresentam também uma atualidade chocante, pois que as mesmas coisas, que ontem se dizia contra o Integralismo, hoje são repetidas sem a menor dose de pudor, como se não tivessem se passado duas dezenas de anos, durante os quais os adeptos do Movimento Integralista, — professôres universitários, sacerdotes, estudantes de tôdas as categorias, membros da classe conservadora, elementos das fôrças armadas, — além de líderes políticos das mais diversas categorias, que não comungam com o Ideal prègado por Plínio Salgado, já não tivessem argumentado de sobejo provando a má fé e o desejo de confundir dos que nos atacam com as armas próprias dos indignos.

* * *

de Piratininga, página com que abrimos o terceiro volume da Enciclopédia do Integralismo.

Cada geração tem o dever de responder a um apêlo.

A nova geração, a de 1958, quer levantar esta Enciclopédia. *E nela estará, também, o seu Manifesto.*

GUMERCINDO R. DOREA

Rio de Janeiro, Junho de 1958.

O MANIFESTO DE RECIFE

QUANDO o Chefe Nacional Plínio Salgado lançou o Manifesto de Outubro, acordando a Nação com a sua grande voz nacionalista, a mocidade pernambucana foi a primeira a ajuntar à mocidade de São Paulo o seu pensamento político.

É assim que, apenas um mês depois da divulgação do Manifesto de Outubro, um grupo de acadêmicos da tradicional Faculdade da capital pernambucana, lançava também o Manifesto de Recife, apoiando o movimento irrompido nas terras bandeirantes.

Graças à gentileza do nosso prezado companheiro José Carlos Dias, da 5.ª Secção do Estado Maior Nacional da Milícia, podemos hoje publicar êste documento, que é uma página da História do Integralismo.

O Manifesto de Recife foi divulgado pela primeira vez pelo Diário de Pernambuco, *no dia 24 de novembro de* 1932.

(Nota introdutória da revista Anauê, janeiro de 1935)

AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA

MANIFESTO DO NÚCLEO DA FACULDADE DE DIREITO DE RECIFE

"Se desceu uma noite sôbre o Brasil, porque os homens que tinham a responsabilidade de seus destinos não souberam evitá-la, procuremos arrancar da Raça e da Terra a nossa luz. Para que não sejamos iluminados por um sol estrangeiro".

Plínio Salgado

O MOMENTO

Nunca uma geração brasileira teve tantas responsabilidades como esta, que já tem por mais de uma vez escutado o tamborilar trágico das metralhadoras. Mas, talvez como nunca uma geração esteja tão capaz de desempenhar a sua vocação histórica. Pois nada como o sangue, o sofrimento para retemperar o homem. Despertar energias cabeceantes. Transformar a vida social. Renová-la. Além disso ela não pode mais ter certas ilusões que envenenaram as gerações passadas. Não tem mais o direito de aspirar a cocaina liberal, salvo se quizer andar em atrazo com a própria vida. Não tem, por outro lado, o direito de embebedar-se com o ópio comunista. Com a utopia do internacionalismo. Ninguém nega o dever da colaboração entre as na-

ções tôdas, realizando não já o fim nacional, limitado, porém o fim humano, mais amplo, da solidariedade social. Universalismo. O internacionalismo russo, "parecendo apenas um devaneio de sonhadores que desejam "salvar" a humanidade, nada mais é que um imperativo categórico da sua precária situação de produtores". País sem autarquia, isto é, sem independência econômica, a Rússia, para viver, precisa colocar "fóra da Rússia" seus cereais. São observações do professor Everardo Backeuser.

O Brasil subordinado a Moscou, dali recebendo os seus capitães-móres e governadores gerais, — eis a que pretendem reduzí-lo os comunistas. Desejo que pode ser o da finança judáica internacional, que pode ser o dos inimigos da nacionalidade, mas lamentável, mas inconcebível num rapaz brasileiro. Além disso, nem a burguezia, podre e cética, nem o comunismo, bárbaro e grosseiramente materialista, são capazes de ressoar o estado de espírito da nossa geração. De responder ao insopitável movimento de renovação espiritual, que se processa em nosso país, sobretudo na mocidade. A mocidade desassombrada, que não quer compromissos com os imediatistas, os céticos, os descrentes. Daí o anseio incontido de revisão de valores. De aprofundamento espiritual. E essas energias íntimas transbordam, naturalmente repercutindo na vida externa.

Nasceu por tudo isso um maior interêsse pela vida nacional. Um amor à terra mais intenso, mais

profundo, agora embebida novamente no sangue de irmãos. Ninguém quer seja vão tamanho sacrifício!

E a mocidade levanta-se. Ergue-se cheia de entusiasmo, de confiança. Desperta com vontade de vencer. Mas igualmente sem romantismos. Sem ilusões, serena. Ciente de tôdas as falhas de nossa índole, de nossas instituições. Mas, também, de tôdas as nossas virtudes. De tôdas as grandes necessidades do país. De tôdas as suas possibilidades. Segura da imensidade de sua tarefa... De que a luta contra o espírito reacionário será incessante. Contra tôdas as correntes desfribadoras da nacionalidade. Contra o capitalismo. Contra o comunismo. Contra o ceticismo, o sibaritismo, a descrença. E êsse Movimento Integralista, partindo justamente de onde devia partir — de São Paulo intrépido das bandeiras — vem objetivar tôdas as profundas aspirações da mocidade brasileira. Desejo de realização. Nacionalismo sadio. Espiritualismo tradicional. Fóra de sentimentalismos românticos.

E é preciso que o Integralismo triunfe no Brasil inteiro. Que não seja um fogo de palha. Que parta de todos os cantos do Brasil. E que interesse o estudante, o político, o agricultor, o operário, tôdas as classes.

A mocidade nordestina de modo algum poderia ficar indiferente. E muito menos alunos da Facul-

dade de Direito do Recife. Esta escola, que certa vez ouviu proclamar a morte da metafísica, precisa tornar-se uma célula vivíssima dêsse grande movimento de renovação política, social e espiritual.

QUE É O INTEGRALISMO

Batemo-nos pelo Estado Integralista. Que tem a verdadeira noção do homem, sêr composto com "vida orgânica inserida na ordem do determinismo econômico, — mas uma vida racional que a deve dominar por natureza, levando-a a uma vida espiritual que é independente de todo determinismo material" (Tristão de Atahyde). O Estado que respeita e se informa de todos os componentes da sociedade civil; o grupo biológico (família), o grupo profissional (corporação), o grupo político (município), o grupo espiritual (igreja). Que sintoniza tôdas essas manifestações de vida, realizando o seu fim. Incumbência do direito, que objetiva (porque mais particularizado e utilizando coação) os princípios morais reguladores da ação humana. Queremos a reabilitação do princípio de autoridade. Que esta se respeite e faça respeitar-se. Defendemos a família, instituição fundamental cujos direitos mais sagrados são prescritos pela burguezia e pelo comunismo. Pregamos a humanização da economia. Não se trata de nenhuma frase de efeito. O momento não comporta literatura. É a verdade. Pois

a economia capitalista ou socialista, preocupadas com a "mass production" não levam em conta o fundamento real, vivo da economia — as necessidades humanas. Reconhecemos a dupla função, indivíduo social, da propriedade e do capital. Com tôdas as conseqüências lógicas. A reabilitação da política. Uma política nacional informada de tôdas as realidades econômicas, sociais, espirituais. Que coloque o Brasil à altura de sua missão na América. Pelo globo todo. Somos pela representação profissional. Contra os partidos políticos. Instáveis. Inexpressivos. Fraccionadores.

"A representação de classes é uma necessidade imperiosa no Brasil. Ela consulta a índole do povo brasileiro de constituir-se em partido único. É uma ilusão dizer-se que o nosso país pode organizar mais de um partido de caráter nacional. O que se pode organizar no Brasil são partidos estaduais, se continuarmos a viver a vida de permanente desagregação da república federativa" (Plínio Salgado).

Opomo-nos ao voto universal; quanto mais êle ganha em extensão, menos real, menos consciente se torna. Necessidade, portanto, da eleição indireta. E justamente o que há de mais real, de mais orgânico entre nós, é o profundo municipalismo de nossa vida política. E êle nunca foi ouvido!

O município no Brasil "tem limites históricos e naturais, é essencialmente grupo político expon-

tâneo, descendente dos patriarcas rurais" (Santiago Dantas).

Proclamamos que a religião é o elemento central de tôda existência. Que a solução de todos os problemas econômicos, pedagógicos, políticos, depende da concepção geral da vida. Os velhos políticos rirão sem dúvida dos nossos propósitos. Os comodistas recusar-se-ão a colaborar conosco. Que se fiquem. Mas êsse movimento de mocidade já é hoje incoercível. Porque é a profunda verdade nacional, a própria realidade mundial. São fôrças post-revolucionárias, fôrças jovens, cheias de fé, nacionalistas no bom sentido, humanas.

E não querem mais fazer alto.

O COMITÊ:

(ass.) Otto Guerra,
Andrade Lima Filho
Américo de Oliveira Costa
João Roma
Alvaro Lins
José Carlos Dias da Silva

A. B. COTRIN NETO

BASES DO PENSAMENTO POLÍTICO INTEGRALISTA

"MUITAS pessoas costumam dizer que a doutrina integralista exclui a doutrina democrática. Para bem apreciar essa objeção, devemos ver, antes de tudo, o que é democracia.

— Democracia é uma infinidade de coisas, em seu sentido filosófico e em seu sentido prático. Fundamentalmente é o regime da delegação ou da representação dos poderes.

Ora, a doutrina integralista pode não aceitar que a delegação ou a representação dos poderes promane de certas fontes. Em substância, porém, admite-a, é exato com formas novas e originais mas nem por isso é menos democrático o pensamento que a inspira, desde que busca a sua fôrça no consenso coletivo."

(Costa Rego — red. chefe do "Correio da Manhã" — **apud Idade Nova**, de 17-2-1949).

SIGNIFICAÇÃO DO INTEGRALISMO

Uma das mais empolgantes páginas da literatura universal, em qualquer tempo escrita, é, por sem dúvida, a descrição que Virgílio faz, na **Eneida**,

da fuga empreendida por Enéas entre as ruinas de Troia arremetida.

Nas estrofes e versos do Canto II de seu poema épico, o inspirador de Dante vazou, com uma beleza sem par, o drama do epígono que carregava sôbre os ombros o velho pai Anchises, quem, — por sua vez — levava os sagrados objetos e os penates, pela mão conduzia ao filho Juno, e, atrás de si dirigia a esposa Creusa e as coortes de sua grei.

Varando por entre as chamas de seu palácio, percorrendo as ruas que o inimigo ainda não ocupara, ultrapassando uma passagem da muralha destruida, cumprindo determinação de seus deuses Enéas larga, deixa a pátria, e vai, — "chorando os campos onde Troia fôra".

A êsse episódio que figura na interpretação histórica como o início de um novo ciclo cultural, e o surgimento da Era Grega, o nosso Bilac deu como símbolo do êxodo de um herói nacional que abandona o velhão chão dominado para preservar, algures, religião, pátria e família, que carregava consigo.

Não é mistér ter alma poética para alcançar o sentido do drama que o sublime Virgílio eternizaria em sua obra. Basta sentir-se na alma, na mais anestesiada das almas, um resquício de amor à trilogia de Enéas resguardada, para que se o compreenda e se compreenda a dor daqueles homens que,

de 1932 a 1937, lançaram à apreciação dos povos do Brasil o seu grito de alerta para a salvaguarda da Pátria ameaçada.

O que foi a ressonância dêsse brado, o seu éco a percutir nos quadrantes morais da nação, melhor do que nós dizem-no os mártires que fecundaram a terra dêstes Brasis com seu sangue a coar-se por entre as malhas de suas camisas côr da esperança.

A ignorância de muitos, a oprobiosa malícia de uns poucos, poucos mas poderosos no momento, fizeram com que êsse movimento grandioso padecesse o colapso de um decênio, ao qual só o imenso ardor cívico de um grupo pôde salvaguardar — como o herói troiano aos seus cultos, varando o fogo devastador da calúnia e a noite escura de uma ditadura feroz, atravessando as barreiras de uma época, a fim de entregá-lo à geração dos mais novos de hoje, para que o transformem no fanal que, amanhã, apontará ao Brasil o caminho de sua felicidade e de sua glória.

Nos dias fluentes, quando podemos falar à nação sem as peias com que por tantos anos a ditadura açaimou nossa palavra, impõe-se o esclarecimento definitivo da opinião brasileira. Todavia, da tribuna da Câmara do Distrito Federal, já o vereador Jayme Ferreira da Silva pôs têrmo às calúnias de sentido predominantemente político lançados contra os antigos militantes da A.I.B. atualmente em maioria integrados no P.R.P.

Só me resta agora, para liqüidar de uma vez por tôdas com a mistificação, a carocha sobreposta à nossa face moral, abordar doutrinàriamente o tema integralista. Contudo, ainda aqui, deverei me ater, simplesmente, a alguns pontos essenciais de nossa doutrina.

O Integralismo é uma filosofia, é uma norma de ação prática, e inspira um movimento político. Sôbre êle foram escritos dezenas de volumes focando-o em todos os aspectos de modo que, com os meus parcos dotes intelectuais, não me sobrariam muitas fôrças para abordá-lo plenamente.

Acredito, ainda assim, que, com os ensinamentos que procurei haurir de meu grande mestre Plínio Salgado não me será difícil pulverizar as infundadas deturpações e as contrafações dos "falstaff" e dos perversos.

Quero demonstrar apenas — e o farei seguro e irrefutàvelmente, mau grado meu, — que o Integralismo é um movimento autenticamente democrático, e que os seus lineamentos mesmo quando objetivando — num esquema ideal — a instauração de um Estado Integral e de um regime corporativo, são intrìnsecamente coerentes com os princípios do cristianismo social.

NÓS E A DEMOCRACIA

Em discurso pronunciado recentemente da tribuna do Senado, conspícuo "pai da Pátria" teve

oportunidade de exclamar, contrabatendo aquêles em que via os inimigos do regime democrático, que os males da "democracia" moderna resultaram, sobretudo, da adjetivação agregada ao substantivo.

Evidentemente não podemos — nós os que preconizamos a democracia "orgânica" e os que defendem uma "nacional" democracia ou uma democracia "social" — aceitar essa crítica.

Sem dúvida o vocábulo democracia tem "base", um sentido, mas apenas um sentido histórico: é o govêrno do povo. — Na Grécia clássica êle exprimia o sistema político pela qual os cidadãos debatiam em Àgora os seus problemas, nela preparavam suas leis e em comícios realizados no seu recinto, escolhiam os dirigentes da nação.

Do ponto de vista moderno a palavra democracia se tornou um dêsses têrmos ditos "análogos", que se estendem a seres ou sujeitos parcialmente idênticos e parcialmente diferentes.

Realmente, embora sem pretendermos endossar o pessimismo de Ortega y Gasset, para quem, "democracia" é um nome que não faz senão ocultar a realidade política que intenta denominar (**Triptico**, pág. 56), não podemos ignorar que o melhor sentido do vocábulo deverá ser ainda aquêle que o liberal Stuart Mill apresentou nestes têrmos: "A idéia racional da democracia não está em que o povo mesmo governe, mas que tenha a segurança de um bom govêrno" (apud Ruy, **Cartas da Inglaterra**, ed.

Saraiva, 1923, página 364). — E não se diga ser totalitária ou "fascista" êste conceito, porque Mill, segundo palavras do insuspeito Ruy Barbosa, foi — "afinal, o maior pensador político do nosso tempo, o autor dos melhores livros modernos sôbre a democracia e a liberdade, sábio sempre temperado nas suas opiniões das quais se disse que nunca incorreram no absurdo" (ob. cit., pág. 303).

Fóra disso, o vocábulo "democracia", — têrmo análogo quase — equívoco... — passou a figurar na terminologia política ou constitucional moderna como sinônimo de "república" (cf. Karl Schmidt, in **Teoria de la Constitución**, trad. hesp. de Ayala, pág. 260).

Doutro modo não pensam os constitucionalistas americanos, os quais, — ao enfrentar a hermenêutica que êles chamam na técnica publicística de "construction", do art. IV, Sec. 4, da Constituição Federal ("The United State shall guarantee to every State in this Union e republican form of government...") — atropelam a definição de "república" com a de "democracia" e vice versa (cfr. Westel Woodburg Willoughmy, **The Constitucional Law of the United States**, ed. 1910, de Baker, Voorhis & Co., pág. 152; Cooley in **Principles of Constitucional Law**, capítulo XI; Woodburn in **The American Republic**, págs. 92/3), o que bem se explica porque o próprio conceito de "república" também tem sido empregado nas discussões políticas com extrema

variabilidade, embora, no entender de Ruy Barbosa, êle exprima o govêrno "em que todos os poderes procedam direta ou indiretamente do povo, e cujos administradores não gozam senão de poder temporário a arbítrio do povo ou em quanto bem se portarem" (in **A Constituição e os Atos Inconstitucionais**, 2.ª ed., pág. 68).

Quem se der ao estudo dos movimentos políticos que têm agitado o mundo, particularmente o mundo ocidental, desde os arroubos libertários do Enciclopedismo e da Revolução Francêsa, até hoje, encontrará, sempre na raiz de todos êles, os ideais de "democracia" em contubérnio íntimo com os de "república" e "liberdade", ideais imprecisos, justificadores de todos os crimes, mas que sempre encontram lastro místico para exaltação da alma dos povos.

O Brasil, nação ocidental, não poderia, certamente, fugir ao entusiasmo dessas legendas simbióticas. Mercê dêsses sentimentos, Tiradentes e seus companheiros pagaram com árduos sacrifícios a jornada da Inconfidência: os republicanos nordestinos de 1817 e de 1824 foram vítimas dessa mística, e, como ela, se fêz em 1889 a república brasileira que redundaria, afinal, naquêle espetáculo que Alberto Tôrres apostrofou acerbamente ao chamá-la de "federação de caudilhagem".

Foi nesse clima de frustração e — porque não dizer-se? — de fraude política, que Plínio Salgado

encontrou a Pátria de 1930, e foi interpretando a angústia de sua geração que êle apresentou ao Brasil aquêle Manifesto de 7 de Outubro de 1932, que passará à história como **O Manifesto Integralista**.

A finalidade precípua dêsse movimento surgido em 1932, e que hoje continúa, era a de romper, na vida política destas cercanias do século XX, com aquilo a que Afonso Celso apelidou (segundo documenta Vicente Licínio Cardoso, em **A margem da História do Brasil** pág. 175) de "pouco asseio moral e mental dos partidos sem ideais". Plínio Salgado, e nós que o seguimos, sempre nos sentimos contristados e temerosos dos destinos da nação, quando deparamos na sua vida social fátua de um sentimento democrático irrealista, sistemàticamente vertido num democratismo oratório e bisantino. — E contristados e temerosos observamos quão atuais são, ainda hoje, as observações verberadoras que Alberto Torres já exclamava há quase 40 anos: "Por todo o planeta os povos conscientes e criteriosos estão sentindo que precisam concentrar e robustecer o máximo vigor de sua energia, todo o valor de seu sangue, com o poder varonil da sua fôrça nervosa, ativa, resistente, ofensiva, se tanto fôr mister, para enfrentar e vencer o império das competições, que surge e se emaranha por tôdas as regiões da Terra; e, em meio dessa luta, que terá por árbitro a prontidão das iniciativas, a verticalidade incor-

ruptível dos caracteres, os que nos dirigem preferem dar-nos uma plácida posição de esmagados, a moleza da afeminação, a postura horizontal das hospitalidades condescendentes" (**O Probl. Nac. Bras.**, página 254).

A democracia brasileira não pode ser um torneio floral nem uma ostentação burlesca de palavras e de fórmulas alheias à realidade pungente de nossa época quando de dentro dos nossos lares já enxergamos os fogos dos bivaques inimigos, com tanto realismo simbolizados na infiltração comunista observada na intimidade da vida nacional.

A "épica lei do ideal" que conduz o homem a sobranceiros destinos é, igualmente, o que preserva a soberania de um povo e o arremete ao respeito, à perpetuidade e glorificação históricas.

É óbvio que nas sociedades contemporâneas não se pode imputar exclusivamente aos governantes os fatos da vida e os mais discricionários do govêrno. Êles são, muito mais — e a lição é agora de um grande sociólogo contemporâneo (Mac Iver) — o resultado de um fenômeno social de ceticismo e de decadência do meio ambiente.

Todavia, se assim é, com efeito, não devemos esquecer que os líderes de um povo, como agentes do fato histórico, podem interferir com seu idealismo, sua fé e seu exemplo no sentido de compensar a inconveniente contribuição deletéria do meio,

possìvelmente poluido pela nociva ação de líderes anteriores.

Ademais, se o caráter e a razão de um povo só se formam com o conhecimento que êle tenha de seus interêsses espirituais e materiais, cabe aos líderes revelar-lhe êsses interêsses e os problemas correlatos, incutindo-lhe, ao mesmo tempo, a consciência da parte que a êle compete, como povo, tomar nas cargas da coletividade pelo govêrno representadas no Estado organizado.

Sendo uma realidade inelutável — acentuou há quarenta anos, em **Moral das Idéias-Fôrças**, Alfred Foillée, — que a consciência contém a sociabilidade como categoria essencial do pensamento, nós entendemos que um regime pretendente da estabilidade não se pode acomodar com a política liberal individualista, egoista e amoral, na qual o povo fica situado numa disponibilidade e alheamento conhestros. — Isso pode ser tudo, menos "democracia".

O sistema liberal dêsse democratismo agnoscente que tem vivido em crises permanentes e vive "morrendo de melhoras", — segundo uma expressão de Kant — é que tem levado ao esquerdismo não menos letífero, desde que, por sua vez, conduz os povos à revolução, e da revolução às ditaduras supressoras de tôda liberdade. — Logo, o liberalismo é o pior inimigo da liberdade, é bem "êsse fatal

sistema" que parte de uma falsa concepção de liberdade para, lògicamente, sufocá-la, segundo o depoimento severo e autorizado do Pontífice Pio IX.

Foi da compreensão dessas realidades, do entendimento de que "as liberdades individuais e as liberdades políticas (sem as quais não há dignidade humana) só podem ser mantidas por um sistema em que impera a ordem, a disciplina, a hierarquia dos valores morais e intelectuais, e, imprescindìvelmente, a defesa dos princípios doutrinários em que a liberdade humana se baseia" (Plínio Salgado, in "Profeta dos Tempos Modernos"), que o Integralismo apareceu, consigo trazendo um conceito próprio de Estado democrático, orgânicamente democrático.

O ESTADO INTEGRAL

Na sua declaração 10.ª, o Manifesto de 1932 proclamou: "Pretendemos realizar o Estado Integralista, livre de todo e qualquer princípio de divisão".

"Pretendemos fazer funcionar os poderes clássicos (Executivo, Legislativo e Jurídico), segundo os impositivos da Nação Organizada, com assento nas suas Classes Produtoras, no Município e na Família... Pretendemos tomar como base o homem de nossa terra na sua realidade histórica, geográ-

fica, econômica, na sua índole, no seu caráter, nas suas aspirações, estudando-o profundamente conforme a ciência e a moral".

Com êsse e outros pensamentos complementares, estavam lançadas as bases de um conceito novo de Estado ao qual a obra posterior de Plínio Salgado, **Psicologia da Revolução,** escrita em 1933, daria os contornos definitivos.

Para o Integralismo o conceito de Estado é um conceito "revolucionário" que, além de envolver o encadeamento dos fatos políticos, os imperativos materiais, as etapas da revolução biológica, as contingências do desenvolvimento econômico, incorpora as energias intelectuais e morais: mas êsse conceito de Estado e de Revolução é de sentido necessàriamente ético.

Para o Integralismo o Estado será o centro das aspirações, de harmonia, de equilíbrio; sua finalidade, a realização da justiça social; sua missão, a de interferente de centro de colaboração, de estímulo, de subordinação de fôrças esparsas a um condicionado nacional.

O Estado da concepção integralista rejeita o liberalismo democrático porque êste passa a construir uma negação de si mesmo, pela hipertrofia oligárquica e domínio dos mais fortes; rejeita os esquemas ideocráticos de qualquer natureza, porque êles se baseiam em exclusivismo e em pontos de vista unilaterais. — O Estado Integral vê a Na-

ção como um trecho da humanidade por cuja felicidade na justiça, cujo aperfeiçoamento nos progressos culturais, cujo bem estar oriundo do desenvolvimento técnico, cujos objetivos espirituais decorrentes dos impositivos da essência humana, êle deve constantemente velar.

Enfim, o Estado Integral é o Estado que se renova, porque para ser Integral — êle deverá abranger necessàriamente os movimentos da sociedade e não apenas as formas: movimentos espontâneos da sociedade (de Evolução) e movimentos causados pela interferência do espírito (de Revolução).

O Estado Integral exprime a Idéia-Fôrça e as Idéias-Fatos, que são dois planos interdependentes mas relacionados cada qual com movimentos próprios tendendo ambos para a harmonia dos contrários.

Na concepção integralista o Estado é dinâmico porque dinâmica é a Sociedade e dinâmico é o Homem.

Evidentemente quando nos referimos a essa concepção dinâmica do Estado não nos subordinamos à tese marxista, desde que esta, apesar de se proclamar dinâmica — é necessàriamente estática: o marxismo concebe uma forma definitiva de Estado, baseado numa economia definitiva e visionando uma sociedade definitiva, onde predomina um tipo definitivo de vida. A concepção marxista, destarte, é a negação do pensamento revolucionário.

Nós proclamamos, assim, em contraposição ao liberalismo estático e ao marxismo, que só aceita a evolução histórica, o sentido de permanência da Revolução no Estado.

Por conseguinte o Estado Integral é aquêle que se afirma como legítimo expoente de uma nação politicamente organizada com a persistência dos valores imutáveis segundo a contingência dos valores transeuntes.

Esta é a doutrina do Integralismo que òbviamente se opõe às concepções liberais e marxistas do Estado.

Os avatares do extremismo liberalista, como os do bolchevistas, pretenderam, não obstante, ver nessa doutrina, cristã por excelência, uma paródia do ideário fascista.

Não queremos desbaratar mais energias com a réplica a tal infâmia: ela já foi pulverizada em nossos debates desde 1945, até hoje realizados nos palanques dos comícios, nas tribunas dos teatros e dos parlamentos, na imprensa e no rádio. Todavia, havendo nós mencionado as expressões da obra basilar que exprime o pensamento do criador do Integralismo, nunca é demais transcrever excertos da obra basilar do criador do Fascismo.

Escreveu Mussolini em **La dotrina del Fascismo** ("Questo Saggio su la Dotrina del Fascismo constituisce la base fundamentale e cintetica di qualumque studio storico e teoretico su l'esseza e gli

suiluppi del pensiero e della prassi fascista"; foi escrita em 1932 — antes portanto da citada obra de Plínio Salgado, e se encontra no volume VIII de **Scritti e Discorsi di Benito Mussolini — edizione definitiva)**: "Il fascismo riafferma lo Stato come la realitá vera e dell individuo nello Stato. Giacche, por il facismo é per la libertá. É per la sola libertá che possa essete una cosa seria, la libertá dello Stato e dell'indivíduo nello Stato. Giacché, por il fascista, tutto é pello Stato e nulla di umano o spirituale esiste e tanto meno ha valore fuiori dello Stato. In tal senso il fascismo é totalitario e lo Stato fascista, sintesi e unitá di ogni valore, interpreta sviluppa a potenzia tutta la vita del popolo".

Notemos bem êsse destaque do pensamento do finado Duce Fascista — "... para o fascista tudo reside no Estado, e nada de humano ou espiritual existe, ou sequer tem valor fóra do Estado". E vejamos êsse destaque da obra de Plínio Salgado — "... o Homem é centro de movimentos. A sociedade só pode funcionar sem angústias tendo os direitos como centro o Homem" (ob. cit. pág. 26). O fascista proclama: "nada fora do Estado"; o integralista redargue, um ano depois, — "nada fora do Homem". O fascista apregoa: "a Nação é criada pelo Estado" (ob. cit. de Mussolini pág. 72); o integralista replica: "o Estado é a Nação. É o ordenamento jurídico das fôrças nacionais" (ob. cit., de Plínio Salgado, pág. 61).

Nada mais inconciliável portanto, do que os conceitos Fascista e Integralista do Estado.

Menos inconciliável não é, porém, o conceito integralista com o da corrente liberal, por óbvios motivos. Senão, vejamos.

ESTADO LIBERAL, ESTADO TOTALITÁRIO E ESTADO INTEGRAL

O regime liberal é a nihilação do próprio Estado e foi, no século passado, levado a tão extremadas conseqüências que chegou à negação até da democracia.

Em sua obra célebre de 1876 — **Questiones Constitucionelles** — Laboulay, pontífice do liberalismo e professor de legislação comparada do Colégio de França, tornar-se-ia o pregoeiro desta nihilação liberal quando lançou a famigerada tese do Estado limitado pela liberdade, escrevendo que "o progresso da liberdade é simplesmente uma redução sucessiva do govêrno" (**Questions**, ed. 1872, página 378).

No Brasil, êsse gênio perdido nas faldas de um extremismo liberalista de importação, Ruy Barbosa, pretendendo seguir o padrão "yankee", desenvolvendo a tese de que "os americanos sempre se distinguiram por um profundo apêgo à liberdade individual e uma desconfiança universal contra todo o poder fôsse qual fôsse" — tese que para êle se

tornaria como todos os supostos princípios constitucionais americanos "nossa lâmpada de segurança", — escreveu êsses pensamentos que a nosso ver constituem uma das mais expressivas manifestações do paradoxal conúbio do liberalismo com a democracia. "É o transunto prático a realização política dêsse ideal das democracias limitadas pela liberdade do número limitado pela lei, do indivíduo escudado contra a multidão das minorias protegidas contra as maiorias, que preocupa todos os conservadores, desde Burke até Noailles, todos os liberais, desde Hamilton até Stuart Mill, todos os pensadores, desde Voltaire até Scherer, e que, em nossos tempos, a sociologia acaba de assimilar aos seus princípios fundamentais, consolidado nas palavras de Spencer: "Numa nação popularmente governada o govêrno é simplesmente uma junta de administração. Mera comissão de gerentes, claro está que não possui nenhuma autoridade intrínseca a si mesmo. A conclusão inevitável é que uma autoridade se reduz à que lhe conferiram os que o nomeam encerrando-se precisamente nas raias que êstes lhe puseram..." (in **The Man versus the State**. 8.ª ed., 1885, págs. 106-7, apud. **A Constituição e os Atos Inconstitucionais**, 2.ª ed., páginas 37-38).

Essa cegueira liberal a que se pretendeu conferir visos de forma de govêrno, sendo ela a própria negação do govêrno, o levantamento do indivíduo

contra a coletividade, o govêrno e o Estado, teve, infelizmente, final consagrado entre nós com a Carta de 1891.

Foi contra ela, também, que se ergueu o Integralismo. com o seu pregão do Estado Forte.

Num meio pouco lúcido dominado por líderes pouco afeitos aos estudos políticos mais sérios, não faltou quem visse nesse pregão as eivas de um pensamento totalitário. De tal forma se ergueram tais críticas que Plínio Salgado se viu compelido a repelí-las em artigo que, sob o título "Estado Totalitário e Estado Integral", publicou no diário **A Ofensiva**, de 1 de novembro de 1936: "O Estado Forte — escreveu então o Chefe Nacional de A I B — não é Estado Totalitário. O Estado Forte é aquêle cuja autoridade moral se fortalece pelo respeito que vota à intangibilidade da "pessoa humana" e de tôdas as suas expressões grupais ou sociais. O Estado Totalitário seria o Estado Arbitrário. O Estado Integral é o Estado de Direito, o Estado Mediador, o Estado Ético, conforme um princípio espiritualista e cristão. O Estado Integral é o único Estado Forte justamente porque não é arbitrário, nem absorvente, nem anulador de legítimas liberdades".

E, noutro trecho, desenvolvia mais amplamente seu pensamento estabelecendo o confronto do ideário integralista com o dos corifeus do pensamento liberalista: "Hobbes é um materialista ao passo que nós somos espiritualistas. A conclusão a que Hob-

bes chegava era a de que o homem não presta, é inclinado aos vícios e à maldade, e, por conseguinte, a sociedade tinha de ser governada com pulso de ferro, por um Estado absorvente de tôdas as liberdades impondo uma disciplina pela fôrça. Êsse é o Estado "Leviathan", hipertrofiado e gigantesco. Ao contrário de Hobbes, um outro filósofo, Locke, também materialista, também naturalista, pensava que o homem é bom, que as leis, o arbítrio do Estado é que o tornam mau. Baseado no mesmo materialismo experimental de Hobbes, chegava Locke à conclusão de que cumpria dar máxima liberdade aos indivíduos, competindo ao Estado assegurar essa máxima liberdade. J. J. Rousseau foi da mesma opinião de Locke. O "homem natural" de Rosseau exprime todo o seu pensamento político. O curioso nisto tudo é que, partindo de um mesmo princípio (o naturalismo), Hobbes separa-se de Locke, porém ambos vão se encontrar nas últimas conseqüências do Estado Lieral, isto é, no comunismo bolchevista, no Estado Socialista, que destrói tôda a personalidade humana, os grupos naturais. Tanto Hobbes como Locke e Rosseau são "unilaterais". O primeiro considera o Estado e pretende fortalecê-lo contra o Indivíduo. O segundo considera o Indivíduo e pretende armá-lo contra o Estado. — Nós, Integralistas, consideramos a autoridade

do Estado como uma fôrça mantenedora do equilíbrio, a harmonia, dentro dos quais gravitarão interdependentes e sem choques os grupos naturais e a personalidade humana. A "autoridade do Estado" para nós, Integralistas, não é "superior" nem "inferior" aos outros "valores" sociais e nacionais (Família, Corporação e Município, Cultura, Economia e Religião). Trata-se de um "valor" diferente, de um elemento de natureza diversa, que entra na composição das harmonias sociais e humanas. Mantendo integrais cada uma dessas expressões humanas, o Estado Integral também a si próprio se mantem íntegro. Êle não entrará nos domínios próprios de cada uma dessas expressões humanas (Família, Corporação e Município: Cultura, Economia ou Religião) mas também não permitirá que qualquer delas pretenda absorvê-lo. Por isso êle reinvindica para si tôdas as prerrogativas que lhe foram arrancadas e que lhe são inerentes mas nem por isso êle fere os legítimos direitos de cada um dos fatores humanos construtivos do conjunto nacional".

Desta forma se esclarece à sociedade que, conquanto anti-liberal, anti-totalitário, —depois de ser precìpuamente anti-fascista — o Estado Integral era sobretudo o Estado Forte, o único, o autêntico Estado Forte.

ESPÍRITO DO CORPORATIVISMO INTEGRALISTA

Já demonstramos, à luz da doutrina, o caráter democrático do Integralismo e igualmente, o extremado antagonismo entre êsse movimento e o Fascismo Italiano.

Não obstante a evidência dêsses fatos, correu mundo a alegação de ser o Integralismo um movimento totalitário, conseqüentemente anti-democrático, a qual se fundamentava na circunstância de preconizar êsse movimento o sufrágio nos quadros corporativos, em vez do velho sufrágio universal.

Ora, ainda nesse ponto a identificação do Integralismo com o Fascismo não procede de modo nenhum: o Fascismo realizou um tipo de "corporativismo híbrido", entrozando-o com os interêsses do Partido Único e colocando-o a serviço dos interêsses totalitários, corporativismo êsse que absolutamente não poderá ser confundido com o esquema integralista segundo Plínio Salgado já deixara expresso em sua **Psicologia da Revolução** (pág. 52). O esquema integralista era muito outro: em primeiro lugar êle repudiava o Partido Único; em segundo, êle era expressão — "Cada brasileiro se inscreverá em sua classe. Essas classes elegem cada uma de per si seus representantes" — realizando assim aquêle ideal de Maritain, de autênticas fontes cristãs sociais da "democracia personalista com sufrágio e

participação pessoal ativa de todos os interessados na base". Na democracia corporativa que o Integralismo planejou efetuava-se a conciliação do sufrágio com o ideal aristocrático da inteligência ou da experiência, adotado aquilo a que Madariaga (**Anarquia y Jerarquia**, pág. 274) chamou "a redução do mal da elegibilidade de incompetentes pondo o voto corporativo à mão de todo produtor, manual técnico-administrativo ou proprietário", "de êste modo, concedendo el suffragio con arregalo a merito y capacidad introduciendo en ésto como en los demás terrenos la idéia de jerarquia esqueleto de todo estado moderno".

Pretender a identificação de todos os movimentos corporativos com o Fascismo, corresponde a demonstrar — ao lado de estarrecedora ignorância sociológica — absoluta falta de cultura histórica, ao mesmo tempo que a lançar uma injúria na face do pensamento cristão.

Quem tiver rudimentares conhecimentos de história de instituições políticas saberá que desde a mais remota antiguidade vêm germinando as sementes das instituições corporativas que fulgurariam nos quadros administrativos da Idade Média, a idade aurea do cristianismo e de renascimento da cultura do Ocidente. E nessa data talvez nem existissem as sementes da árvore genealógica de Mussolini...

Outro tanto, para quem não padecer de absoluta ignorância em sociologia, é de corriqueira ciência que mesmo os sorelianos e os sociologistas-puros como Durkheim se constituiram em apóstolos do sistema corporativo.

De fato, nem os próprios sorelianos, maugrado sua paixão anti-estatista, regatearam seu estímulo ao ideal corporativista, e isso na época em que o próprio liberalismo não mergulhara ainda no opróbrio doutrinário, entre o crepúsculo do século XIX e o raiar do século XX: considerando que não é pelo apoderamento das atribuições do Estado, com sua recomposição e ampliação, que o proletariado poderá efetivar o socialismo, dado ser impossível chegar-se aí mediante organização social estruturada sôbre base unitária e equalitária, proferia Enrico Leone — autorizado sindicalista italiano, — essa exclamação: "Daqui o pouco apreço que sempre têm dispensado — referia-se aos socialistas evolucionistas, aliados políticos dos partidos burguêzes — a atividade corporativista das organizações, de ofício, consideradas por êles como fenômeno espúrio e acidental da atual fase capitalista. É a experiência histórica que vai demonstrando aos poucos que as corporações são a base, a real estrutura econômica sôbre a qual se erigem as novas relações da vida social (**Il Sindicalismo** pág. 90).

E Durkheim, o imoral autor de **La Division du travail Social**, escrito em 1893, em prefácio de uma

das últimas edições dêsse alentado estudo sociológico dos grupos profissionais, teve oportunidade de elaborar um prefácio altamente panegirista do corporativismo: focalizando a existência das corporações nas fases mais priscas da civilização ocidental, êsse autor sustentou que "o que não permite ver nas corporações uma organização típica da Idade Média, conseqüentemente temporal, boa apenas para uma época e uma civilização determinada, é, ao mesmo tempo, sua remota antigüidade e a maneira como se desenvolveu na História". E concluiu: "a organização corporativa não é necessàriamente um anacronismo histórico". Noutro ponto de seu referido prefácio, condenando a falta de conveniente regulamentação ("anomia") da vida econômica moderna, especialmente no atinente às relações entre empregados e patrões, coetaneamente sujeitos a um sistema contratual mais assemelhado aos tratados de nações beligerantes que a um regime de solidariedade efetiva, Durkheim escreveu: "para que uma moral e um direito profissional possam ser estabelecidos nas diferentes profissões econômicas é mister que a corporação converta o que é agregado confuso e sem unidade, em um grupo definido, organizado; sintetizando melhor, que a corporação se converta em uma instituição pública".

No que concerne ao proselitismo doutrinário do corporativismo feito desde o século XIX pelos

mais genuinos inspiradores do pensamento cristão social protestante ou católico (Cf. nosso livro **Doutrina e Formação do Corporativismo**, escrito em 1937 e nosso ensaio **Fontes do Corporativismo Moderno**, págs. 726 de "Cadernos da Hora Presente", vol. 5; cfr. outrossim **Doctrina Social Católica**, de Alberto M. Artaio e Maximino Cuervo, Col. Labor), todos êles dentre os mais autorizados são indiscrepantemente corporativistas, sendo dígno de nota o entusiasmo manifestado em prol dessa idéia por êsse discutido Jacques Maritain, o homem que entendeu de harmonizar na sociedade contemporânea os ideais cristãos e socialistas. Em múltiplas de suas obras Maritain traçou como corporativo autoritário e pluralista, o lineamento da "Idade Nova"; segundo o mestre **Du regime temporal et de la liberté**, em pensamentos que aproveitamos de sumário elaborado por Amoroso Lima (**No Limiar da Idade Nova**, págs. 74-51) ela será Corporativa porque baseada, tanto econômica como polìticamente, em corpos orgânicos dirigidos por chefes responsáveis; "autoritária" ou "aristocrática", mas não formada por uma aristocracia de sangue e de dinheiro, e sim, por uma aristocracia nova, a do trabalho, nascido da ascenção contra a tendência unitária que desde o Renascimento vem hipertrofiando o Estado em prejuizo dos demais grupos sociais, como as famílias, os municípios, os sindicatos, as emprêzas econômicas, etc.

Mas o controvertido pai da "mão estendida" — e por isso mesmo insuspeito militante anti-fascista, mesmo na época do apogeu do Fascismo — não ficou por aí. Em obras recentes êle foi mais positivo na esquematização da Ordem Corporativa de seu preconceito: "A noção de corporação ou melhor, do corpo profissional, tal como foi apresentada pelo Papa Pio XI em cada de suas encíclicas, é sem dúvida por si mesma indene de conotações. Mas a própria palavra corporação está de tal modo deformada e corrompida — pelo uso que dela fizeram os Estados fascistas que a tornaram sinônima de órgão do Estado, ao serviço dos interêsses totalitários, — que é necessário substituí-la por outra palavra, por exemplo, a de "comunidade de Trabalho" ou de "grupo de profissão". E o que é essencial em todo o caso é compreender que qualquer organização da economia, concebida à luz de um princípio estrutural e cooperativo deve ser estabelecida de baixo para cima, segundo os princípios da democracia personalista com sufrágio e participação pessoal ativa de todos os interessados na base, e também deve emanar dêles e de suas uniões. (...)

A que corresponderá enfim o esbôço que acabamos de traçar de maneira aliás muito imperfeita — dos direitos da pessoa operária e dos direitos dos grupos e comunidades de que ela faz parte? Não será outra coisa senão a idéia de uma evolução democrática das condições do trabalho, não calcada

sôbre os métodos de conflito dialético e de irresponsabilidade paralizante de antes da guerra mas inspirada nas idéias diretrizes de uma democracia, orgânica e pluralista (**Les Droits de L'Homme et la Loi Naturel**, págs. 137-142, da trad. bras.).

Sustentar, destarte, a instauração do sistema corporativo é — não só preservar a democracia do melhor teor sociológico, mas sobretudo, estar em dia com as mais puras correntes do pensamento renovador contemporâneo.

E tal era o espírito do ideal corporativo do Integralismo, tanto mais realístico quanto já atendia àquilo que à grande sensibilidade sociólogica de Gurvitch mais tarde não escaparia: à necessidade de dar expressão política aos múltiplos grupos particulares que integram o macrocosmo social, cada um dos quais grupos constitui um microcosmo de formas de sociabilidade.

A POLÍTICA, O IDEAL E A FÉ

Uma das razões mais freqüentemente arguidas contra nós, por aquêles que se classificam nossos adversos, é o suposto fanatismo dos integralistas pela sua doutrina e pelas coisas do passado nacional.

Nós desejamos para o Brasil — sem dúvida, — uma política de aceleramento de nosso "desenvolvimento" social, aliada ao respeito das tradições éti-

cas de nosso passado histórico. Deixemos, porém, claro, que quando assim nos pronunciamos, não queremos — o que é habitual segundo a exato observação do professor Mac Iver, — "contrabandear a revolução sob capa de tradição". Se as comunidades são formadas de velhos e de novos em existência coetânea, ao contrário dos indivíduos que estão integrados num corpo que envelhece sujeito à roda orgânica terminante no final de um círculo, nós pretendemos uma política adequada aos sentimentos conservadores, e, ao mesmo tempo, consoante com os ideais do progresso da mocidade da Pátria.

Sendo democratas pelo respeito votado às mais lídimas expressões dos "interêsses últimos" dos cidadãos, não nos apegamos, todavia, ao fetichismo quasi reacionário de um democratismo inexprimível, samburá de pescadores eleitorais que nêle coloca, no mesmo tempo, as iscas e as linhas e os anzóis de suas pescarias muitas vêzes inconfessáveis.

Por que assim pensamos em nossa atuação política é que temos sido combatidos, embora jamais vencidos.

Plínio Salgado — nosso guia espiritual, a quem consideramos sem louvor, o maior dos brasileiros vivos, — já proclamou um dia: "O Homem tem de lutar contra o mundo objetivo. Tudo se rebela contra aquêle que quer criar uma ordem nova. Todos os preconceitos se levantam. Todo o passado se mo-

biliza. Tôda a tradição se insurge. Todos os medíocres conjuram para aniquilar aquêle que vai interferir na marcha normal dos fatos".

Não nos entibiamos, porém, com tudo o que significa propósito de estacamento ou de reação social.

Sabemos que as condições externos e internas de nossa incipiente civilização exigem o nosso sacrifício. Sabemos que as transformações das comunidades são operadas pelas atividades sadias dos homens (Mac Iver) e, outrossim, sabemos que o dinamismo das civilizações deriva de ação contrária a determinadas condições físicas ou humanas cristalizadas em padrões rígidos (Arnold Toynbee). Sabemos que é a "Idéia" que transmite a "Fôrça" ao fato histórico, econômico ou social, e que a Revolução objetiva só é possível depois de passar pelo caminho do subjetivo, condicionada à conciliação com o determinismo dêsses mesmos fatos (Plínio Salgado).

Por isso somos Integralistas, trazendo na bandeira de que somos vexilário — em nome de nossa geração — os ideais do inconformismo com o marasmo, com o ceticismo, com o amoralismo, que ameaça desvirilizar o brasileiro de nossos dias.

Há cêrca de 50 anos proclamava o grande analista dos **Fundamentos do Século XIX** (H. S.

Chamberlaim), não existir nada mais perigoso para o espírito humano do que ciência sem poesia e uma civilização sem cultura. Depois do acurado estudo interpretativo e filosófico que Toynbee fêz de 21 civilizações antigas e modernas nós podemos completar êsse pensamento de Chamberlain: nada mais perigoso para o espírito humano do que a ciência sem poesia, a civilização sem cultura e a política sem ideal e sem fé.

Se a política — antiga e sábia definição! — é a arte de governar os povos, desgraçado o povo governado por homens ou por elites dirigentes sem Ideal e sem Fé enérgicos. Não foi certamente alheio a essa circunstância que Júlio Navarro Monzó, num estudo de 1936 sôbre os **Misticismos Políticos**, escreveu que "uma nação no caminho declinante tem mêdo de atuar, ainda depois de raciocinar muito". Nós entendemos que sem o Ideal e a Fé, sublimados em u'a mística patriótica bastante determinada, nada conseguiremos em pról da nação: a história demonstra que o misticismo serve sempre a um Ideal Absoluto que tenda a se objetivar numa realidade concreta. — Nosso Ideal Absoluto é "Cristo e Nação"; sua concretização objetiva é a Grandeza do Brasil: o Integralismo é nossa mística.

Isso, contudo, não implica em que nos tornemos os "dogmatistas" do patriotismo jacobino, ufanistas, líricos ou xenófobos; tampouco sômos, òbviamente, os "ceticistas" do patriotismo, negado-

res sistemáticos da idéia de soberania jurídica ou espiritual da nação; internacionalistas da decadência ou bolchevistas conscientes. Nós nos afirmamos, ao contrário, os realistas ou criticistas do patriotismo, eis que concebemos a Pátria como um sentimento, todavia demonstrada na comunidade dos interêsses da coletividade, expressa nas aspirações de uma grande família histórica. — "O nacionalismo, — para nós, os Integralistas, — não é apenas o culto da Bandeira e o Hino Nacional: é a profunda consciência das nossas necessidades, do caráter, das aspirações da Pátria e do valor da Raça" (**Manifesto de Outubro** de 1932).

SÔMOS A CONSCIÊNCIA DA NACIONALIDADE

Já disse alguém que nós, os integralistas, sômos uns homens MARCADOS — marcados pelo nosso Idealismo; marcados pelo antagonismo com que nos honram os inimigos da civilização cristã; marcados pela firmeza com que encaramos o futuro da Pátria; marcados pela dureza dos sofrimentos padecidos.

Tudo isso que seria dura ou insuportável pena para qualquer fariseu da política demo-liberal, constitui para nós u'a indelével marca dignificadora, que nos transforma como que em remorso da nacionalidade.

Da mesma forma pela qual brada no íntimo da alma do homem pecador a voz do remorso, da consciência, — a voz redentora que aponta ao transviado o caminho para Deus! — nós erguemos intimoratos os nossos protestos contra os descaminhos por onde conduzem a Pátria. Da mesma forma pela qual o homem decaído no êrro procura afastar a companhia remordente de seu remorso, os inimigos do Brasil ou os indignos de seus filhos que agem como vendilhões de sua honra e soberania não perdem ocasião de tentar afastar-nos do convívio social da coletividade brasileira.

Quando o austero Hemerkem Kempis, lá do fundo do século XV, nos enviou a mensagem eternal de sua **Imitação de Cristo**, não se esqueceu de nos recomendar: "A quem está bem disposto e ordenado no seu interior, pouco se lhe dá os feitos famosos ou perversos dos homens".

A nós, Integralistas, pouco nos importa a glória vã do pragmatismo político nem os ouropeis dos cargos mal desempenhados; aprez-nos, ao nosso patriotismo enoemático, o árduo lidar a que nos devotamos.

Trabalhamos, amarguramos, sofremos, com o pensamento na sobrevivência da Pátria, que deve ser preservada através dos séculos, mesmo que para tanto se faça mistér o sacrifício de cousas necessàriamente transeuntes, em nossas vidas.

A voz da História, falando por nossos filhos, nossos netos e tôdas as gerações pósteras do Brasil, um dia abençoará o nosso sacrifício. E então, talvez os que hoje nos investem, sejam investidos pelo aguilhão inexorável do inequívoco veredicto histórico.

Porisso — e aqui eu conclúo com um pensamento guiador do Manifesto Integralista de 7 de Outubro de 1932 — marcharemos através do Futuro e nada haverá que nos detenha, porque marcham conosco a consciência da Pátria e a honra do Brasil.

(in **Idade Nova**, 19-1-1950)

SAN TIAGO DANTAS

O INTEGRALISMO E AS CLASSES ARMADAS

O problema das classes armadas no Brasil, que todos se esforçam por considerar um problema político, tira a sua principal gravidade de uma situação moral ainda incompreendida.

Pode-se dizer que êle se resume em discutir os direitos de opinião ativa dos militares em relação à vida pública. Alguns acham que êles devem se manter alheios à tôda manifestação partidária; pregam a sua volta, no instante atual, aos quarteis, onde realmente se encontra o sentido da sua missão na sociedade, e o campo onde se podem exprimir as suas virtudes públicas.

Outros pensam que é incompatível com a dignidade da disciplina militar, tôda obediência cega. Para êsses, o homem que corre os riscos principais da defesa da Pátria, não pode se discuidar, na Paz, dos seus destinos. A função militar decai de tôda grandeza, lembram êles, se a reduzimos a defender o bem e o mal, o govêrno da ordem e o da desordem, a boa política e a rapina de aventureiros.

São dois pontos de vista hoje irreconciliáveis, e que desde os tempos antiquissímos, — tal é a rapidez da história de hoje, — da revolução de outubro, vêm dividindo os líderes do pensamento militar. A primeira foi a opinião dos ministros da Guerra do extinto Govêrno Provisório; a segunda foi, a bem dizer, a ética do "tenentismo".

Êsse problema para cuja solução tem se voltado sempre, nos últimos tempos a opinião nacional, é um problema criado por circunstâncias históricas. É indispensável relembrá-las para resolvê-lo. De outro modo êle perdurará nos seus termos contraditórios.

Pois ninguém negará que exigir dos militares uma obediência cega, sem exame, é uma tese de mistificação democrática, das muitas que os homens, no poder, abraçam para defender as suas posições. Mas quem por outro lado vê nas classes armadas um conjunto de homens divididos entre os partidos, segundo disciplinas diferentes, fiéis às idéias que se conteriam, é negar-lhe a sua própria natureza funcional, é torná-los não o órgão da segurança, mas da insegurança pública, e de um certo modo, dada a sua condição de classe armada, é instituir o seu primado político transportando, do parlamento para êles, o litígio dos partidos aspirantes a governar.

Só as condições históricas que colocaram o problema, nos indicam as condições que o resolvem.

Será fácil verificar então, se as noções contraditórias, que temos sôbre a função política dos militares, encontram num plano superior da organização da sociedade a sua harmonia íntima estabelecida.

É porque, na sociedade democrática em que vivemos, falta uma estrutura histórica à vontade do Estado, que êsse problema, como muitos outros, se estabelece. O Estado não tem uma vontade permanente visando uma finalidade estável. Entre os atos de govêrno que êle realiza, não se constitui o vínculo de um pensamento. O Estado democrático é o administrador de casos concretos que se deparam no seu caminho, não diremos o Estado passivo, mas diremos sem dúvida o Estado reativo. Quem pensa no Estado italiano de hoje, no Estado russo, no Estado mexicano mesmo, no alemão, em todos os Estados que estão reformando para o bem ou para o mal as suas instituições, pensa numa orientação pública, que se executa num certo caminho, através das vicissitudes da administração. E mesmo não cuidando da "civilização em mudança", para usar a célebre expressão de Kilpatrick, se examinamos os povos conservadores como o inglês, quem não descobre através da sua oscilante administração um sentido histórico que permanece, que marca um rumo invisível no presente aos atos dos seus homens públicos? Mas se é no Estado brasileiro que pensamos, ou em outros numerosos, o govêrno não nos aparece senão como a sucessão de fatos e de atos

que a marcha natural dos acontecimentos foi manifestando e exigindo. Haverá alguém capaz de dizer o que diferenciou o govêrno Bernardes do govêrno Washington Luis? E haverá quem seja capaz de dizer o que os ligou? É que no Estado democrático realizado entre nós, um govêrno não sucede a outro como duas etapas de uma "vida", e sim como dois acontecimentos do mundo físico, que ocorrem um depois do outro.

Chama-se a isso a falta de uma "política", de um plano de construção nacional.

Ora, é essa falta que coloca o problema da fidelidade militar. Quando o Estado tem fins visíveis, quando o govêrno através dos seus atos busca a consecução de um plano geral, a fidelidade das classes armadas a êsse plano, a sua comunhão com o que bem se pode chamar, — "o ideal do Estado", exclui imediatamente das cogitações militares a participação nas variações efêmeras da opinião. O Exército e a Armada ligam então a sua disciplina a uma vontade permanente que transcende os partidos, as opiniões e as lutas de homens. O grande papel fixador das classes militares exerce a sua influência sôbre a vida política, formando o sub-solo das oscilações administrativas. E os homens de armas voltam aos quarteis não por se desinteressarem da vida pública, mas porque a sua existência profissional torna-se um meio de serví-la.

Essa é a união perfeita do govêrno com as classes armadas, que só numa forma superior de organização social se pode realizar. Então, tôdas as manifestações da vida coletiva sendo regidas por uma vontade uniforme de intensão, a economia subordinada a uma política econômica, a educação, a uma política educacional, a defesa nacional, a uma política militar, o trabalho social se "organiza", isto é, se discrimina, não se dando incursões de uma classe na esfera de outra, pois cada uma responde a um rumo, a um sentido prático, e a uma acepção do mesmo pensamento.

É essa a solução inequívoca do problema das classes armadas. Num Estado como o brasileiro de hoje, a que se há de prender a disciplina militar, se não há um plano nacional visível e superior às variações governamentais? Há de se prender, por fôrça, a essas variações, e temos o descalabro do tenentismo. Ou há de se prender a uma ficção jurídica, instrumento indiferente do bem e do mal, e temos a passividade e o aniquilamento da função militar.

Êsse problema, porém, está superado dentro da sociedade integralista. Não é meu propósito estudar aqui o que o Integralismo reserva particularmente ao Exército e à Armada na consecução do seu plano histórico. Quero mostrar que ordenando a vida nacional segundo um rítmo, enfeixando os atos do govêrno numa unidade que lhe é conferida

pela sua estrutura teórica, o Integralismo, ao mesmo tempo que dará à disciplina das fôrças armadas um conteúdo de incomparável dignidade, furtará o soldado à estreita e efêmera contenda das opiniões de govêrno. O soldado brasileiro, — como, por exemplo, o soldado alemão, — terá na política militar do regime a sua missão histórica, a que o predispõe a sua vocação profissional. Será um político, porque será executor de um pensamento recebido do sistema em que a vida nacional está conformada. Mas fará a política da sua classe, não a política dos homens de administração pública.

De modo que, fiel ao seu papel de mantenedor e de exemplo, — mantenedor da Pátria física, exemplo das virtudes nacionais perdidas pela vida civil, — o homem militar dentro da sociedade integralista encontrará a dignidade do seu papel e a eficiência da sua missão.

(in **A Offensiva**, 1-11-1934)

J. VENCESLÁU JÚNIOR

O QUE SIGNIFICA "REVOLUÇÃO INTEGRALISTA"

A palavra "revolução" é uma das mais desconceituadas no Brasil. Revolução para o povo brasileiro, já tão iludido e tão infeliz, significa assalto ao Poder Público; significa, apenas, substituição de políticos mal intencionados, no Govêrno da Nação; revolução, para a grande massa sofredora do país, significa exploração da boa fé do povo, significa luta entre os políticos profissionais, em benefício do grupo que ganhar e sem prejuizo para o grupo que perder; significa sacrifício da mocidade e dos homens de bem, em proveito de espertalhões e desonestos; significa substituição de um Govêrno mau, por um Govêrno péssimo; revolução, no Brasil, significa bandalheira, tapeação, negociata, imoralidade, rebaixamento do nível moral e cultural da Nação; significa heroismo inútil e significa uma formidável gargalhada, porque ninguém a levará mais a sério.

Mas, "Revolução Integralista" é coisa bem diferente, senão oposta. Revolução Integralista quer dizer revolução interior de cada pessoa, transformação do modo de pensar de cada um, firmeza de

atitudes, zêlo pelas questões públicas, amor à Pátria e à Família, fé em Deus.

Revolução Integralista não é uma simples revolução armada, resumida em tiros e em valentias — é uma revolução de almas e de corações, com o fim de engrandecer a Pátria e garantir a Família. Revolução Integralista é a luta no campo raso das idéias, pela pregação constante de uma Doutrina político-social que Plínio Salgado, o Chefe, organizou para salvar o Brasil; é a luta contra o materialismo e o ateismo. Revolução Integralista é a peleja pela substituição do regime de mentira que se chama liberal-democrático, pelo regime de verdade, que se denomina integralista. Revolução Integralista é o protesto contra os conchavos indecorosos, os imorais acôrdos políticos, as tramas e a anarquia. Revolução Integralista é a luta pela disciplina e pela ordem, de que tanto carece o Brasil; é o respeito à dignidade humana e à integridade da Família. Revolução Integralista é a rebeldia contra os maus brasileiros e contra os estrangeiros inimigos do Brasil; é a marcha gloriosa de um povo através do futuro, em busca de respeito público, de moralidade, de grandeza, para uma Pátria e felicidade para um Povo.

Revolução Integralista é, pura e simplesmente, revolução de idéias; é a transformação dos brasileiros sem fé, em crentes fervorosos; é o combate

aos irônicos e aos desiludidos; é a marcha de um Povo para a frente; é a pregação de uma doutrina magnífica, tendo por lema: "Deus, Pátria e Família".

Revolução Integralista é o combate violento ao comunismo e à politicagem. Revolução Integralista é a luta dos homens de bem — os camisas verdes — contra todos os maus brasileiros e todos os estrangeiros inimigos do Brasil.

Revolução Integralista é a luta sem tréguas, que transformará o Brasil em uma grande Nação, e o infeliz Povo Brasileiro no Povo mais próspero e feliz do mundo.

(de **O Integralismo ao alcance de todos**)

Pe. HELDER CÂMARA

O INTEGRALISMO EM FACE DO CATOLICISMO

MAIS uma vez surgem dúvidas sôbre heresias ou perigos de heresias na doutrina e prática integralistas.

Católicos, bem intencionados uns, mal intencionados outros, têm tentado jogar uma contra a outra, a cidade de Deus e a cidade da terra. Não apreende, ao que parece, que o nacionalismo orgânico das pátrias totalitárias é o sentido novo do século. Isto deveria bastar para que a Igreja, tomando sua posição providencial na caminhada humana, de logo se aprestasse a focalisar todos os belos valores positivos que a nova idéia contém, apenas repudiando os seus possíveis excessos, inevitáveis em criações do homem.

O que não se entende é o repúdio inicial, o combate apriorista e apaixonado máxime quando o ideal integralista destaca-se, no conjunto secular dos sistemas, pela dose elevada de dados construtores que encerra.

É tempo de os católicos entrarmos no verdadeiro espírito da Igreja manifesto no correr da história. Que todos os que se levantaram em pontos di-

versos do Brasil contra a doutrina do Sigma meditem no que lhes manda um sacerdote camisa-verde da província do Ceará.

Não são frases líricas nem declamações sem base. É pensamento. Refutação filosófica a ataques levantados contra escritos do Chefe Nacional. Uma carta dirigida pelo sr. Severino Sombra serve-lhe de pretexto. Êle anunciou-a aos quatro ventos e dela enviou cópias a Autoridades Eclesiásticas na esperança de ver condenado o movimento que odeia. Pena que as objeções não sejam de maior valor e não surjam com um sentido de organicidade que o ex-integralista não tem. Retirados os ataques pessoais e lamúrias que não nos interessam, reduzimos a vinte e quatro as acusações contra o nosso Ideal, acusações a que, uma a uma, passamos a responder.

Muito de propósito as deixamos no flagrante de desordem que lhes imprimiu o sr. Severino — os honestos verão que as soluções que damos, à direita, à esquerda, à retaguarda, em frente, irrompidas naturais, sem artificialismo algum, traduzem bem a segurança e firmesa da aliança doutrinária entre o Integralismo e a Verdade Católica.

1.º — O sr. Severino afirma: **"não foi definida de forma alguma a concepção integralista da Vida, do Homem, da Sociedade, da Família e do Estado"**.

A falta de veracidade é gritante. Anotemos definições integralistas:

a) sôbre a vida. — **O que é o Integralismo** (pág. 21).

b) sôbre o Homem. — **O que é o Integralismo** (págs. 27, 29, 30 e 74), **Manifesto de Outubro** (cap. I.º).

c) sôbre a Sociedade. — **O que é o Integralismo** (pág. 27).

d) sôbre a Família. — **Manifesto de Outubro** (cap. VIII).

e) sôbre o Estado. — **Psicologia da Revolução** (pág. 60 e cap. V), **Manifesto de Outubro** (cap. X).

2.º) O sr. Severino cita o art. 2.º dos estatutos da A.I.B.: o Integralismo "na ordem econômica será o regime da economia dirigida no sentido do predomínio do social sôbre o individual", e comenta perversamente: "o Estado Soviético é também um regime de economia dirigida no sentido do predomínio social sôbre o individual". O sr. Sombra finge ignorar (ou ignora?) a distinção entre indivíduo e pessoa. Êrro seria afirmar o predomínio do "social" sôbre o "pessoal". E é isso o que preconiza o Estado Soviético, como finge esquecer o ex-integralista. Predomínio do "social" sôbre o "individual" é doutrina pura da sociologia católica. Jacques Maritain, entre outros: "A Cidade Cristã é tão fundamentalmente ante-individualista como

fundamentalmente personalista". (**Trois Reformateurs,** pág. 32). É exatamente o pensamento integralista (**Bases Doutrinárias,** letra B).

3.º — Acusa de liberalismo ao movimento integralista, citando o art. 4.º dos Estatutos da A.I.B., em que aceitamos a participação "de tôdas as fôrças culturais e artísticas na vida do Estado". Temos a declarar que o Integralismo não é o ideal em matéria católica, não é o Estado Católico.

Aliás, o sr. Severino, indo à essência do decreto sôbre o ensino religioso **facultativo,** sugerido, como êle sabe, pela **elite** católica do país, deve julgá-lo liberalista, apesar de sua promulgação. Os exemplos dos Carlistas e Miguelistas, em Espanha e Portugal, bem conhecidos, de certo por quem **curtiu um exílio debruçado sôbre arquivos em Lisboa,** deviam ser bem expressivos para o sr. Severino. E êle que tanto cita Encíclicas, como se só êle as conhecesse, e as prezasse, não leu, por acaso, em **Charitate Christi Compulsi,** de Pio XI, a passagem célebre que, lògicamente, devia julgar de liberal: "Nós suplicamos pelo Senhor que se unam todos, mesmo que com graves sacrifícios, para salvar a si próprios e a tôda a humanidade. Em tal união de almas e de fôrças devem, naturalmente, entrar, em primeiro lugar, aquêles que se gloriam do nome de **cristãos,** que têm a tradição gloriosa, quando a multidão dos crentes formava um só coração, uma só

alma. Para isto concorrem, também, com lealdade, **todos os outros que ainda admitem um Deus e o adoram,** afim de afastar da humanidade o grande perigo que a todos ameaça. Com efeito, o acreditar em Deus é o fundamento inabalável de tôda a responsabilidade sôbre a terra e, por isso, todos aquêles que não querem a anarquia e o horror, devem, enèrgicamente, se esforçar para que os inimigos da Religião não consigam o fim por êles proclamado tão abertamente".

É precisamente o pensamento integralista. O art. 4.º em que, falamos, há união de tôdas as fôrças na vida do Estado, acentúa: "tôdas as fôrças que defendem as idéias de Deus, Pátria e Família". Aliás, a presente acusação do sr. Severino é daquelas que mais revoltam àquêles que conhecem, mais de perto, o seu pensamento declarado de ontem, e o seu pensamento recalcado de hoje. Porque êle não fêz uma Legião Católica do Trabalho? Por que êle criou uma Legião na qual recebeu indistintamente, católicos, protestantes, espíritas e até mações? Só não houve budista na organização legionária, porque, entre nós, êles não existem...

E para os seus íntimos é célebre a discussão epistolar com Tristão de Ataíde em que êle defendeu, ardorosamente, o ponto de vista que hoje tanto condena.

4.º — O sr. Severino afirma que proclamar o Chefe Nacional de supremo e perpétuo, é negar o dogma da queda.

Mais uma vez, deslealmente, dá às palavras uma significação extremada, com o intúito de combater-nos. Supremo e perpétuo era mistér que proclamassemos a Plínio Salgado, para desengano de aproveitadores entrados no Movimento com ambições de mando. Não supremo e perpétuo, na absurda hipótese de abandono da nossa doutrina. Ninguém melhor do que o sr. Sombra devia estar convicto disso, pois que, chefe, um dia, foi renegado quando traiu a confiança dos moços e a pureza do nosso Ideal. E o patrianovismo, movimento de cultura e de orientação sadia, não se bate também por um chefe perpétuo e supremo?

Torcendo os textos, alargando-os, deslealmente, pode-se a cada passo envenenar um pensamento. A letra H das atribuições do Comando da Campanha Legionária do sr. Severino, dá-lhe o direito de "tomar **tôdas** as medidas necessárias ao desenvolvimento e disciplina da Campanha". Poderíamos comentar, se não tivessemos dignidade: "tôdas as medidas", inclusive assassínios, perjúrios, roubos, heresias...

5.º — O sr. Severino descobre anti-intelectualismo em Plínio, porque o Chefe afirma que "é ainda

no recesso do coração que o cérebro pode encontrar os materiais necessários ao estudo das grandes questões humanas".

É que o sr. Severino não conhece a essência do verdadeiro intelectualismo tomista. De nenhum modo desconhecemos a influência da vontade nos conhecimentos humanos. E será inútil que a desconheçamos, pois que ela se dá, de qualquer maneira. Êrro seria atribuir ao coração o encargo de decidir em última instância questões doutrinárias. Mas êrro igualmente é desconhecer que o coração colabora nos conhecimentos humanos e até nos sobrehumanos como no ato de fé.

Leia o sr. Severino a **Summa Teológica, I.ª, III. ae, p. 29, art. 5, ad. 2**, e medite nesta proposição condenada pelo Papa Inocêncio XI: "voluntas non potest efficere ut assensus fidei in seipso sit magis firmus quam mereatur pondus rationum ad assensum impellentium" (D.B. n.º 1.171).

6.º — O sr. Severino Sombra cita a pág. 54 de **O que é o Integralismo**: "O Integralismo surge como a única fôrça capaz de implantar ordem e disciplina. A única fôrça capaz de amparar o homem, hoje completamente esquecido pelo Estado liberal-burguês, como aniquilado pelo Estado marxista soviético". E comenta, sempre deslealmente: "Assim a doutrina social da Igreja é considerada incapaz e foi justamente esta pretensão vaidosa e ri-

dícula de ser o único movimento salvador um dos pontos mais combatidos pelos filósofos católicos".

O sr. Severino finge não apanhar o espírito das frases e isolando as palavras, sem considerar contextos, dá-lhes o sentido que bem lhe apraz. É evidente, diante da alusão ao Estado liberal-burguês e Estado marxista-soviético, que se trata de "fôrça única", na ordem estatal e terrena. De uma vez por tôdas joguemos ante o sr. Severino a palavra imortal da **Immortale Dei**: "Deus dividiu o govêrno do gênero humano entre dois poderes: o eclesiástico e o civil. O primeiro é preposto as coisas divinas, o segundo as coisas humanas. Cada um dos dois tem a **supremacia** na sua **ordem**. Têm um e outro limites determinados que os contêm, limites traçados pela natureza e fins próprios e próximos de cada um. Assim, se esboça uma espécie de esfera no interior da qual se desenvolve de direito **exclusivo** a ação de cada poder". " — Ultraque est in suo genere **maxima** habet utraque certos, quibus contineatur, **terminos**, eosque sua cujusque natura causaque proxime definitos".

O próprio Papa, na ordem terrena, reconhece o Estado como **supremo**.

Quanto a pensar que os Integralistas queremos Estado Supremo em tôdas as ordens, fôrça única em todos os sentidos, só por má fé pode admitir quem conhece a declaração categórica do Chefe Nacional divulgada pela imprensa católica do país:

"A Igreja como fôrça espiritual, **não pode**, mercê mesmo de sua amplitude, ficar contida no Estado. Nenhum conteúdo poderá abrigar coisa alguma maior do que êle. **E é essa a situação do Estado em face da Igreja** que, no Estado Integralista, gozará de maior liberdade espiritual. Quanto à ação social da Igreja, essa será processada em harmonia de vistas com o Estado para que ambos possam ser fôrças coordenadas e **jamais adversárias**".

E o mais triste é que uma vez, ainda, a inconseqüência e a insinceridade do sr. Severino se patenteiam, levando-o a avançar sôbre o seu movimento afirmações, estas sim, próximas de heresia. Dizem boletins espalhados pelo sr. Severino, e transcritos num órgão oficial do seu movimento: "A campanha legionária, chefiada pelo tenente Severino Sombra é, atualmente, no Brasil, o **único** movimento de caráter nacional e **cristão**".

7.º — O sr. Severino, **dizendo** citar a página 77 de **O que é o Integralismo**, afirma que nela se lê que o Integralismo "concebe que isto implica na aceitação do dogma comunista da felicidade realizada pelo estado político aqui na terra, o que é o oposto à sociologia cristã".

O sr. Severino, não contente com falsear várias vêzes o pensamento integralista, desta vez deturpa as próprias palavras do Chefe.

No **O que é o Integralismo,** lê-se justamente o contrário do que afirma o sr. Severino.

Abram os honestos a pág. 77 e leiam: "O Integralismo considera o marxismo um ideal anti-revolucionário porque se baseia na evolução determinista que é a filosofia burguêsa do século passado, e **condena-o** como anti-dinâmico, porque concebe, no futuro, **uma sociedade estática** e um homem definido segundo um ponto de vista unilateral".

Nem devíamos prosseguir. Isto basta para julgar um homem.

8.º — O sr. Severino: "A sociologia católica não aceita a existência da luta de classes pregada pelo marxismo. Os sociólogos cristãos afirmam que essa luta de classes é um dado irreal nos seus fundamentos e apenas confirmado por aparências passageiras de crises cíclicas. No entanto no **O que é o Integralismo,** pág. 122, o Chefe integralista assevera "que o Integralismo quer subordinar a luta de classes ao supremo critério da pátria", aceitando-a como "um dado inelutável".

Mais uma incongruência. O pensamento do Chefe é exatamente o pensamento da sociologia católica. Constata, e nem podia deixar de constatar, a exigência atual da luta de classes. Mas onde o sr. Severino descobriu que nós a temos como "dado inelutável"? Precisamente o contrário afirma quem

quer **subordinar** a luta de classes ao supremo critério da pátria. Quem lê, sem preconceitos, os escritos integralistas, sabe que valor possui a pretensão de subordinar o Estado à luta de classes. Trata-se de o Estado forte, orgânico, superpor-se às competições dos vários grupos.

Verdade é que, em última análise, por mais que os esforços pela não competição sejam honestos e ingentes, com o tempo novamente as antinomias se irão acentuando e ficarão a exigir novos ajustamentos, novas intervenções fortes. O contrário é admitir a organização estática que negamos e que implica no reconhecimento da bondade natural — mito funestíssimo do liberalismo, negado, em absoluto, pelo dogma da quéda.

Aliás, Berdiaeff, a quem o sr. Severino tão justamente acata, tem todo um livro em que reconhece a existência da luta de classes (Cfr. **Le Christianisme et la lutte de classes**).

9.º — O sr. Severino cita **O que é o Integralismo**, pág. 130: "O Integralismo proclama que não há direito algum que se sobreponha aos direitos da nação". E afirma que se trata "de uma fórmula que caracterisa um absoluto naturalismo político condenado pela Igreja e apontado no caso da Action Française". A perfídia foi suficientemente desmascarada em nossa resposta n.º 6. Nada diz contra

a distinção de Lallement entre interêsse nacional e bem comum, uma vez que deixamos bem nítida a distinção entre ordem natural e sobrenatural.

10.º — O sr. Severino, movido pelo complexo da autoridade do Chefe Nacional, mais uma vez descobre nela paganismo ou heresia, sem mesmo apanhar a distinção tão vulgar entre essas duas noções. E como de costume, deturpa textos. Cita Bernadot e Lageunie: "Mais aucun homme n'a "en soi ou de soi" les pouvoirs d'enchainer par un lien de conscience le libre vouloir de ses semblables. Rien seul en tant que createur et legislateur universel, posséde une telle puissance". Indignidade! Quem disse que o Chefe tem poder "en soi" ou "de soi"? Quem nega todo poder, mesmo terreno, é um reflexo da autoridade de Deus? "Deus dirige os destinos dos povos", é a frase que inicia o Manifesto de Outubro.

11.º — O sr. Severino cita **Psicologia da Revolução,** pág. 90: "Não condeno nem louvo as revoluções. Aceito-as, considerando-as uma necessidade tão permanente nos povos como todos os movimentos da natureza". E comenta: "Não pode haver, por mais que se queira mistificar, confissão mais explícita de **determinismo histórico** nem tão pouco de amoralismo político. Estão aí justificadas tôdas as revoluções. As de Lutero, Rousseau, e Lenine.

Tôdas elas são "necessárias", no dizer de Plínio, "ao progresso do espírito humano". E acrescenta êle: "para que não restem mais dúvidas a respeito do seu determinismo e do seu amoralismo": "considero todo fenômeno histórico necessário pelo simples fato de se ter verificado".

O sr. Severino, mais uma vez, não apreendeu ou não quis apreender o pensamento de Plínio.

O Chefe não é determinista. Abra-se a **Psicologia da Revolução**, pág. 12: "O critério de **finalidade ideal** (e não de objetivo formal) a que subordino minha crítica, não exclui, pois, a necessidade e permanência das Revoluções. Mas essa necessidade não é biológica e essa permanência **não obedece** ao determinismo materialista; pelo contrário: uma e outra se explicam segundo os impositivos do Espírito humano, mundo a parte, perpètuamente criador e modificador, agindo paralelamente ao desenvolvimento das fôrças materiais das sociedades, contendo em si a sua própria dialética, exprimindo-se segundo seu próprio sentido".

Necessárias são as revoluções em duas acepções: 1.º) como fato consumado, como acontecimento que se deu e que não podemos de deixar de levar em consideração ou que, como diz o Chefe, "realizado torna-se imediatamente um ponto de partida, estabelecendo uma intransponível barreira a tôda tentativa de regresso".

Necessárias, em 2.º lugar, pelo próprio dogma da quéda, tão sùtilmente presentido por Plínio nas suas considerações sôbre o Estado pré-revolucionário: "o ato revolucionário é o originado de fôrça puramente ideal, atuando de fóra para dentro, no sentido de recompor o equilíbrio perdido. Essa fôrça, se deficiente, vem agravar a situação pré-revolucionária; se demasiada ou mal distribuída, leva no superavit ou nos diferenciais um início de êrro, o qual, por menor que seja, atingirá ângulos de desenvolvimento que provocarão, de futuro, nova situação de instabilidade. Daí a necessidade de permanência das revoluções.

Quanto ao amoralismo, como esquecer a condenação formal dada por Plínio a todos os êrros decorrentes da visão materialista da vida? Então o Chefe não condena os extremos capitalistas? Não se opõe ao socialismo? Não repudia o separatismo? É preciso não querer ver. A conclusão que se impõe é que às palavras do Chefe, declarando que não condena nem louva as revoluções, de nenhum modo pode dar-se um sentido amoralista. Plínio refere-se ao fenômeno da aparição das revoluções em geral. Dada a fraqueza humana constatada no dogma da quéda, as revoluções sempre se darão, e realmente, em tese, não adianta condenar ou louvar o fato de sua aparição.

Como o sr. Severino justifica êste pensamento de Maritain, em consonância absoluta com o de

Plínio: "Dénoncer une déviation spirituelle fondamentale dans uns période de culture, ce n'est pas condamner cette période historique. On ne condamne pas l'histoire. Il serait aussi peu sensé de la part dun chrétien de condamner les temps modernes que de la part des rationalistes (que ne s'en privent pas) de condamner le moyen age" (Janvier, 1933, 4, **Esprit**, pág. 525). On ne condamne pas la révolution".

Mesmo porque poderá talvez a fôrça revolucionária transformar-se em bem. Nós condenaremos ou louvaremos as revoluções em particular, quando elas se objetivarem, patenteando o negativo ou positivo dos seus potenciais.

12.º — Passagem interessantíssima. O sr. Severino exclama: "Passo por cima daquelas expressões que fariam S. Tomás estremecer de horror sôbre a **idéia concreta** e **idéia abstrata** e sôbre "as dúvidas fecundas e as certezas aventurosas". Santa ingenuidade! Conhecesse, realmente, S. Tomás, o sr. Severino não o julgaria capaz de andar estremecendo. Quem como êle possui, plàcidamente, firmemente, a verdade, não se toma de pavor diante de sombras... Vejamos o contexto que o sr. Severino, mais uma vez, perversamente esqueceu: "O primado da idéia não exclui a sua consonância com o rítmo objetivo dos fatos.

O fato é idéia concreta oposta à idéia abstrata. A predominância desta só se compreende pela existência daquêle. É aí que se harmonisa o determinismo histórico e o arbítrio individual" (**Psicologia da Revolução**, pág. 12). O pensamento do Chefe é evidente. E muito escolástico, Plínio, constatando a ordem das idéias e a ordem dos fatos, a ação e reação mútua das duas com possibilidade fundamental de predomínio da primeira, evita, ao mesmo tempo, os excessos idealistas e materialistas, encontrando o caminho intermediário e justo do realismo moderado, aristotélico tomista. Aflige-se o sr. Severino com a expressão "idéia concreta"? E a idéia não pode concretizar-se? É o eterno vêzo de parar nas palavras. Tomista, ainda, é o pensamento feliz das dúvidas fecundas e certezas aventurosas. A dúvida radical é infecunda e má. Ninguém porém, mais do que o Doutor Angélico, admitiu a fecundidade da dúvida moderada e prudente. Vê-se que o sr. Severino nunca abriu uma das **Summas** de S. Tomás, nenhum de seus tratados particulares. É do próprio método escolástico começar duvidando: "parece que não..." Segue-se o corpo da doutrina e depois dêle as dúvidas levantadas uma a uma, recebendo solução.

Certezas aventurosas sim, as que pouco ou nada se fundamentam, meras certezas subjetivas de que andam cheios os espíritos arrogantes e superficiais.

13.º — Modêlo de verdadeira aberração do sentido histórico providencial, segundo o sr. Severino, é o pensamento de Plínio: "a humanidade caminha segundo êsses dois planos: o primeiro, coletivo, global, movimento de massas, rumos inconscientes dos povos; o segundo, individual, singular, atitude isolada do homem desferindo impulsos modificadores". Debalde o Chefe, como lembramos, abriu o seu manifesto com a expressão quase bíblica: "Deus dirige os destinos dos povos". Aqui êle anota o que o próprio sr. Severino constatou, necessàriamente, no movimento das massas. Todos guiam-se conscientemente, aprendendo os pensamentos difíceis e os raciocínios sutis?

Bem diversa é a verdade sôbre a psicologia das multidões. Uma elite é consciente e esclarecida. O povo deixa-se arrastar pelos gestos largos muito mais que por idéias certas.

14.º — O sr. Severino revolta-se contra a expressão do Chefe: "O inconsciente não erra". E pergunta, ironicamente, se ela é tomista.

É, respondemos nós, com S. Tomás na mão. S. Tomás, que o sr. Severino nunca leu senão através de pequeninas e murchas citações de um Gilson ou Maritain.

"Deus, que criou todos os sêres, sôbre todos age. Mas nem todos estão aptos a responder do mesmo modo à atuação divina. Sêres desprovidos

de razão, inconscientes, são meros instrumentos nas mãos de Deus. Para êles não se levanta nem se pode levantar a questão do bem ou do mal, a questão moral, pelo fato justamente da sua inconsciência. Quando surge, porém, a criatura racional e livre, disponta o problema moral de saber-se como receberá a atuação divina e com ela de colaborar ou de contra ela se opor" (**Summa Teológica**, parte I, questão 22, art. 2, questão CV, art. III, II, questão I, art. 2).

É o caso de perguntarmos: tomista, não é?

15.º — O sr. Severino: "O amoralismo político de Plínio Salgado revela-se ainda de uma forma espantosa e grosseira, quando afirma: "no decurso dêsse estudo falaremos por vêzes nos êrros das revoluções. Êrro da Reforma, do Humanismo e da Revolução Francesa. É preciso deixar bem claro, entretanto, que o nosso conceito de êrro (para o efeito do que estamos demonstrando) não envolve um sentido moral, mas um senso mecânico. Êrro passível de consideração e de cálculo. Êrro no sentido matemático, não no sentido moral".

O pensamento de Plínio é claro e perfeitamente ortodoxo. Êle admite que possamos interferir sôbre o mundo material para reajustá-lo. Dada, porém, a nossa insuficiência, a nossa fraqueza, a nossa interferência nunca será perfeita, ora sendo excessiva, ora mal distribuida, ora deficiente. Esta fa-

lha, porém, originada de nossa incapacidade, não nos pode ser imputada e será um êrro de cálculo, de matemática, mas nunca um êrro moral.

16.º — O sr. Severino ainda se anima a ir a S. Tomás. E afirma: "passamos por cima dessas duas outras definições que nenhum católico e tomista poderá aceitar: "sustentamos o primado da idéia" e "a idéia revolucionária é sempre moral". É preciso não ser sincero ou não haver lido Plínio para não apanhar o que êle entende por primado da idéia. Na sua argumentação é evidente que fato e idéia vêm sendo sinônimos de fôrças materiais e espirituais, de modo que, nesse sentido, é perfeitamente tomista afirmar o primado da idéia. Veja-se, entre outras, a pág. 12, de **Psicologia da Revolução.**

Condenando a afirmação de Plínio: "a idéia revolucionária é sempre moral", o sr. Severino não apreende, ainda uma vez, a essência da moralidade. Dizer de um fato que êle é sempre moral, não significa que êle é sempre bom, como pensa o sr. Severino. Quer dizer que é passível de julgamento. Que poderá ser bom ou ser mau. A afirmação de Plínio vem, justamente, confirmar nosso pensamento anterior e contraditar uma das acusações do sr. Severino. Na revolução poderemos distinguir:

a) O fato de sua aparição geral e êste, como vimos, não merece censura nem louvor, posto que é

uma conseqüência necessária da fraqueza do homem.

b) A idéia fôrça, idéia revolucionária que vai reajustar a desordem e que, sendo consciente, é **sempre moral**.

c) A parte consciente da aplicação da idéia fôrça, que também será ética.

d) As falhas inconscientes na aplicação desta mesma idéia (êrros de cálculos), não sujeitos à moral porque inconscientes, filhas só de nossa fraqueza original.

17.º — Fórmula absurda, segundo o sr. Severino: "consideramos a inteligência humana como um fenômeno relativo, sujeita a êrros de cálculos, êrros matemáticos e não morais, em razão de cujos efeitos se possibiliza a dinâmica social".

Onde o absurdo? Expliquemos o trecho por partes:

"Consideramos a inteligência humana como um fenômeno relativo": Plínio já opusera antes a inteligência humana à divina. Não é relativista o nosso Chefe, no sentido de não apanharmos idéias absolutas, já que a moral para êle é um conceito supremo cuja precedência, permanência e prevalência êle constata (**Psicologia da Revolução**, 28). A inteligência humana é relativa em face à inteligência absoluta de Deus (**Psicologia**, 21).

"Consideramos a inteligência humana como fenômeno relativo, sujeita a êrros de cálculos, êrros matemáticos". Pensamento já explicado: dada a insuficiência do homem, ao aplicarmos nossa idéia fôrça, como impulso modificador sôbre a instabilidade reinante, erraremos sempre, no cálculo... Como, porém, êste provém de nossa fraqueza, **não será êrro moral**. Êstes êrros que sempre se darão possibilizam a dinâmica social, isto é, fazem com que não haja sociedade estática mas sociedade dinâmica, em transformação.

Não há passagem difícil que não se ilumine de todo desde que se apanhe o verdadeiro espírito do pensamento do Chefe.

18.º — Violência integralista. Não perderemos tempo em documentar a impressão de repugnância que o sr. Severino causa aos seus amigos de ontem pela deslealdade com que vacila entre uma supermansidão hipócrita e uma violência, a dêle sim, extremada e imoral. Está de pé, irrespondida e irrespondível, a "nota oficial" da A.I.B. (setor cearense), sôbre **Demagogia de um Traidor**. Queremos apresentar aos sinceros o alto sentido da violência integralista que o sr. Severino deturpa. Antes de tudo ela traduz a luta interior profunda e purificadora com que nos temos de violentar. Vivemos o que Tristão de Athayde traçou no seu **Adeus à Disponibilidade**, ou o que Chesterton, de maneira ainda

mais viva, fixou nas páginas em que explica a heroicidade do Catolicismo. Nós sômos os primeiros violentados pelo nosso ideal — êle rasga o nosso comodismo, as nossas insuficiências, a nossa ignorância, exigindo que, dia a dia, nos tornemos maiores e melhores.

E isto não vai sem suplícios e dilaceramentos glorificadores. "Homem de ação precisa ser agredido violentamente, porque a luta é a atmosfera da idéia". "A idéia fôrça tem que ser heróica nas suas atitudes, perseverante na sua luta, cruel nos seus desígnios e nas suas decisões". "Nos displiscentes e diletantes as idéias resvalam macias, incapazes de vencer obstáculos, de sangrar, na ânsia de purificação".

Violentos seremos, também, não o negamos, contra os inimigos de Deus, mas quem lê os nossos escritos e conhece a nossa doutrina sabe que tudo subordinamos à Moral. O próprio Chefe proclama que a nossa violência "não é a violência materialista e determinista de Sorel, mas a violência que Cristo nos ensinou, varrendo os vendilhões do Templo".

19.º — O sr. Severino sustenta que o Integralismo relega ao mais absoluto esquecimento o papel do espírito cristão na formação do nosso povo. Esmagamos a inverdade com número X do **Programa da Ação:** "Assegurar à Igreja Católica, dentro da

liberdade de culto, o **posto de preeminência** que lhe é devido pela sua **atuação no desenvolvimento da civilização brasileira**".

20.º — O sr. Severino descobre que, à pág. 165 da **Psicologia da Revolução**, o Integralismo para no espiritualismo sem ir ao sobrenatural Católico. A objeção se encontra amplamente respondida no nosso n.º 4.

21.º — O sr. Severino lança-nos em rosto, como um perigo, que os livros do Chefe são doutrinas oficiais. Isto além de não ser verdade, nenhum inconveniente acarretaria, de vez que nenhuma das acusações feitas contra a ortodoxia dos seus escritos logrou ficar de pé. O mal é que o aviso dado por Plínio não vem sendo seguido. Êle relembrou que **Psicologia da Revolução** é livro para as elites e pseudos filósofos aventuram-se a interpretá-la.

Quanto a espantar-se de que ao Chefe Nacional caiba privativamente a definição do pensamento integralista é ter mentalidade liberal e livre-examista.

Mal seria se êste pensamento não estivesse ainda formulado e conhecido. Trata-se agora só de interpretá-lo. E não fôsse o dispositivo atacado pelo sr. Severino, em breve o criticismo levar-nos-ia ao fragmentarismo das doutrinas protestantes.

Como um moço que se diz discípulo de Jackson não compreende a urgência de ressuscitar o prin-

cípio de autoridade, "mesmo à custa de êrros que serão a vitória contra outros êrros ainda mais perniciosos"? É isto o que traduz a proibição sábia de comentar não qualquer escrito, mas qualquer ordem do chefe ou atos relativos ao exercício do seu cargo. O mais é exploração e deslealdade.

22.º — O Sr. Severino não faz outra coisa além de deturpar textos. Querendo perversamente jogar contra o Chefe a acusação de imanentismo, cita uma frase isolada de Plínio: "a idéia é autônoma, o homem é autônomo". É indigno! Trata-se de uma passagem da **Psicologia da Revolução**, páginas 15 e 16. O Chefe refere-se a princípio ao inconsciente e, muito com S. Tomás, afirma que o inconsciente não erra. Opõe-se, então, o homem à idéia... E afirma que ela é livre, "é autônoma, justamente porque erra". O que o Sr. Severino faz passar por imanentismo é uma afirmação belíssima do livre arbítrio.

23.º — O sr. Severino volta a repetir a acusação de que o Chefe subordina tudo à política, em vez de subordinar à Moral e Moral sobrenatural. Multiplica, pedantemente, citações de Bernardot, Lageunie e Lallement.

De nossa parte, ainda uma vez nos contentamos em enviá-lo à nossa resposta número 6. Acrescentaremos apenas que êle, Severino, sim, subordi-

nou a Moral ao caso de São Paulo. Em carta de próprio punho, que exibimos em sessão pública no Instituto Epitácio Pessoa, em Fortaleza, a 30 de junho do corrente ano, e devidamente arquivada na 2.ª sessão (S.S.) do E. M. P. Mais uma vez transcrevemos a passagem tristemente célebre: "O caso de São Paulo é a questão primária. Não há questão operária, política ou MORAL, que a sobreleve".

24.º — O sr. Severino, perdido o senso das notas essenciais, entra em acusações de ordem doutrinária, diz que o comandante Santos Maia é maçon. Aludimos à objeção por ser ela eco de um ataque surgido em Porto Alegre.

É não apreender noções primárias supor que Integralismo e Maçonaria possam entender-se. A Maçonaria é a sociedade liberal-burguêza por excelência.

Somos, por excelência, anti-burguêzes e antiliberais. A Maçonaria, por definição é internacionalista.

Nós somos os criadores do nacionalismo orgânico do Brasil. A Maçonaria é, por substância, sinuosa, covarde e tôrpe. Somos, por substância, "francos, corajosos, ferimos de frente sem ódios, sem rancor, como se cura um cancro cauterizando-o". Confirma essas nossas declarações a atitude das lojas em todo o país a nos hostilizarem constan-

temente, tentando lançar confusões no nosso meio. Aliás, mais uma vez, inconseqüência, contradição no homem que nos combate.

Lembramos ainda uma vez que o sr. Severino é apenas um pretexto para a nossa explanação. Em nossa província é a terceira ocasião que se nos oferece de defender o Integralismo em face da Doutrina Católica. Surgiram, no nosso caminho, um Sacerdote esclarecido, um "diletante" e agora um despeitado. Com os três discutimos e aos três tivemos a impressão de vencer. O que assinalamos é o declínio no arraial dos acusantes: da sinceridade esclarecida passou a "diletantismo" e termina em despeito.

(in **A Offensiva**, 13-9-1934)

ERNÂNI SILVA BRUNO

A CRISE BRASILEIRA DE AUTORIDADE

UM dos traços mais característicos da civilização humanista que dominou o mundo moderno, culminando no século passado, foi evidentemente o desenfreado liberalismo político que enfraqueceu progressivamente as tradições de disciplina e hierarquia, corroendo subterraneamente as bases da estruturação social e produzindo a tremenda crise contemporânea de autoridade política.

A instabilidade e a inconsciência indisfarçáveis dos atuais govêrnos, em quase tôdas as nacionalidades, vão entroncar, no fundo, através da psicologia popular, naquele senso individualista, atomicista e divisionário de civilização inspirada pelo que se denominou a concepção burguêsa da vida.

A FEIÇÃO UNIVERSAL DO PROBLEMA

Deslocado o centro de gravidade social, com a passagem do senso teocêntrico para o senso antropocêntrico do universo e a conceituação do homem

e da sociedade como fins em si mesmos, suprimiu-se, ipso facto, tôda idéia de finalismo da vida individual e coletiva. Essa dissociação entre a sociedade e todos os valores absolutos, excluida do pensamento da organização social e política tôda e qualquer idéia de finalidade, determinou, lògicamente, aquilo que Tristão de Athayde denomina a substituição da filosofia do sacrifício pela filosofia do interêsse, isto é, a substituição do senso de deveres humanos pelo senso de direitos humanos.

Chegou-se até — como observa Berdiaeff (1) — a identificar o processo da história moderna com o de uma progressiva emancipação, em vista da vitória completa dos princípios individualistas e a consagração da supremacia da razão individual.

"A sociedade se funda no indivíduo, na razão humana isolada".

Êsse pensamento se exprime, lògicamente, na esféra política, pela democracia liberal, que consagra, como diz Plínio Salgado (2), por intermédio do sufrágio universal, a pluralidade das concepções de vida. "A democracia — escreve ainda Berdiaeff (3) — não subordina a vontade do povo a nenhuma finalidade superior; desde o momento em que definisse a finalidade para a qual deve tender a vontade popular, ver-se-á obrigada a situar essa finalidade acima do princípio formal de expressão da vontade": o que equivaleria a uma auto-negação.

O democratismo liberal, portanto, como a inconsistência social, a desorientação e a crise de autoridade que lhe são inherentes, deriva de uma transposição profunda de valores, que situou o homem como centro do universo com finalidade em si mesmo, que baseou as instituições sociais na razão individual isolada, que suprimiu o senso de finalismo da vida individual e coletiva, consagrando a pluralidade das concepções de vida.

Do senso materialista e humanista da vida, que inspirou a civilização burguêsa, tinha que decorrer, fatalmente, êsse regime liberal-democrático, essa anarquia social e essa crise de autoridade política verificáveis nas nacionalidades contemporâneas.

Em linhas gerais, por conseqüência, é hoje universal a crise de autoridade, pois decorre de uma concepção de vida dominante em tôda uma civilização; nesse sentido se pode dizer que a crise brasileira de autoridade, no seu aspecto fundamental, se enquadra perfeitamente nesse drama universal moderno.

A FORMAÇÃO BRASILEIRA

Há, porém, que observar aspectos peculiares à nossa civilização e à nossa formação histórica, que imprimiram traços originais e característicos à crise da autoridade no Brasil.

Houve, em relação à sociedade brasileira, uma acentuação criminosa e exagerada, porque inoportuna em relação a um determinado período histórico, de certas tendências do pensamento individualista e liberal e suas aplicações, que agravaram, em nosso país, a feição do problema, lançando a nacionalidade em situações verdadeiramente dolorosas pela desorientação e pela anarquia.

No período da formação colonial brasileira, apesar do influxo disciplinador do catolicismo e do senso político e organizador do português, que determinaram, como diz Plínio Salgado, "a subordinação das relações gerais da sociedade brasileira ao absolutismo remoto da Côrte" (4), manifestava-se por outro lado, contrabalançando essa tendência, um traço marcante de individualismo, decorrente dos impositivos da conquista bárbara da terra e da índole aventureira e rebelde dos desbravadores, produzindo-se, conforme explica ainda Plínio Salgado, a "submissão dos lineamentos particulares das relações da sociedade brasileira ao livre espírito continental". Já Saint' Hilaire escrevera, em um dos seus livros, que os bandeirantes, "animados do espírito de liberdade selvagem que caracteriza a raça americana", tornavam-se orgulhosos e rebeldes em face da autoridade pública.

Não conflita com essas observações a afirmação de vários autores, entre êles Tristão de Athayde (5), sôbre o comunalismo da formação das socieda-

des íbero-americanas, em contraposição ao individualismo da formação colonial anglo-americana. Os norte-americanos caracterizam-se sempre, realmente, pelo particularismo de sua formação social, isto é, pela tendência do particular, do individual, de se libertar da comunidade. A formação social brasileira, ao contrário, como tôda formação latino-americana, apresentou sempre traços de comunalismo, isto é, tendência da comunidade de superar o indivíduo.

Observa, portanto, com razão, Tristão de Athayde, que na América Latina, a formação dos grupos não foi individualista e sim comunalista, isto é, que dominaram em nossa formação muito mais os grupos do que os indivíduos. "As próprias bandeiras eram massas coletivas que se deslocavam".

O individualismo rebelde a que se referem os autores anteriormente citados, portanto, não exprime uma feição particularista da sociedade brasileira. É uma relação que se estabelece, pelas próprias circunstâncias das distâncias geográficas e do desbravamento, e pelo tipo de colonização, entre os núcleos sociais de povoamento e o centro de orientação política da colônia.

Para se compreender bem êsse aspecto da nossa formação histórica, cumpre relembrar a explicação de Oliveira Vianna a propósito das conseqüências do bandeirismo na organização social e política do

país. Pois foi o próprio comunalismo dominante nos grupos sociais, ao lado do sistema de colonização, que determinou o traço de individualismo em nossa sociedade, no sentido de afastamento entre a autoridade central e os núcleos de expansão colonizadora. "Com o sistema de imigração em massa — afirma Oliveira Vianna (6) — deslocando-se o próprio latifúndio com todos os seus elementos econômicos e sociais, os bandeirantes libertavam-se da fôrça de retenção (contigüidade geográfica) na sua marcha para o deserto, e os seus grupos formavam organismos sociais completos em miniatura, núcleos autônomos e independentes com formidável capacidade de auto-subsistência".

Por outro lado, essa organização latifundiária, decorrente da translação dos domínios fazendeiros para os sertões, criava o clan rural. Suprimida tôda a solidariedade vicinal, pela vida de latifúndio, inexistiam as corporações ou qualquer espécie de instituições de solidariedade de classe que amparassem o trabalhador rural. Êste só encontrava apoio nos grandes proprietários territoriais, que se tornavam, dessa maneira "centros de gravitação da população regional" (7).

A sociedade colonial brasileira, portanto, apresentava traços de formação comunitária em relação aos núcleos sociais, inclusive nas penetrações bandeirantes, que eram "deslocamento de massas". Mas as próprias distâncias do país, e a conseqüente

quebra do princípio de contigüidade geográfica entre os núcleos povoadores determinavam um rompimento entre as sociedades disseminadas pelos sertões e os órgãos políticos da capital da colônia. Produzia-se, de tal modo, um desenvolvimento autonômico dos agrupamentos dispersos no imenso hinterland, e entregues ùnicamente ao arbítrio dos grandes senhores de latifúndio, à revelia de qualquer orientação do govêrno central.

Era a discordância sensível naquele período como ainda hoje — segundo Oliveira Vianna — entre a área demográfica e a área política do país, isto é, entre a área da população e o campo de eficiência da autoridade pública, "discordância inteiramente particular à nossa história" (8).

Dentro dessas contingências totalmente peculiares à nossa formação histórica processou-se o desenvolvimento da sociedade brasileira através dos séculos em que decorreu o período colonial, com a persistência dos caractéres de disseminação e desarticulação social, e, portanto, de individualismo e de atomismo anárquico dos grupos sociológicos em relação ao centro coordenador da vida política.

O ARTIFICIALISMO POLÍTICO

Emergindo, na época da independência, do cáos colonial, com todos os caractéres que a distinguiram naquele período, não é difícil imaginar-se

o que deveria ser a sociedade brasileira no alvorecer do século XIX: expressão de um rítmo histórico e de uma formação social inteiramente original e oposto às condições sociais das nações européias. Pela estrutura social, pela formação histórica, e conseqüentemente pelas necessidades fundamentais na órbita política, éramos um povo diferente dos povos europeus. Apresentava, a nossa sociedade, como traço característico inconfundível, a discordância assinalada por Oliveira Vianna entre a área demográfica e a área política. Havia uma grande porção da nacionalidade vivendo à revelia da orientação da autoridade pública, e portanto em sentido anárquico e individualista em relação ao ponto de vista dos interêsses nacionais.

As sociedades latino-americanas, como explica Oliveira Vianna, eram sociedades anarquisadas, em período de formação, fragmentárias, dispersivas, exigindo preliminarmente, a resolução dos seus problemas de unidade política, de integração e unificação nacional de síntese. Ou como diz Plínio Salgado referindo-se à nacionalidade brasileira: "aqui não havia uma liberdade a conquistar, como na Europa; aqui, ao contrário, havia um conjunto de deveres a impor. Criar um senso de hierarquia, traçar normas de disciplina social, eis a necessidade que evidenciava, nas populações brasileiras, um sentido de marcha absolutamente diverso do sentido da revolução européia" (9).

À revelia dessas condições objetivas da sociedade brasileira e dessas necessidades nacionais mais prementes, o idealismo político das elites ofereceu ao país um conjunto de instituições aprioristas, inspiradas por princípios sòmente oportunos com referência ao estado social dos povos europeus.

Isso não era mais do que uma conseqüência lógica, aliás, daquela formação da mentalidade nacional de fora para dentro, "sem obediência a impulsos interiores, a fôrças psicológicas do sub-consciente nacional, ou a necessidade expressional étnica, mentalidade que, por um fenômeno de inércia, se projetou até hoje, dentro da república" (10).

As elites brasileiras refletiam de maneira puramente automática os ideais do liberalismo então dominante nas sociedades européias, depois de terem estas passado por um longo período de organização, de fôrça, de autoritarismo; colocar, relativamente a uma nacionalidade em formação, o problema da liberdade, como questão básica, era um contrasenso (11).

Deu-se, portanto, com referência ao caso brasileiro, uma agravação inoportuna, em relação ao momento histórico, de certos traços dissolventes da civilização individualista e liberal. A sociedade nacional, em seu conjunto, não poderia possuir as tradições de organização, de integração social, de disciplina, o instinto de ordem e de hierarquia, o senso profundo de legalidade e autoridade que cons-

tituissem fatôres de equilíbrio à dissolvência e ao atomicismo provocados pelo individualismo liberal.

Em tudo isso espelhava-se o drama da incompreensão e do choque entre o Brasil-essencial e o Brasil-formal a que alude Plínio Salgado (12): "Enquanto o Brasil-essencial, dos aglomerados municipais, das populações disseminadas pelo imenso território, das massas proletarizadas, dos bandos sertanejos; individualista, aventureiro, acomodatício às injunções patriarcais ou imperativos caudilhescos, parece reclamar, como remédio supremo a própria subordinação ao Estado, — o outro, o Brasil-formal, Brasil-letrado, dos literatos, dos juristas, dos cientistas, dos políticos; Brasil constitucionalista, liberal, democrático, cientificista, romântico, retórico, pretende impor ao antagonista novas e mais amplas liberdades, relaxando todos os freios legais".

O PROBLEMA DA AUTORIDADE NO BRASIL

É evidente que a consagração dos princípios do liberalismo, no Brasil, embora enfraquecendo o princípio de autoridade, não produziu individualismo no sentido da independência ou de autonomia individual. As teorias nada conseguem de encontro à formação profunda da sociedade e à índole do povo. As realidades históricas do país, a formação e a estruturação social nos planos latifun-

diários, condicionaram a aplicação do teorismo liberal, pulverizando a autoridade política em benefício de grupos locais quase onipotentes, os clans rurais. Êstes captaram a fôrça arrancada pelo liberalismo ao Estado, para fazerem com que o país, permanecesse até hoje, fundamentalmente, nos quadros de desorganização política e inexistência real de autoridade pública que apresentavam na era colonial.

Uma vez que não há organização de classes e que as nossas populações rurais não encontram apoio em instituições de solidariedade, constitui-se naturalmente o clan, pela subordinação dessas mesmas populações aos grandes proprietários territoriais. Por intermédio do sufrágio universal — decorrência também do espírito liberal de nossas elites — os caudilhos regionais manejam as massas rurais. E, como é o clan rural que constitui entre nós a base das oligarquias provinciais que se convencionou chamar partidos políticos, temos, em conclusão, os clans rurais decidindo todos os problemas nacionais — como diz com acêrto Virgínio Santa Rosa (13) pela ação de presença da simples massa bruta.

O que se evidencia, porém, com clareza, através de todo êsse mecanismo político, é a irredutibilidade do clan regional, que escapa, dêsse modo, à órbita da autoridade política.

Pode-se concluir, portanto, que permanece até os nossos dias, embora assumindo aspecto diverso, a discordância constatada por Oliveira Vianna, entre a área demográfica e a área política da sociedade brasileira no período colonial. A anarquia atual do país prende-se a profundas causas históricas, entre as quais o artificialismo político que há mais de um século inspira as nossas instituições.

A consagração, no Brasil, dos princípios de liberalismo individual e local acentuou o individualismo decorrente do desbravamento e o espírito autonomista dos caudilhos, completando, em relação ao nosso país, a dissolução social e política e a crise de autoridade observáveis, em todo o mundo moderno, pela consagração do senso meramente humanista e pragmático da vida.

CONCLUSÕES

De modo geral e definitivo, a solução do problema da autoridade no Brasil, como aliás em tôdas as nacionalidades, só pode ser procurada dentro dos princípios de uma nova filosofia social inspirada em um novo senso de vida. Filosofia social inspirada em um senso espiritualista e integral da vida individual e coletiva, e organização da sociedade e do estado fundamentada em princípios de causa, de fim de autoridade transcendental.

Essa transformação profunda, desfazendo a inversão de valores metafísicos e morais que se viera operando determinará, na esféra política e social das nacionalidades, uma estruturação orgânica e harmônica, uma subordinação lógica das aspirações individuais às supremas finalidades espirituais e, conseqüentemente, uma recomposição segura do senso de autoridade política. O problema, para nós, porém, apresenta também nas suas linhas particulares uma feição brasileira, que deve ser resolvida de acôrdo com os dados da sociedade nacional, inspirando-se nas necessidades peculiares ao nosso ambiente. Sob êste ponto de vista, o problema se desdobra, naturalmente, em vários outros problemas mais ou menos importantes, um dos quais é o da redutibilidade dos clans rurais, resolúvel por um lado mediante certas medidas de caráter econômico-social apontadas por Oliveira Vianna (14). "O estabelecimento da pequena propriedade, a difusão do espírito cooperativo e das instituições de solidariedade social, uma magistratura autônoma, etc...", e, por outro lado, pela extinção do partidarismo político regional, através do qual se faz sentir a pressão política dos caudilhos rurais e senhores de latifúndios.

Extintos os partidos regionais e os clans latifundiários, estaria livre de obstáculos o caminho para a integração perfeita das populações nacionais para a aglutinação completa dos núcleos so-

ciais brasileiros de modo a realizar-se a concordância entre a área demográfica e a área política do país. É claro que uma realização de tais proporções exige, preliminarmente, um grande movimento político nacional, criador de uma grande consciência brasileira.

Tanto, por conseguinte, em relação à feição universal e profunda do problema da autoridade ligada ao conceito filosófico-social, como em relação ao aspecto sociológico da questão, o Integralismo é, para nós ainda neste caso, o único rumo acertado.

(In **A Offensiva**, 5-7-1934)

---

(1) e (3) — Nicolau Berdiaeff, *Una nueva edad media*, 1933, páginas 92 e 196.

(2), (4), (9) e (12) — Plínio Salgado, *A psicologia da revolução*, 1933, págs. 87, 136, 125 e 148.

(5) — Tristão de Athayde, *Contra-revolução espiritual*, 1933, página 142.

(6) — Oliveira Vianna, *Pequenos estudos de psicologia social*, 1923, págs. 151 e segs.

(7), (8) e (11) — Oliveira Vianna, *Populações meridionais do Brasil*, 1922, págs. 127, 219 e 353.

(10) — Plínio Salgado, *Literatura e Politica*, 1927, páginas 111 e 115.

(13) — Virgínio Santa Rosa, *O sentido do Tenentismo*, 1933, página 37.

(14) — Oliveira Vianna, *O Idealismo da Constituição*, 1927, páginas 65 e 66.

ARNÓBIO GRAÇA

GOVÊRNO FORTE

QUANDO o Integralismo, como grande movimento de insurreição nacionalista, estabelece para o Brasil um govêrno forte, não se aproxima absolutamente das velhas fórmulas de despotismo hobesiano em que o pensamento se retrai, a consciência se apaga e o indivíduo se anula. Pretende, assim, totalizar a Nação, integrar fôrças antagônicas, disciplinar tendências e aspirações comuns, interferir na dinâmica social, orientar tudo. Pretende criar um poder estatal bastante forte para o equilíbrio geral em face do desequilíbrio gerado pelo demoliberalismo e da fraqueza da social democracia, que não consegue conciliar os ímpetos do operário rebelde com os interêsses utilitários do burguês despreocupado. Enquanto a liberal democracia, cheia de êrros de inteligência, trouxe para o mundo moderno a **invasão das massas**, a **investida contra a civilização**, o **niilismo europeu**, que veio destruir a aristocracia dos valores, o **tartarismo bolchevista**, lembrando uma nova idade média onde Stalin se transfigura em **humo** perigoso, os govêrnos fortes se preparam para o grande saneamento e, no

Brasil, os integralistas se adestram, não para defesa de uma burguesia indiferente e gozadora, mas para a vitória de um pensamento. O **indivíduo** se desprende do grupo como a parte do todo para desencadear as massas. As massas, embora como repressão negativa, na visão spengleriana, guiadas por filósofos e estetas da sociologia, vêm criar novo círculo histórico, reproduzindo, com algumas diferenças, o velho fenômeno medieval — a invasão vertical dos bárbaros. O avanço hegeliano das multidões, a repetição de quadros históricos, parecem anunciar a era do socialismo, como fruto das necessidades econômicas do proletariado internacional e já não do espírito de conquista e devastação que dominava as ondas bárbaras, no comêço da idade média. Se de um lado, os vândalos, os borgúndios, os suevos e os hunos se lançaram contra as Galias para implantarem o terror e a destruição, de outro as massas, que se agitam no mundo contemporâneo, se precipitam apenas negativamente contra uma classe que elaborou uma civilização errada, por ser desprovida de essência espiritual. Lançam-se, pois, contra uma civilização que se reflete na grandeza material do arranha-céu da Norte América, ora no caudilhismo sul americano. E isto que se chama civilização é domínio do rico sôbre o pobre, é degradação completa de cultura, é jôgo de ambições opostas, é êrro de economismo burguês, é hiperindustrialismo técnico, é govêrno do cérebro pelo estô-

mago, ausência de espiritualização, é progresso material, enfim, é uma negação absoluta das fôrças eternas, dos valores espirituais e morais do nosso tempo.

Por isso Berdiaeff, com tino extraordinário, dissera que "a civilização é a morte do espírito de cultura". A cultura deriva do culto, ela se desenvolve a partir do culto religioso. Cada cultura, mesmo a cultura materialista, é uma cultura do espírito. Na civilização domina sem restrições o economismo; a civilização é, por sua natureza, técnica. A civilização é despersonalizante. O princípio da personalidade só aparece nas culturas. A civilização é futurista. A cultura procura sempre contemplar a eternidade. Na verdade, o fenômeno social do progresso, que nos países liberais democráticos teve um sentido eminentemente técnico, econômico e material, se processou não só como artifício industrial-capitalista, mas também como oposição às grandes contemplações espirituais. O capitalismo nasceu, desenvolveu-se e cresceu esmagando o pensamento que não tem delimitações a serviço de um processo de desumanização da economia. O trabalho se transformou em mercadoria, submetendo-se ao jôgo incessante da oferta e da procura, da livre concorrência, e o próprio trabalhador, com tôda a sua liberdade econômica, se tornou o joguête da grande exploração burguêsa-capitalista. E se não quizesse morrer de fome ou ser preso como vagabundo in-

corrigível, teria forçosamente de se vender barato ao primeiro que pretendesse comprar a sua pessoa humana. Foi a êste fenômeno tão comum em nossos dias que Engels e Marx chamaram de **nova escravidão**.

Tudo isso, porém, é produto da economia burguêsa literária que se desenvolve à sombra de um govêrno frio e fraco — criado por um partido ou por uma oligarquia, destruindo, por completo, o tabú da liberdade política que enche de ridículo os cartazes cinematográficos da democracia liberal. Quase que não se faz necessário dizer que o vocábulo **govêrno** tem significações diversas. Distingue-se da soberania estatal porque é ora o exercício real e efetivo da soberania ou dos poderes públicos, ora as pessoas físicas ou jurídicas que o possuem. E as regras fundamentais que determinam o exercício regular cristalizam-se na Constituição, quase sempre transportada e imponderável por não corresponder às necessidades totais da atividade organizada ou por não ser obra de adaptação sociológica. Na liberal democracia, o exercício da soberania estatal, isto é, o govêrno, reside aparentemente no povo — o rótulo com que, no dizer do sociólogo, "Saint-Simon já descortinava, sobrepujando-se a uma concepção absurda de teólogos uma concepção utópica de legistas" — o direito divino dos reis substituindo-se pelo direito metafísico do povo. Com efeito, é notável a substituição. A fórmula abstrata

de **govêrno do povo pelo povo**, sucedeu, na realidade, ao divisionismo real que sustentou grandes e seculares lutas contra o feudalismo histórico, talvez alimentado pelo providencialismo histórico de Bossuet. E já o "trono de um rei não é o trono de uma divindade", mas é Deus ainda que "dirige os destinos dos povos".

E um Luiz XIV não se proclamava o rei - sol e nem se afirmava como Estado em pessoa, porquanto a história já registrou o desmentido de 1789; e êste mesmo 89 que assinala verdadeira transformação social e política já foi negado, em 1917, com a revolução Bolchevista desencadeada na Rússia Soviética. Ao senhor feudal venceu o Rei; o artezão medieval suplantou o primeiro e se transformou no burguês moderno enquanto, por outro lado, o molusco marxista prepara a ruina fragorosa dos caracteres que não perderam jamais a sua fé nacionalista. Todos êstes processos de variações sociológicas, todos êstes conflitos de classes diferentes que o materialismo histórico consigna, com precisão rigorosa de catálogo, trouxeram o fenômeno da reação espiritual que tão bem caracteriza os movimentos vivos, no século XX. Nascem em tempo de crise, não como crise, mas para remediarem a crise e mostrarem que os problemas do estômago só se resolvem pela massa cinzenta. Êsses movimentos porém, que germinaram nos Estados Europeus e no Continente sul-americano, onde o Brasil se fêz prisio-

neiro, não aumentam para impedir a revolução social, mas para dar um outro sentido, uma nova orientação ao desejo de quantos lutam por uma etapa superior da vida terrena.

Sabemos até onde poderemos chegar muito embora não tenhamos visão apriorística dos fatos. Pois ligamos as representações estatísticas ao dinamismo mutável das fôrças. E só dentro do Estado forte, com govêrno forte, é possível a realização do pensamento ou a integração da idéia fôrça na idéia fato. A nossa solução não se baseia nos postulados indemonstráveis da liberdade política que se traduz na participação de todos no govêrno, pois não podemos admitir que se desenvolva livremente a fúria dos maus, a opressão dos poderosos e a crueldade dos celerados. O govêrno não pode continuar a ser arma do forte contra o fraco, previlégio do burguês contra a desilusão do proprietário. Porque o que vemos, com êsses olhos que felizmente a natureza nos deu, é o predomínio das famílias e dos grupos, a dominação das oligarquias e dos partidos. De mais disso, êsses partidos, por exemplo, infestam o território nacional, não têm conteudo, são ôcos, destituidos de sadia inteligência diretora e vivem, para melhor dizer, do combate mútuo, dos interêsses personalistas ou de suas plataformas abstrusas. Aliás, é comumente o partido vitorioso nas eleições e sagrado pela consciência do povo o que dirige o estado ou que exerce a sua soberania política, se

bem que o voto seja comprado ou adquirido por amisade e ainda pela coação policial.

Onde está, pois, a metafísica do direito do povo? — Onde residem os princípios da liberdade, da igualdade e da fraternidade, conquistados com tão grande verbalismo sonoro e com tanto sangue derramado inùtilmente?

É que tudo isso é pura balela. É que tudo isso são remanescentes de um sistema político. O mal, porém, não é novo. Na antiguidade, a história nos ensina que nas regiões em que existia uma democracia rudimentar, o govêrno era a predominância de pequeno número de cidadãos, gerindo os negócios públicos que também eram seus. O maior número não pesava nada na balança administrativa. As lutas surgiam, as guerras intestinas irrompiam vulcânicamente. O vencedor exterminava o vencido que, quando pouco, era banido eternamente. O ódio era implacável do governante para o governado. A inconsciência dos dirigentes levava-os na maioria dos casos, até o suicídio. Na própria Atenas, "considerada pelos antigos como democrática por excelência, nunca recebeu a um quinto da totalidade dos habitantes do território nacional". Na Idade-Média, o fenômeno continuou: as repúblicas italianas que eram então os grandes centros da burguesia capitalista, sofreram a influência nociva e destruidora das lutas interiores — filhas de ambição e do desejo de mando. Eram os conflitos per-

manentes entre os nobres que pretendiam governar exclusivamente e o povo que não se contentava com aquela participação do exercício dos poderes públicos, limitada a uma minoria interesseira. Na idade moderna, e mesmo na idade contemporânea, os acontecimentos se reproduziram, com pequenís-simas diferenças.

É Kelsen quem observa, na página 464 de sua obra **Teoria Geral do Estado**, que "a democracia, especialmente o tipo parlamentar, é por natureza, um Estado de partidos. A vontade coletiva se forma na livre - concorrência dos grupos de interêsses constituídos em partidos políticos. Por essa razão a democracia não é possível senão como tramação e compromissos entre êsses grupos opostos. Não sendo assim, corre o perigo de se transformar em sentido contrário, em uma autocracia". De maneira que êsse govêrno que recebeu a denominação de fraco e gelatinoso, fica a oscilar entre o partido político que conseguiu vencer pelo sufrágio quantitativo e a autocracia. As necessidades da Nação, são os interêsses particulares de um partido dominante. As aspirações e finalidades totais do indivíduo e do conjunto humano a que pertence se reduzem aos desejos e às paixões de uma oligarquia. E assim a desintegração social e política começa, as correntes revolucionárias se formam, as fôrças econômicas se entrechocam, o pensamento separa os homens, os vencidos se revoltam e ímpetos libertários se ma-

nifestam, o perigo comunista cresce e a miséria se alastra por todos os lados.

Então, o partido que governa e que, portanto, sustem em suas mãos o poder estatal, prepara a sua polícia para esmagar, na praça pública, o operário que foi enganado pelo marxista de gravata lavada, esquecendo-se, pois, de que a orígem espiritual de tôda essa inquietação reside na organização individualista-anárquica da sociedade em que se apoia o Estado - gendarme. A opinião de Kelsen é também apoiada por Sauer — professor da Universidade de Koenisberg — na sua **Filosofia Jurídica e Social** — quando afirma de modo eloqüente, que "a essência subjetiva da política corresponde à essência do sujeito que a dirige". Chama-se partido. Êste, na sua estreiteza, no seu isolamento, cuidando de si mesmo, preocupa-se, apenas, com os seus interêsses, enquanto os indivíduos, mesmo a maioria nacional, estando fora de sua órbita, fica entregue ao destino das lutas e dos antagonismos. Por isso, o partido é fragmentário. No entanto, como nota Sauer, "a aspiração do partido é a direção da totalidade de modo que sua tendência objetiva é superar cabalmente a si mesmo e resolver-se na totalidade objetiva". Isto parece enquadrar-se na afirmativa de que a parte pode abranger o todo. Êrro de lógica descoberto pela razão intuitiva, mas grande habilidade política. Sòmente na cabeça dos estúpidos liberais-democratas pode uma parcela com-

preender a soma assim como a partido dirigir a totalidade nacional. Santa ingenuidade daqueles que não o entendem!

Diante disso, o Integralismo, como concepção totalitária, faz guerra de extermínio ao govêrno feito pelo partido político, afirmando a existência de uma integral na vida do homem brasileiro.

Porque o que é real, na nossa sociedade, não são facções purulentas, não são as organizações sectaristas famintas do poder, não são as proezas simiescas dos cabos eleitorais e nem tão pouco, as guerras recíprocas das diveras classes, mas a unificação, solidariedade e a integralisação dos elementos que se congregam. Assim, pois, quando o Integralismo impõe um govêrno forte para o Brasil, quer dizer que é eleito pela nação total, identificada como Estado, com o subsídio das associações profissionais, corporações e sindicatos. Clara está, aí, a diversidade completa da expressão — govêrno do povo pelo povo desorganisado.

O sindicato, como grupo econômico de indivíduos que se ocupam do mesmo ofício, é a pedra angular do Estado Integralista organizado. É govêrno funcional forte, porque é uno, indivisível, apoiado não na ficção da vontade geral, porém, na Nação inteira. É orgânico, estrutural. O govêrno,

dentro da concepção integralista, "requer poder, pois não se realiza nenhuma aspiração e nem se satisfaz nenhuma necessidade sem poder significante". É que a vida social muda constantemente, espontâneamente; desdobra-se com os novos aspectos que surgem. O govêrno através das pessoas naturais jurídicas, desempenha papel de "proteção de autonomia". É integração "gerando e mantendo equilíbrio social". Não se transforma em autocracia, porque autocracia aparece no govêrno bolchevista onde "a ditadura de um partido representativo dos interêsses proletários é dirigida, não só contra os partidos burguêses, senão também contra todos os outros partidos obreiros". Tal é, na verdade, o sentido político do bolchevismo. Govêrno forte não quer dizer ditadura efêmera de um partido político, proletário ou burguês. Porque o Integralismo não assinala a passagem do Estado de partido para o Estado de um só partido. Não apresenta coincidência com o bolchevismo neste ponto e nem na atitude fundamental anti-pacifista. Sômos extremos que não se tocam, fôrças que se excluem, aspirações que não coexistem nem mesmo no pensamento de Kelsen. Condenamos a orientação governamental das organizações burguezas, como condenamos a ditadura bolchevista. Nem um Estado ùnicamente burguez e nem Estado exclusivamente

classe. Ambos são inaceitáveis pelo critério que adotam ou pela "origem espiritual" que têm.

A verdade está na totalização que tudo abrange ou na integração que tudo equilibra.

(A Offensiva — 15-11-1934)

MARTINS MOREIRA

REALIZANDO A DEMOCRACIA

A não ser entre os próprios políticos que se mantêm, alguns conscientemente, na exploração das velhas fórmulas junto às massas populares, exaurindo-lhes as últimas energias, ninguém entre os pensadores políticos modernos ousa negar que a expressão **democracia**, para os liberais, está ficando vasia de qualquer conteúdo ideológico exato. A palavra está se despindo inteiramente de qualquer significado. É hoje uma das muitas expressões empalhadas, que vivem mais por uma lembrança de seu papel histórico, do que pròpriamente por uma fôrça atual e criadora. Dentro dos quadros políticos e liberais, todos sentem que a democracia não corresponde em mais nada aos anseios realmente democráticos dos povos.

Quando hoje se exige a democracia, o pensamento volta para condições inteiramente novas à sua vida. Se queremos dar à palavra um conteúdo, digamos de vida atuante, sômos obrigados a aceitá-la como exprimindo um conceito revolucionário em relação ao seu velho conceito da velha democracia. Esta se representa nos partidos políticos, na

economia burgueza, no artificialismo de um sistema representativo falso. Uma bandeira democrática no mundo presente é um símbolo de luta contra êsses elementos integradores do velho conceito democrático. No Brasil, por exemplo, a democracia dos partidos políticos é uma expressão, ou de pura hipocrisia eleitoral, ou, então, o mais dramático vasios de idéias. Os desejos realmente democráticos da Nação fogem, instintivamente, dessa democracia de fachada. É uma repulsa que vem dessa capacidade inconsciente e profunda das massas para descobrirem as fórmulas políticas em que se realizam suas aspirações. É isto, aliás, que explica como os eternos chavões da velha oratória democrática caíram, irresistìvelmente, no ridículo; e quando hoje qualquer político começa a falar em democracia, despertam-se fatalmente, no ouvinte, insopitáveis vontades de riso. Nada há, na democracia dêsses políticos, que seja uma garantia de realização de idéias democráticas. E não dizemos nêles como confiança na pessoa, mas como confiança mesmo nas fórmulas que propõem. Falta-lhes tudo para fazerem a democracia, a principiar pela liberdade política dêles mesmos, pois a economia burguêsa e a pressão do capitalismo internacional os tornaram autómatos dos processos de espírito dêsse capitalismo. Para darem ao Brasil uma verdadeira democracia, falta-lhes sobretudo o heroismo para romperem com os quadros partidários, dentro dos quais vivem

seus interêsses eleitorais, já cristalizados sôbre um sistema de mistificação democrática. O mecanismo interno dêsses mesmos partidos é uma negação democrática. A organização dêles, se a possuem, não se destina a uma articulação democrática do eleitor com seus chefes partidários. Destina-se a captação mais eficiente de um voto, por qualquer modo que seja. Os partidos políticos não visam, por exemplo, tomar a opinião das massas, organizar e disciplinar, num sistema de idéias, as vontades eleitorais do cidadão. Não circula em seu maquinismo de captação de votos, qualquer idéia de respeito ao eleitor, de desejo de uma satisfação positiva de suas ânsias. O processo de atuação do partido sôbre o eleitor, é de um completo desconhecimento da existência de uma vontade dêsse mesmo eleitor. Os meios de atuação dos partidos políticos sôbre êles não são o da conquista de um indivíduo com uma vontade, mas o da conquista simples e única de seu voto.

A democracia compreende a existência da pessoa humana se manifestando como vontade consciente no ato político. Essa fôrça que possuem os partidos para negarem ou desconhecerem a pessoa que vota é o traço mais definitivo da impossibilidade de qualquer realização democrática com as fórmulas políticas que oferecem. As relações do eleitor com o partido não se assentam no princípio de contribuição do eleitor para a vida ideológica do partido, o que seria uma manifestação democrática,

mas no princípio de se tratar de uma simples unidade portadora de um voto, por meio do qual se elegerão os candidatos indicados aos resultados das urnas. Pergunte-se a qualquer eleitor que se julga de um partido, qual é a sua participação na vida dêle, qual a participação de sua vontade na vida mesma do partido. Todos responderão que não existe. Pois na verdade êles não são dos partidos. Os partidos representados em meia dúzia de chefes é que atuam sôbre êles, por um processo de obtenção indiferente de seu voto.

Não há nada que seja uma democracia.

É de espantar, portanto, para êsses democratas dos partidos, o que o Chefe Nacional do Integralismo acaba de determinar no sentido de auscultar a vontade dos camisas-verdes na escolha do candidato da A. I. B. às próximas eleições presidenciais. A fôrça de respeito que o Integralismo tem para com o camisa-verde explica que se vá pedir uma manifestação de sua vontade na escolha do homem que será sufragado nas eleições de janeiro. A A. I.B., possuindo uma organização disciplinar de que nem por longe se aproxima qualquer partido político brasileiro, não impõe candidato. Pede ao camisa-verde a indicação do candidato. O camisa-verde não é dentro do integralismo uma despersonalizada unidade votante. Possui uma vontade que sempre se manifestou e que agora deverá ter um pronunciamento nítido numa questão de ordem

vital para o próprio Integralismo e o Brasil. O fato demonstra à evidência que o Integralismo com seus juramentos, sua disciplina, sua ordem hierárquica, é a nossa única realização democrática, e que é preciso exatamente romper com os antigos elementos integradores do velho conceito democrático afim de que seja possível uma realização democrática. Nenhum partido político entre nós poderia assim proceder. Principalmente porque a sua massa de eleitores é inteiramente despersonalizada e amorfa, e em seguida porque lhe falta na realidade a coragem verdadeira, democrática, de um consulta a qualquer massa consciente de eleitores.

O que o Integralismo vem conseguindo, não há dúvida, portanto, é a realização única da democracia entre nós, marcando uma conquista definitiva do homem brasileiro no sentido de sua real emancipação política.

(A Offensiva — 25-4-1937)

ANTÔNIO GALOTTI

O RENASCIMENTO DO ESTADO

A grande guerra promoveu a derrocada de crenças e princípios que há mais de um século estruturavam a vida das nações ocidentais.

E foi além disso um agudo e doloroso toque de clarim que em meio à hedionda saraivada de tamanhas devastações e misérias, acordou consciências, ordenou atitudes, emocionou corações e, com angústia, lembrou à humanidade inadvertida que não basta o otimismo covarde de um século, como o do décimo nono, para que tranquilamente se possa repousar na esperança da felicidade humana, ou na crença do progresso constante e ilimitado, ou na certeza do supremo poder sempre benéfico da ciência, ou em qualquer dos postulados que o século "estupido", na expressão irritada de Léon Daudet, consagrou com as suas luzes e festejou com os seus triunfos.

As raras advertências e protestos de alguns espíritos privilegiados que clamavam em nome dos valores eternos da personalidade humana, pela adoção de novas fórmulas políticas e sociais não con-

seguiram impressionar a sensibilidade materializada e sibarítica dos homens da passada centúria, indo perder-se, como écos sem ressonância, nas longínquas e serenas alamedas para onde emigraram, nesse século de imediatismos absorventes, tôdas as preocupações de natureza espiritual e todos os pensamentos profundamente humanos.

Só o fogo santo da guerra, êsse fogo irmão daquele que a cólera divina, na passagem bíblica, fêz desencadear sôbre Sodoma e Gomôrra para purificá-las, reduzindo-as a cinzas, conseguiu vulnerar a crosta da civilização materialista dos últimos tempos, bem como exibindo aos olhos assustados do mundo os abismos da tremenda tempestade social que assovia por tôda a parte uivos lancinantes de desespêro e de dôr, a indicar aos homens ainda trêmulos a necessidade de forjar sob a inspiração de princípios espiritualistas os novos cânones da vida social.

Só a voz poderosa e aterradora dos canhões, de mistura com o grito da carne e da alma humana, pode despertar o conjunto de idéias, sentimentos e instituições que deverão estar alerta, no curso do século XX, para poupar ao mundo o cruciante espetáculo da presente anarquia, política e econômica.

Entre as instituições que estiveram esquecidas e desvirilizadas, cumpre salientar o Estado, cuja

função de coordenador vigilante da vida social não foi compreendida nem respeitada. O Estado era um espectador desinteressado.

Chamado, porém, novamente, à vida ativa, pelos sons estrídulos que durante a guerra entoaram tràgicamente com os estrondos do canhão e os sibilos da metralha, entrecortados pelo gemido humano, a marcha fúnebre do individualismo político e econômico — o Estado encontrou ao renascer a desorganização e a anarquia disseminadas por todos os setores em que é da sua competência e do seu dever intervir e providenciar.

Imensa e penosa tarefa se desvendou então à sua iniciativa e ao seu esfôrço. E se é verdade como diz o publicista, que "o Estado é o fenômeno saliente e característico do mundo moderno" (1), nunca o problema do Estado terá atingido o relêvo e a importância a que chegou nos nossos dias, agora que na arena da competição social se degladiam duas classes, que o liberalismo criminosamente separou e contaminou de ódios violentos.

Acompanhemos, pois, ràpidamente, os passos do Estado no mundo moderno, desde o absolutismo real, passando pelo liberalismo democrático, até à reação de que iria nascer o Estado Nacional Corporativo, em cuja estrutura o Integralismo buscou inúmeros elementos para delinear os traços fundamentais da sua concepção de Estado.

O mundo medieval findara. Derrotada a aristocracia feudal, pela ação conjunta da realeza e da burguezia, processou-se a centralização monárquica com o poder absoluto do rei. Era o Estado absoluto.

A Renascença, por sua vez, revivendo antigas concepções, prestigiou o indivíduo como membro do Estado.

Dêste modo começa a história moderna com o fortalecimento dos dois têrmos extremos da vida social: o Estado e o indivíduo — enquanto que os grupos intermediários, de natureza profissional, biológica ou religiosa, essenciais à vida em sociedade, desprestigiadas pelos novos sistemas, iniciaram a marcha que os levaria ao completo desaparecimento.

O Estado e o indivíduo como que assentaram exterminar com as coletividades intermediárias, tarefa que a monarquia iria realizar moderadamente e a revolução completaria.

Na verdade o poder real não chegou a suprimir os corpos coletivos da vida social, mas absorveu-lhes a autonomia, regendo-os com mão de ferro.

A sua morte, porém, só se daria pouco depois, com a vitória do indivíduo na revolução francêza.

O absolutismo real usurpou-lhe assim a autonomia e o individualismo revolucionário cortou-lhes a vida.

Não consultou, pois, o novo Estado absoluto, as reais condições da vida social, embora não possa ser

censurado por inércia e frouxidão, estigmas que caracterizariam o Estado liberal. De fato: a crença crisohedônica, isto é a crença na preeminência da riqueza composta de metais preciosos, exigiu do Estado absoluto uma forte atividade, que se desenvolveu no sentido do seu enriquecimento pela conquista de metais preciosos.

De modo que o Estado absoluto era um Estado ativo, com funções absorventes, deveres e ambições.

Mas o indivíduo que a Renascença despertara, ambicionava ensaiar as tentativas da sua libertação.

Até aqui êle estivera sob o domínio férreo, em política, do absolutismo monárquico e, em economia, do estatismo mercantilísta.

Vai aproximar-se a hora das revoluções individualistas.

O século XVII assiste à revolução inglêsa, em que as aspirações constitucionalistas do povo, sob a influência de filósofos individualistas da têmpera de Locke e graças ao rápido desenvolvimento da burguezia, levam de vencida o absolutismo real e afirmam a histórica declaração de direitos.

Estava consumada a primeira vitória do individualismo, que, no século seguinte, plantaria novos marcos com as revoluções americana e francêsa. Na França, ainda não se dera sepultura a Luiz XIV e já os poderosos sentiam que era muito mais fácil defender e estimular os seus próprios in-

terêsses num Estado fraco, dispersivo e leviano, do que sob um regime de autoridade e fôrça. Não era de admirar, por conseguinte, que adotassem com sofreguidão, como de fato adotaram, as idéias liberais que a esta altura tinham ampla circulação.

A doutrinação dos economistas, dentro em pouco, iria também embeber-se de liberalismo. A escola fisiocrática, visceralmente liberal, foi um protesto individualista contra o intervencionismo do Estado e marcou um passo decisivo na marcha que conduziria o indivíduo àquela posição, que êle teve no século XIX, de ator principal, senão único, da cena política e econômica.

Assim, o Estado fisiocrático não atúa, não impulsiona, nem dirige. Limita-se a divulgar e defender as leis naturais, leis imutáveis e eternas que, segundo a metafísica otimista dos doutrinadores, forçaria a realização expontânea da **Ordem Natural** — que é a prosperidade econômica e a suprema felicidade sôbre a terra. A sua função portanto já é negativa, abstinente, embora não se possa comparar o Estado fisiocrático com o Estado-polícia do liberalismo posterior, pois ainda há muito que aumentar em profundidade o sono dêsse Estado há pouco adormecido.

* * *

Nas ideologias políticas, impulsionado pelo humanismo da Renascença, pela reforma de Lutero,

pela filosofia individualista do século XVIII, pelo liberalismo fisiocrático, prepara-se o volumoso movimento que explodiria vitoriosamente na revolução francêsa.

O indivíduo a que a Renascença soprou ânimo, sôlto no mundo, rebelde e cheio de liberdade, festejado e mimado pelos filósofos das luzes, livre das regulamentações governamentais, insuflado do rousseauismo, que impregnava todos os espíritos, chegara ao apogeu, aniquilando o poder do Estado e submetendo-o ao jugo dos seus interêsses.

Só o indivíduo resistiu aos golpes da guilhotina individualista; o Estado d'oravante existiria para êle, como mola e instrumento dos seus interêsses, enquanto que os corpos coletivos da vida social logo no início da eclosão revolucionária recebiam decretos de morte.

"A primeira tarefa do individualismo político revolucionário, observa Pierre Gaxotte, e por assim dizer, a sua única tarefa, consiste em destruir e impedir que renasçam todos os organismos naturais que, até então, solidarizavam e defendiam os indivíduos e que, d'oravante, seriam considerados opressores e imorais" (2). "A revolução só deixou de pé os indivíduos" — diria Royer-Collard (3).

Aliás a entronização do indivíduo estava nos ensinamentos de Jean Jacques Rousseau, cuja doutrina deu à mística revolucionária uma grande fôrça e um imenso poder de sedução. Dêste modo, as

novas concepções políticas que dominariam o mundo por mais de um século, se elaboraram principalmente à luz dos ensinamentos de um pensador contraditório, "volutuoso da incoerência", de tal maneira merecedor de compaixão que Jacques Maritain, de olhos abertos para as misérias presentes da humanidade, não teve dúvidas em pedir cristãmente a sua absolvição porque, dizia, o pai do mundo moderno — Rosseau — não passa de um irresponsável (4).

Vitoriosa a revolução, proclamada a Declaração dos Direitos do Homem, proibida tôda forma de associação, concebido com prerrogativas essenciais o indivíduo-cidadão, atingiu o Estado o ponto mais agudo da sua inatividade e teve por atribuições exclusivas: a polícia e a diplomacia.

Os doutrinadores individualistas podiam exultar. Say proclamava que "para um govêrno é já fazer muito não fazer o mal". E Bentham dizia que "a indústria só deve pedir ao Estado que lhe não perturbe a paz" (5).

*
* *

Anti intervencionista, o Estado Liberal — "o mais frio dos monstros frios" na palavra de Nietzsche — a tudo assiste com irritante impassibilidade,

alheio da vida e das coisas, das contingências sociais e das necessidades humanas.

Começa com a liberal democracia a obra louca do século XIX.

Soltando todos os instintos individualistas, aguçando tôdas as cobiças, permitindo tôdas as explorações, disseminando injustiças e usurpando direitos, favorecendo os poderes e sugando o esfôrço dos desfavorecidos, o liberalismo desenfreado dessa época abriu sulcos traiçoeiros na civilização do ocidente, permitindo que ela rumasse para a crise tremenda de que os nossos dias são o melancólico testemunho.

O democratismo igualitarista, govêrno do povo soberano nos moldes prefigurados pelo "misticismo fraudulento" de Rousseau na sua enlouquecida concepção da Vontade Geral, era bem o sistema político conveniente à voracidade econômica do individualismo reinante.

Erigiu-se como esteio dos novos credos políticos a mais ampla e absoluta liberdade. Os cidadãos seriam todos iguais perante a lei — era a igualdade política e, na esfera econômica, a cada um seria permitido "ir" para onde bem lhe aprouvesse ou "fazer" o que melhor lhe conviesse porque assim, e só assim, sob a constante influência dos interêsses individuais, livremente exercitados, se tornaria pacífica, próspera e armoniosa a convivência social.

Nada mais vantajoso para o capitalismo do que semelhante sistema político, pois se todos eram teòricamente iguais, e todos podiam agir com liberdade, de acôrdo exclusivamente com o interêsse próprio, o resultado natural seria que — dada a ausência de um órgão diretor da vida social — o capitalista burguez, de fato em situação desigual em virtude do seu poder econômico, iria dominar o poder político, governando para si e legislando segundo as conveniências do capital, sem considerar as necessidades do trabalho e as realidades sociais.

Era indiferente que, nas camadas profundas da sociedade, cujo desequilíbrio se ostentava nessa liberdade imaginária concedida igualmente a potentados e miseráveis, ricos e pobres, felizes e desgraçados, viesse se processando a formação de poderosas fôrças desagregadoras. Ao Estado, dominado pela liberal democracia, era vedado levantar, em defesa da paz e da justiça social, a enganosa cortina de seda que escondia e protegia as flexas envenenadas e corruptoras do liberalismo individualista.

Os tóxicos precisam de agir livremente, resguardados pela ilusão de uma pseudo liberdade política, jurídica e econômica.

Por tôda a parte: **"Laissez faire, laissez passer"!**

O operário, ao estipular com o poderoso industrial as condições do seu trabalho, via-se forçado a aceitar, para não morrer de fome, a exiguidade de

um salário iníquo e miserável. O grito revoltado contra a indignidade de tamanha extorsão calava a sua cólera de encontro ao som fatal e enganoso dos axiomas liberais: "**Laissez faire, laissez passer**"!

A desigualdade econômica, cavando sulcos sempre mais profundos e irremediáveis, determinava protestos que tinham como resposta o éco pomposo e inconsciente: "**Laissez faire, laissez passer**"!

Tôdas as injustiças sociais — uma minoria economicamente mais forte e uma imensa maioria aviltantemente explorada e consumida: "**Laissez faire, laissez passer**".

Ódios que se desencadeiam, classes que juram vingança, elaboração dos instrumentos de luta, ameaça permanente à estabilidade social, injustiças sem nome, desemprêgo, fome, frio, ranger de dentes — a tudo o Estado presencia, inerte sem poder para intervir, inibido como estava pelos sagrados princípios: "**Laissez faire, laissez passer**"!

Num mundo ùnicamente sensível à voz do dinheiro, o ambicioso burguez enriquecido e a grande massa desprotegida vivem soltos como iguais dentro da mais ampla liberdade.

Interessante liberdade essa que faz lembrar a pobre ovelha frente ao leão esfaimado. Infame liberdade, chamado por Lacordaire "liberdade que oprime". Mentirosa liberdade de uma falsa democracia.

Indiferentes ao bem e ao mal, quer o liberalismo, quer a democracia, que é a realização daquele na ordem política, recebem por parte de autorizados pensadores vibrantes a merecida acusação.

Ouça-se Léon Daudet: "A meus olhos, digo francamente, não é grande liberal quem não for grande asnático e tanto maior quanto mais liberal. Que é com efeito o liberalismo, senão a busca, teórica e prática, e finalmente a aceitação d'uma média entre o melhor e o pior, entre o excelente o execrável, entre o verdadeiro e o falso, o razoável e o absurdo? O liberal é um homem que reverencia ao bom Deus, mas respeita o Diabo. Aspira a ordem, mas afaga a anarquia" (6).

Ou o que escreve Berdiaeff, na sua serena e luminosa profundeza: "Mas o que é a democracia humanista, senão a proclamação do direito ao êrro e à mentira, senão um relativismo político, uma sofística, uma maneira de entregar o destino da verdade ao sufrágio da maioria de votos"? (7)

*

* *

Sôbre êsses alicerces a burguesia consolidou o seu prestígio e entrou a gozar das facilidades de um regime que lhe parecia eterno. Completando as fôrças que iam gerar o seu gigantesco poder eco-

nômico, surgem a máquina e a técnica com a sua imensurável capacidade produtiva.

A introdução da máquina no mundo moderno deu aos burguezes, seus usufruidores exclusivos, uma fé incalculável na grandeza do seu destino e a convicção de um progresso e de uma felicidade sem limites.

Impregnados até a alma de materialismo, não compreenderam que a máquina, movida e lubrificada pelo egoismo capitalista, se converteria de divindade benfazeja, como a julgavam, em peça demoníaca de destruição e de martírio.

Ao invés de usar as novas invenções em benefício do homem, o economismo materialista da época resolveu usá-las exclusivamente em benefício da produção para multiplicar os lucros do burguês.

Sôlta no domínio da matéria e insubordinada ao espírito, a máquina podia agigantar-se ilimitadamente, produzindo em proporções infinitas.

O burguês sorria feliz diante do milagre: descortinava-se à sua viciada, sedenta imaginação, inestancáveis torneiras de ouro.

De modo que "a crença na técnica, escreve Spengler, se converte quase em religião materialista; a técnica é eterna e imperecível como Deus-Pai; salva a humanidade como o Filho, nos ilumina como o Filho; nos ilumina como o Espírito Santo.

E o seu adorador é o moderno filistêo do progresso desde La Mettrie até Lenine" (8).

Em pouco a máquina começaria a fazer exigências e impor leis.

Não se produzia em obediência às necessidades do consumo, mas exclusivamente à vista de novos lucros a auferir. Inverteu-se a ordem natural: a produção não existia para o homem e sim o homem é que passou a existir para a produção. Tanto se produziu, tanto trabalhou a máquina, tanto lucraram alguns em detrimento de quase todos, que, em dado momento, a produção, devido à incapacidade aquisitiva da imensa maioria, não mais encontrara escoadouro, gerando, como decorrência do sub-consumo, as crises intituladas de super-produção. A máquina, porém, não podia parar, sob pena de arruinar de vez a economia mundial. Era-lhe indiferente o destino do homem.

Não tardaria assim o momento da grande tragédia, de que fala Berdiaeff, em que a criatura se revolta contra o criador e lhe recusa obediência (9). A máquina, criação da inteligência humana — buscava escravisar e automatizar o homem.

O micrócosmo-homem se sublevou contra a natureza, agora, do mesmo modo, o micrócosmo-máquina se subleva contra o homem. O senhor do mundo torna-se escravo da máquina (10). Eis o veneno maldito, o dêsse espírito burguês, que consegue comunicar à frieza mecânica da técnica tão

hediondos impulsos de vingança e ódio. Espetáculo monstruoso, que o gênio shakespeariano não conseguiu idear no ciclo opulento das suas tragédias terríveis.

Convém esclarecer que a máquina, considerada em si, não é um bem, nem um mal. É um simples instrumento. A sua condenação ou a sua glorificação dependerá do destino que se lhe der. Será execrável se, como na civilização capitalista, for empregada para fins de exploração, disseminando desgraças e transformando o seu formidável poder de libertação material do homem em dínamo de revolta, desordem e fome. Será benéfica e salutar se, subordinada ao espírito, mantiver a sua posição de serva das necessidades naturais do homem.

Por conseguinte, foi o próprio homem, êsse homem desfigurado do século XIX, que desumanizou a máquina.

E não só a máquina: desumananizou-se a si próprio, ora se considerando o macaco evoluido do darwinismo biológico, ou o resultado dos choques e contrachoques das fôrças produtivas do marxismo, ou o escravo dos instintos e complexos da psicologia pansexualista de Freud, e ora, através da revoltada visão nietzscheana, confessava a sua baixeza e erguia com desespêro as suas vistas para o super-homem. A máquina crescia assim em poder e sedu-

ção, enquanto o homem deslembrado da sua dignidade, despenhava-se nos abismos de uma triste decadência.

Homem agnóstico e materialista, isto é, ausência do sentido superior da inteligência e da vida técnica industrial, isto é, intensificação dos meios de exploração e lucros; democracia liberal, isto é, Estado entorpecido — eis o mundo capitalista.

Nêle podia o burguês viver apegado à terra, pois não o preocupava a vida do espírito; podia multiplicar rendas, pois a máquina não necessita de descanço, nem tem consciência; podia, enfim, extorquir e acumular tesouros, pois o Estado liberal democrático estava contaminado, como já vimos, pela desgraçada paralisia que lhe tolhera todos os movimentos.

*
* *

Não pararia aí, porém, a marcha progressiva do Estado em direção ao desaparecimento total. Stirner e Marx, representantes respectivamente do individualismo e do socialismo, viriam trazer, por caminhos diferentes, embora impulsionados por um mesmo sentimento, mais uma gota de veneno a êsse Estado, já tão enfraquecido e nulificado.

Stirner, negando-se a compreender o homem abstrato de Feuerbach, exigiu que o homem fôsse

concebido de uma maneira mais real. Daí ter dito: "Não é o homem em si que é o homem", sou eu, homem determinado, eu, Max Stirner, que sou o homem. É o que eu faço, o que eu penso, o que eu sinto, que é verdadeiramente humano. O homem perfeitamente determinado, o indivíduo, o eu, é, pois, a medida de tudo (11). Até aí atingiu o individualismo stirneano, segundo o qual o indivíduo é a única realidade essencial, e o Estado uma superfetação. Stirner rejeita o Estado por inteiro. Medida de tôdas as coisas, o indivíduo prescinde do Estado, que nada vale, como da sociedade, que não passa de uma idéia abstrata.

*
* *

Vimos como o indivíduo vem subindo, subindo sempre até Stirner, que o elevou às alturas da divindade, quando disse no seu célebre livro — **O Único** — : "Eu basearei pois, a minha causa sôbre mim; sou, como Deus, a negação de tudo mais, sou tudo para mim, sou o único. A minha causa não é divina nem humana, não é o verdadeiro, nem o bom, nem o justo nem o livre, é o meu; não é geral mas único, como eu sou único. Nada existe acima de mim" (12).

Doutro lado, o representante máximo do socialismo, chefe de escola adorado cegamente — cuja

obra, cheia de mitos e de hipotéticos postulados, como o do materialismo histórico e o da teoria do valor, fundamentais na sua concepção, não está à altura dos entusiasmos que despertou — Karl Marx, posto que por outra rota, chegou também à completa negação do Estado.

Para o marxismo o Estado é órgão de opressão de uma classe sôbre outra. Com a socialização integral dos meios de produção, que a ditadura do proletariado realizará na primeira fase da sociedade comunista, dar-se-á o desaparecimento das classes sociais, cessando assim a razão da existência do Estado, uma vez que a sua única função é servir à exploração, efetuada pela classe econômicamente dominante (13).

E o Estado lentamente irá morrendo até o último suspiro, no dia em que ao mundo se abrir o paraíso socialista. Para afastar qualquer dúvida sôbre o íntimo parentesco que aproxima o individualismo do socialismo, bastaria lembrar que assim como o individualista Jules Simon escreve, na aurora do liberalismo, que "o Estado deve se esforçar por tornar-se inútil e desaparecer", e o individualista Stiner o fere de morte, da mesma forma o socialista Karl Marx afirmaria mais tarde, como verdade científica, que o Estado fatalmente desaparecerá.

Sonolento primeiro, adormecido depois, mais adiante paralisado, chega afinal o Estado, no pen-

samento do mais radical individualismo — Stirner — Marx, — à completa inanição de morte.

Eis qual seria o seu triste destino se o individualismo de Stirner não fôsse uma miragem egoista e absurda do homem, ou se o esquema doutrinário de Marx não significasse o resultado das cogitações de um visionário autêntico.

*
* *

Evidentemente, a esta altura, uma intervenção assalta a qualquer espírito: seria possível que em um período tão longo, durante o qual a realidade social foi tão cruelmente desconhecida e desrespeitada, não tenham existido pensadores, nem sistemas sociológicos que, dotados de uma visão realista da sociedade, erguessem o seu protesto contra as absurdas ideologias dominantes?

Seria possível que ninguém clamasse pelos grupos profissionais: sindicatos e corporações?

Seria possível que ninguém apelasse para a solidariedade social, anatematisando a dissociação e as lutas provocadas pelo individualismo?

Seria possível que contra o internacionalismo do sistema liberal uma só voz não se erguesse para lembrar a viva realidade da Nação?

Seria possível que o pensamento da sociologia cristã estivesse pactuando com o regime vigente, sem um só pensador que enèrgicamente o combatesse em nome da moral?

Seria tudo isso possível? Estariam todos os homens que dedicaram sua inteligência aos estudos sociais assim visceralmente obsecados pelos princípios dominantes no XIX século?

Não se teria manifestado nenhuma lúcida reação?

Ou havia vozes isoladas que, embora sem resultado imediato, apontavam as chagas do regime, de onde adviria a sua falência, aclamando, para evitar maiores desgraças e decepções, pela solidariedade humana, pelo Sindicato, pela Família, pela Nação, pelo Estado? Sim, houve protestos e houve gritos.

Protestos e gritos vãos que a riqueza, o confôrto, a crença num eterno bem estar, a paixão crescente pelo progresso indefinido, a consideração exclusiva dos interêsses materiais e a insensibilidade moral de todos os poderosos da época — não deixaram ouvir.

A realidade social, assim terrìvelmente ofendida, haveria de vingar-se sem piedade. Não é preciso. Não é preciso pintar o doloroso espetáculo da vin-

gança, pois há 20 anos que a humanidade aflitivamente está se debatendo nas suas garras atrozes.

*
* *

Vejamos, pois, ràpidamente o sentido das diferentes reações que se processaram, ainda no século XIX, contra o seu desvario moral, político e econômico.

A Família, o mais importante e persistente agrupamento social, que chegara àquela aguda atrofia que levou Daudet a falar em "ruptura do tecto", e Tristão de Athayde "em morte civil da família" — encontrou, em pleno século XIX, a voz severa de Le Play, clamando pela restauração da sua autoridade como condição essencial ao restabelecimento da paz social.

Joseph de Maistre, De Bonald, La Tour du Pin, Tourvile, De Mun, o grande pontífice Leão XIII, e muitos outros nomes, formaram a plêiade dos que, em nome de princípios cristãos, pediam insistentemente ao século XIX o restabelecimento do verdadeiro sentido da propriedade, a criação de associações profissionais, o salário proporcional ao trabalho fornecido, o intervencionismo do Estado, tôdas as idéias que se contrapunham nìtidamente e à direção política e econômica do século.

Prédicas, proclamações e advertências que o vento levou.

Em nome da Nação, repudiada pelo internacionalismo liberal, falou a palavra previdente de Frederic List.

À idéia do intervencionismo do Estado êle ligou a noção de economia nacional.

No prefácio do seu **Sistema Nacional de Economia Política**, escreveu: "O traço característico do sistema que eu exponho é a nacionalidade. Todo o meu edifício é construído sôbre a idéia da Nação, como órgão intermediário entre o indivíduo e o gênero humano".

Ataca violentamente o cosmopolitismo, o individualismo e o materialismo do liberalismo, e dentro do seu sistema, em pleno século XIX lembrou a existência da Nação e clamou pelo intervencionismo etatista, e colocou a política econômica no seu relativo lugar, negando-se a atribuir-lhe a preeminência na ordem de todos os valores.

A não ser a influência que a sua obra exerceu ao lado da concepção filosófica e política de Hegel, na unificação da Alemanha e na construção do império Bismarkeano, tudo o mais que List anunciou aos povos, como medidas que não podem impunemente ser desprezadas — prédicas, proclamações e advertências — o vento levou.

A reação intervencionista é encabeçada por Sismond e Dupont White. Sismond não compreendeu a neutralidade do Estado. Exige a sua intervenção para abrandar a concorrência e proteger os fracos contra os fortes, especialmente os operários e adverte que o Estado precisa agir para remediar os males que o liberalismo permitiu se disseminasse.

Dupont White, dizendo que "para mais fôrça era preciso mais regra", compreendia que a intensificação da vida social exige do Estado uma energia vigilante e pronta regulamentação.

Inimigo do individualismo, considera o indivíduo "o eterno obstáculo de que são guarnecidos os caminhos da civilização", atribuindo à intervenção do Estado todo o progresso econômico da humanidade.

De resto, observa a agudeza de René Gonnard, o desenvolvimento das funções do Estado não significa um recúo da liberdade. O Estado é tutela e libertação, pois como afirmava Dupont White "a liberdade e o Estado, quer dizer, a vida e a regra, podem crescer paralelamente".

O que Dupont White vê e quer fazer ver é que a abstenção absoluta do Estado é uma concepção ideológica com a qual a realidade por assim dizer nunca se conformou e, sem dúvida, jamais se conformará (15).

Expressões tão incisivas, visão tão nítida da realidade social, tão sábias e eloqüentes advertências, nada conseguiram no século XIX. Tudo foi levado pelo vento. Também a reação estatística foi um grito que não teve éco.

Além de tôdas essas reações, o movimento socialista, alicerçado na imensa massa proletária, a que o capitalismo deu vida sem ter dado os meios indispensáveis à vida, avolumava-se assustadoramente sob a direção de Marx e Engels, ameaçando não apenas o império das iniquidades capitalistas, mas, eletrizantes de ódio, a totalidade dos valores sociais.

Apezar da paixão que o dominava e das suas tentativas revolucionárias, nada conseguiu o socialismo. Utopias, esperança que a vida desmentiu.

Avolumando o ruído de todos êsses protestos, erguia-se ainda, aqui e ali, a voz profunda e grave de pensadores que ousavam combater o espírito do século e colocar a sua inteligência a serviço do bem social, do direito escravizado e da moral ofendida.

É sabido como observa a maior figura da nova geração brasileira — Octavio de Faria — que todo êsse desequilíbrio moderno foi estimulado pela cisão que se processou, sob os impulsos do liberalismo, entre a moral e a inteligência, como entre o direito e a fôrça (16).

O mal e a injustiça podiam dominar a vida social, porque a fôrça não amparava o direito e o Estado ficava impassível diante das fontes do mal. De nada valeram a energia intelectual e a sagrada irritação de Joseph de Maistre, que lembrava ao mundo pervertido do século XIX a humana e sábia lição, consagrada há 3.000 anos pelas leis de Manú: "O castigo governa a humanidade inteira. O castigo vigia enquanto os guardas humanos dormem. O sábio considera o castigo como a perfeição da justiça. Que um monarca indolente cesse de punir e o mais forte acabará por fazer assar o mais fraco. Pelo castigo a raça inteira dos homens é conservada em ordem — pois não se encontra a inocência entre os homens e é o temor do castigo que permite ao universo gozar da felicidade que lhe é destinada" (17).

O otimismo do século não quiz ouvir a lição e ao direito, dominado pelos detentores do poder econômico e transviado do seu caminho de justiça, faltou a sanção daquela fôrça venerável que vibrou com violência e sabedoria o divino chicote do templo.

Por sua vez, a moral não encontrou abrigo na inteligência dos homens que estava dominada pelo ateismo, pelo sensualismo, e pelo prazer medíocre de imitar o cinismo de Voltaire, que a crítica de Joseph de Maistre fulminou de todo nas célebres **Soirées de S. Petersbourg**.

"Privada de auxílio superiores, escreve Octavio de Faria, condenada pela traição da inteligência, a moral, supremo ideal dos gregos que o Cristo alteou, que a Idade Média prolongou, que os artistas imensos do início do mundo moderno consagraram, que a Igreja agasalhou nos momentos de maior frio e de maior abandono, a moral pareceu longo tempo definitivamente derrotada pelas fôrças do mal, afastada irremediàvelmente das cogitações dos grandes pensadores e dos homens de ação de valor, destinada a um sofrimento sôbre a terra que não poderia ser mais duro e humilhante" (18).

Foi vã a revolta iluminada de Ernest Hello, que, tendo horror a tudo o que é baixo, fustigava a burguezia reinante e odiava o espírito volteriano dos intelectuais da época — êsse espírito sarcástico, demolidor e negativista, que chegou ao extremo revoltante de "prostituir" o riso quando quiz, por meio dêle, "desonrar o mistério sublime das coisas sobrenaturais" (19).

As verberações coléricas de Joseph de Maistre e as advertências flamejantes de Ernest Hello — o vento levou.

Hegel, olhos fixos na sua Alemanha, desesperado pelo cenário de uma realidade política informe e incoerente, sonhou as bases teóricas de um Estado ideal. Nega-se a acompanhar o individualismo da filosofia germânica de Kant e Ficht e restabelece

o poder do Estado, reabilita-o. Dignifica a nação, pois, para êle, a moralidade suprema ou a total idade moral reside na nação e através dela se realiza (20).

De qualquer modo, com ou sem exagêro, fornece Hegel, na época em que viveu, um inesgotável manancial de idéias filosóficas e políticas que serviram à unificação alemã e serviriam, um século depois, à grande obra de restauração do Estado.

Nêle se inspirariam os teóricos do Estado fascista. Dir-se-ia que a Itália, que viu em Hegel um grande admirador do seu Machiavel, como que iria prestar uma homenagem a ambos, valendo-se no momento em que realiza a sua grandeza e oferece ao mundo um novo padrão de Estado, das sábias idéias de Hegel para viver o sublime sonho italiano de unidade e de projeção da Pátria que Machiavel, inspirado, prefigurara e sonhara.

Pois bem. A idéia de reabilitação do Estado e da Nação tentada, no século XIX, pela fôrça magnética do pensamento hegeliano — o vento levou.

E assim o século "estupido", surdo a todos os clamores, continuava a sua marcha, que só era perturbada pelos rápidos colapsos de passageiras crises econômicas.

Não tardaria, porém, o golpe fatal. Fulminado já por crítica de fogo, abalançado pela fúria das agitações proletárias, estigmatizado pelas vozes dos

maiores pensadores da época, desprestigiado e desmoralizado, chega o Estado liberal-democrático, com a grande guerra, ao triste fim do seu ciclo histórico.

Dos vortilhões da guerra que findara raiou uma nova mentalidade política.

As suas encarnações mais expressivas foram a revolução bolchevista e a revolução fascista.

Uma e outra anti-liberais, anti-democráticas. Uma — a bolchevista — é fruto da reação exercida pelo socialismo contra o século XIX e as fantasias. Outra — a fascista — é a germinação de tôdas aquelas sementes do realismo que, durante o século, o vento levou — solidarismo, nacionalismo, etatismo.

Uma, nascida do êrro, pois o socialismo marxista — de que o bolchevismo é uma tentativa fracassada de realização prática — "não superou o clima filosófico da burguezia; é mais positivista, mais materialista, mais irreligioso, mais hedonista do que o capitalismo (21); é "a carne da carne e o sangue do sangue do capitalismo", seu "desdobramento lógico", como afirmam (não é possível, aqui, desenvolver o ponto de vista) Berdiaeff, Ferrero, Johannet Valdour, Tristão de Athayde e tantos outros: "Filho ingrato da economia liberal", na expressão de Valois. Outra, descendência brilhante

do protesto que poderosos pensadores, em nome da verdade social, jogaram inutilmente à cara da estupidez de um século.

Uma, espetáculo crepuscular, coroamento de êrros, última atitude de uma civilização que se despede. Outra, fóco novo de luz, que, na alvorada de uma civilização, irradia fé e calor ao coração desesperançado dos homens.

É filiado a êsse movimento de espiritualização da vida e de realismo social de onde surgirá, no Ocidente do século XX, uma nova civilização, que o Integralismo deve ser entendido.

E a sua concepção de Estado obedece a êsse mesmo rítmo de compreensão do homem e da sociedade.

O Estado renasce para as lutas da vida social e ressurge para a direção da história.

As contradições dramáticas do capitalismo, dantescamente exploradas na grande guerra, acordaram-no de uma letargia de quase dois séculos.

O indivíduo, velho cidadão otimista, não tem fôrças, nem elementos, nem reservas morais, para resolver a crise que avassala o mundo dos nossos dias. As nações, debatendo-se em profunda anarquia política e às portas da miséria econômica, clamam desesperadamente pelo socôrro de uma fôrça nova que evite a desagregação total e lhe salve a honra e dignidade.

É então que os povos, sentindo pulsar aflitamente o coração ameaçado da Pátria, resolvem escorraçar para o inferno, num gigantesco movimento de energia e de fé, o espírito e as instituições da civilização capitalista, e, ao mesmo tempo, premunir-se contra as investidas ameaçadoras de um regime condenado, que os comunistas, êsses novos bárbaros da matéria, visam violentamente implantar.

O renascimento do Estado é, pois, fato tão evidente e tão importante no mundo moderno que pode se dizer: o século XX será o "século do Estado" em oposição ao "século do indivíduo", que foi o XIX.

Até mesmo nações que conservam a estrutura política do democratismo liberal renegam os postulados fundamentais da doutrina em que se baseiam e solicitam do Estado a intervenção em diferentes setores da vida nacional, conferindo poderes e competências nìtidamente anti-individualistas, anti-século XIX. É a "liberal" Inglaterra, organizando gabinete de concentração nacional e renegando o princípio secular do livre-cambismo com a instauração de um regime fortemente protecionista, e é a "liberal" república americana que está vivendo sob as garras orientadoras da águia de Roosevelt.

Os ouvidos habituados ao som dos imortais princípios, por certo se escandalizarão com a voz severa, enérgica, onipresente do Estado renascido,

que não receia ditar esta sentença de ordem: "Não sobra ao povo senão monossílabos para afirmar e obedecer".

Fôrça superior e consciente, o novo Estado — concebido como "encarnação jurídica da Nação", que é unidade moral, política e econômica — em nada se assemelha com aquêle estado liberal, abúlico e anti-finalista do qual Mussolini afirma com entusiasmo e juventude que o enterrara, "com funerais de terceira classe".

A Nação, realidade histórica e sociológica — tendo, na linguagem da Carta do Trabalho, "na vida meios de ação superiores ao dos indivíduos ou grupos que a compõem" — é o fundamento em que assenta um novo Estado que repele o clássico agnosticismo liberal, cúmplice-mór de tôda confusão contemporânea, e instaura, por necessidade de vida, de harmonia, de concórdia, de ordem, de defêsa, e de tutela, um regime finalista, com objetivos éticos, econômicos, religiosos e de cultura, regime de grupamentos profissionais, de moralisação da família, de intervenção na atividade econômica, de amparo às iniciativas privadas, de justiça entre patrões e operários, de solidariedade e hierarquização dos valores sociais — religião, Pátria, família, grupos profissionais — de aperfeiçoamento moral do homem e de engrandecimento da nação, mãe comum — alicerce da nova humanidade.

O renascimento do Estado de base nacional, no século XX, realiza a síntese maravilhosa de todos aquêles ensinamentos que no século passado o vento levou. Nêle, como elementos estruturais, se enquadram o intervencionalismo de Hegel e List, Sismondi e o etatismo de Dupont White, o nacionalismo de Hegel e List, o solidarismo de Leão XIII, o grupalismo profissional e familiar de Le Play, e se tanto fôr necessário, a ira odienta, endurecida, que inflige o castigo regenerador, a que se refere De Maistre.

É preciso, no entanto, advertir que o Estado, como que sedento de vingança pelo esquecimento em que o deixaram por tão longo tempo, renasceu com fúria de Leviatan enlouquecido, e perigosas intenções de despotismo. Assim, o Estado bolchevista, onipotente e onipresente que se não limita a estimular, intervir e orientar, mas enfeixa draconiamente no seu organismo tôdas as manifestações da vida, desde a alimentação do recenascido, que não compete às mães, mas às repartições do Estado, até a adoração de Deus, que êle substitui pelo do mausoléo de Lenine.

Não porém, o Estado Integral — modêlo de equilíbrio — que significando também o sentido do renascimento do Estado, talha a sua configuração na perspectiva de um molde armonioso e justo: o Estado Integral não será a peça absorvente e destruidora da personalidade humana que outras con-

cepções amesquinham e nulificam. Será, pelo contrário, o organismo que vai possibilitar a plena expansão do homem em todos os setores da vida, pois quererá ver, na Família, como a autoridade de um chefe que vele pela felicidade do lar, o ângulo essencial da sociedade; quererá vê-lo na agremiação profissional restaurada, colaborando pela paz social e promovendo com o seu trabalho a grandeza da nação; quererá vê-lo, nesse ambiente de prosperidade, harmonia e sossêgo, levantar os olhos até Deus na contemplação magnífica da sua felicidade suprema.

Para consecução de desígnios tão nobres o Estado Integral restaurará os princípios de autoridade e hierarquia e disciplina e respeitará a autonomia dos grupos naturais da sociedade.

Consagrará o primado do espírito e recompensará os méritos da inteligência. Não admitirá que os problemas vitais da nacionalidade fiquem afetas às incapacidades eleitas pelo sufrágio universal. Intervirá na vida econômica, estimulando e coordenando a iniciativa privada no campo da produção. Substituirá o sentido da luta de classe pelo de solidariedade nacional.

Ao invés de ser o escravo das fôrças econômicas livremente desencadeadas, que leva à exploração dos fracos pelos fortes e escravisa a Nação aos co-

fres internacionais, será o artífice do bem comum e o dínamo propulsor da grandeza nacional.

O nacionalismo não visará expansões imperialistas; é da sua concepção considerar as Nações "partes naturais da humanidade", pois, de acôrdo com a palavra de List, "a civilização do gênero humano não se pode conceber, e nem é possível, senão por meio da civilização e do desenvolvimento das Nações". O seu nacionalismo terá, portanto, antenas universais.

Um novo Estado não conhecerá a liberdade do liberalismo, que é o desconhecimento do bem e do mal e, portanto, fermento de desagregação social, nem a liberdade do socialismo, que é a liberdade do mal, enclausurada nos limites da matéria, mas compreenderá a verdadeira liberdade, aquela que se exercita na intimidade do homem, quando ela se debate em refregas subterrâneas pela conquista do bem.

Porisso, não terá uma idéia abstrata de liberdade, atributo do cidadão, e negar-se-á a consagrá-la sem limites no plano social. Suprimirá essa liberdade fútil, irreal e malfazeja, conservando tão sòmente as liberdades essenciais. Se necessário, apelará para a violência. Não é violência a medida que atenta contra a ordem vigente, essa ordem que

é preciso superar porque é injusta e amaldiçoada. Contra o mal e a corrupção não há violência, pois violenta não é, e sim justa, serena e boa, a atitude cirúrgica que estirpa o cancro devorador.

Cumpre não esquecer que digna e libertadora é a violência que arranca da vida de milhões de sêres humanos o fardo pesado de um regime corrompido.

Pois quando o homem se acha privado de direitos elementares, quando campea a injustiça social, quando uma classe subjuga e explora as demais, quando se desconhecem instituições e idéias essenciais à vida das nações — é que impera o arbítrio e reina a violência, sendo fictícia e ilusória tôda promessa e tôda afirmação de liberdade.

O século XX não será governado pelo Estado apático do indivíduo-cidadão a que o contrato social de Rousseau — "êsse Lutero da ordem social" — deu existência teórica; nem tão pouco pela ditadura da classe a que o manifesto comunista de Marx — êsse Rousseau desdobrado — conferiu nas alucinações de um sonho a missão divinatória de salvar a humanidade.

O século XX será expressão de outra mentalidade social, qual a Carta do Trabalho de Mussolini — êsse anti Rousseau e anti Marx — é o grande

código na fase matinal dessa nova ordem política e econômica mais equilibrada e mais justa, que, verberando o predomínio absoluto do indivíduo e o despotismo absoluto da classe, erige como valor supremo o Estado e a idéia da Nação, compreendida na integralidade dos seus elementos formadores — indivíduo e classe, escola e corporação, família e religião.

Eis os fundamentos e o sentido do novo Estado anti-liberal e anti-democrático. "Estado finalista, de plasticidade revolucionária, totalizador dos movimentos sociais", na definição do Chefe Nacional, que a revolução integralista instaurará no Brasil (22).

Camisas verdes! a tarefa revolucionária de criar um Estado em que se realize integralmente a Nação brasileira, como unidade moral, política e econômica, só será alcançada pelo preço supremo de esforços e santas abnegações.

É por isso que o Brasil precisa de vós — Camisas verdes!, pois só sabe sentir o apêlo da Pátria quem tem na alma a sublime vocação para o sacrifício que vós tendes.

O nosso movimento é a libertação da vontade e da energia da Nação, em busca do seu verdadeiro destino histórico. A Nação brasileira marchará dentro em pouco na direção de um sentido novo e

bendito, graças ao vosso espírito e a vossa fôrça! — Camisas Verdes! — Vós sois os intérpretes heróicos das grandes aspirações da estirpe.

---

(1) Marriot, citado por A. Posada em *Hacia un nuevo dercho politico* pág. 33.
(2) *La révolutiin française,* pág 61.
(3) Citado por René Gounard em *Histoire des doctrines économiques,* pág. 584.
(4) Vide Jacques Maritain: *Trois réformateurs.*
(5) Citado por Mussolini: *Le fascisme,* pág. 56.
(6) Léon Daudet: *Le stupide XIX siécle,* pág. 58.
(7) N. Berdiaeff: *Un nouveau moyen age,* pág. 117.
(8) O. Spengler: *El hombre y la técnica,* pág. 103.
(9) Vide N. Berdiaeff: *L'homme et la machine,* páginas 19-21.
(10) Obr. cit., pág. 108.
(11) Citado por T. G. Massaryk em *L'idéal d'humanité,* página 32.
(12) Max Stirner: *El unico y su propriedad,* págs. 15 e 16.
(13) Vide Lenine: *O Estado e a revolução.*
(14) Citado por René Gounard, obra indicada, pág. 598.
(15) R. Gounard, obr. cit., pág 600.
(16) Vide Octávio de Faria: *Destino do Socialismo,* página 269-287.
(17) J. de Maistre: *Les Soirées de St. Petersburg.* cit por Octavio de Faria, obra indicada, págs. 174-175.
(18) Octavio de Faria, obr. cit. págs. 286-287.
(19) Ernest Hello: *L'homme,* pág. 96.
(20) Conforme E. Vermell: *Le pensée politique de Hegel* em "Revue de Metafisique et de morale", 21-3-1934 — págs. 493-494.
(21) A. O. Olivetti: *Lineamenti del nuovo Stato Italiano,* pág. 65.
(22) Plínio Salgado: *A Psicologia da Revolução,* pág 172

* * *

(In *A Offensiva,* 16-8-1934)

PEDRO LAFAYETTE

A LUTA DOS FARISEUS

O artigo que o sr. Fábio Alves Ribeiro publicou no suplemento literário do "Diário de Notícias" e no qual o autor apresenta o Integralismo como sendo uma grave ameaça à sociedade brasileira merece, positivamente, resposta.

Merece resposta por duas razões fundamentais. Primeiro porque o sr. Fábio Alves Ribeiro é, incontestàvelmente, uma das figuras principais de um movimento pseudo católico, que desfraldou a bandeira tão perniciosa do chamado "maritainismo". Não há nenhum exagêro na afirmação de que o citado articulista é, por isso mesmo, uma espécie de vitrola, na qual o dr. Alceu Amoroso Lima, que muitas vêzes prefere agir nos bastidores, vai pondo os discos da sua preferência. As idéias, a dialética propositadamente confusa e o estilo sempre manhoso do sr. Fábio Alves Ribeiro bem traduzem a matriz de onde são provenientes. Os argumentos e as afirmações dêsse articulista, que tão numerosas vêzes tem saido a campo para defender ou fazer a apologia do dr. Alceu Amoroso Lima, são os mes-

mos argumentos e afirmações que, impreterìvelmente, explodem de todos os componentes do grupelho dos chamados "católicos maritainistas". Por isso, responder ao sr. Fábio Alves Ribeiro é responder a todos os seus companheiros de escola filosófica e ao seu mentor brasileiro, dr. Alceu Amoroso Lima.

A segunda razão que nos leva a focalizar, aqui, o artigo do sr. Fábio Alves Ribeiro é, sem dúvida, de muito maior relevância. É que sòmente agora o grupo do dr. Alceu deliberou confessar os verdadeiros motivos do seu intransigente ódio ao Integralismo. Até então êsses motivos eram negados sistemàticamente e outros muito diferentes, astuciosa e hipòcritamente, apresentados.

Mas não precipitemos os comentários.

Dissequemos ante os olhos da opinião pública e, principalmente, aos olhos da opinião católica o precioso artigo do sr. Fábio Alves Ribeiro, parte por parte.

*
* *

O articulista iniciou a sua diatribe contra o Integralismo, revelando irritação e quase revolta pelo fato do sr. Plínio Salgado, na sua entrevista coletiva, haver afirmado vir pregando o respeito à dignidade da pessoa humana antes do próprio Jacques Maritain. O sr. Fábio Alves Ribeiro não quer se

conformar com essa prioridade reivindicada pelo fundador do Integralismo e, nesse sentido, protesta com veemência... Maritain é aos seus olhos uma espécie de deidade, muito superior às comparações humanas. Por isto, o sr. Fábio Alves Ribeiro desdobra-se em citações de livros e datas no penoso afã de provar que Maritain já havia falado em dignidade da pessoa humana antes do sr. Plínio Salgado.

A argumentação e as citações do articulista são porém de todo incompletas e apenas revelam o seu desconhecimento das obras de Plínio Salgado. Diz o sr. Fábio Alves Ribeiro que Maritain já desenvolvia a tese da dignidade da pessoa humana no seu livro **Religion et culture**, editado em 1930. Diz ainda o sr. Fábio que os germes dessas idéias do filósofo francês já estavam em desenvolvimento no livro daquele mesmo autor intitulado **Trois Réformateurs**, aparecido em 1925. Ora, conclui o sr. Fábio, com a sua maravilhosa dialética, como o "Manifesto de Outubro", anunciando a fundação do movimento integralista data de 1932, a prioridade, no assunto em causa, cabe a Maritain e não a Plínio Salgado. E, então, o sr. Fábio exulta em ridícula satisfação.

É essa, sem dúvida, a parte mais fastidiosa do artigo do sr. Fábio. E nós não lhe daríamos resposta se o seu autor não estivesse apenas visando

apresentar o sr. Plínio Salgado como um indivíduo fútil, a esmirilhar prioridades sôbre idéias e conceitos que vêm do berço do cristianismo.

É incrível que havendo o sr. Plínio Salgado concedido uma entrevista que ocupou várias colunas de jornal e na qual foram tratados os temas mais importantes da vida nacional e do mundo moderno, o sr. Fábio Alves Ribeiro tenha deixado tudo isso de lado para ir ocupar-se detidamente de uma frase pronunciada pelo sr. Plínio Salgado no decorrer da sua tumultuosa palestra com dezenas de jornalistas.

É claro que o sr. Plínio Salgado jamais alimentou a estulta pretensão de lhe caber a descoberta da dignidade da pessoa humana. Êsse conceito que constitui um dos ensinamentos mais preciosos do cristianismo foi proclamado pela primeira vez nas páginas do **Genesis**, quando Moisés revelou à posteridade que Deus havia criado o homem à sua imagem e semelhança.

O que o sr. Plínio Salgado quiz dizer foi coisa muito diferente. E se o sr. Fábio Alves Ribeiro não fôsse um espírito tão apaixonado, tão prevenido e de tão mesquinha má fé, certamente teria compreendido a intenção do sr. Plínio Salgado, que, aliás, é muito clara para quem leu a sua entrevista.

O fundador do Integralismo estava no decurso da sua palestra com os jornalistas, rebatendo a acusação, numerosas vêzes feita, de haver sido êle

um preconizador dos regimens totalitários. Nessa altura, dizia o sr. Plínio Salgado que, ao contrário, êle sempre combatera o totalitarismo estatal, por isso que sempre pregara o respeito à dignidade humana. E para demonstrar a coerência das suas atitudes declarou que já mesmo antes de Maritain pregar a necessidade de uma cruzada no sentido de restabelecer na plenitude do seu antigo prestígio o conceito da dignidade da pessoa humana, êle o havia feito. É patente, é claríssimo que, no caso, o objetivo do entrevistado não foi o de querer colocar-se acima de Maritain, mas, ùnicamente, acentuar a perfeita continuidade de sua orientação filosófica.

Esclarecido êsse ponto, a fim de que não se pense que o sr. Plínio Salgado anda, como o sr. Fábio Alves Ribeiro, trabalhado por mesquinhas vaidades de seita, cumpre acentuar que a conclusão do articulista do "Diário de Natícias" quanto a essa prioridade que tanto o incomoda, é inteiramente errada. O sr. Fábio, no seu vereditum de juiz apaixonado, deu ganho de causa ao seu idolatrado Maritain, alegando que o "Manifesto de Outubro" está datado de 1932. Ora, há nessa sentença ou uma infinita ingenuidade ou uma revoltante má fé. O "Manifesto de Outubro" pode ser considerado como o primeiro documento de exposição sistematizada dos princípios basilares do Integralismo, mas o "Manifesto de Outubro" não foi o primeiro instrumento de que se serviu o sr. Plínio Salgado para expor as

suas idéias. Pelo contrário, aquêle manifesto, que marca uma época da história política do Brasil, foi a síntese de inúmeros outros trabalhos, de estudos e publicações anteriores do seu autor. As atividades culturais, literárias e filosóficas, de Plínio Salgado, já vinham de longa data, já estavam plenamente amadurecidas e expostas parceladamente muito antes da publicação, em 1932, do citado documento de fundação do Integralismo como movimento social.

Se o livro de Maritain **Trois Réformateurs** era apenas um embrião do corpo de idéias que o filósofo francês iria apresentar de uma maneira mais desenvolvida e homogênea, em 1930, no seu trabalho **Religion et culture** é também absolutamente exato que Plínio Salgado em **O Estrangeiro**, livro êsse escrito em 1924, já desenvolvia amplamente os seus conceitos em prol de uma profunda reforma cristã da sociedade humana. Nesse livro multiplicam-se as afirmações anti-totalitárias e ergue-se a bandeira de um amplo movimento contra as diversas tendências ideológicas que pretendem substimar a dignidade da pessoa humana. **O Estrangeiro** mesmo não pode ser considerado como a primeira manifestação dessas tendências e afirmações filosóficas do seu autor. Êste, já de há muito que em trabalhos avulsos vinha seguindo essa orientação e pugnando por êsses ideais. A coletânea dos escritos de Plínio Salgado, anteriores à publicação de **O Estrangeiro**, va-

lerá como uma preciosa contribuição à genesis do Integralismo e mostrará à saciedade as raizes longínquas da sua formação filosófica. Mas enquanto essa coletânea não for feita, basta **O Estrangeiro** para que se possa verificar como desde 1924 já Plínio Salgado havia erguido o lábaro de uma completa cruzada contra o totalitarismo estatal e em prol do respeito às prerrogativas inalienáveis da pessoa humana.

Se Maritain só em 1930, em **Religion et culture** é que, conforme afirma o sr. Fábio Alves Ribeiro, "apresenta pela primeira vez a base do seu humanismo integral e da sua democracia personalista", muito anteriormente estava em circulação **O Estrangeiro**, obra de objetivos reformadores da sociedade nas bases de uma democracia cristã inspirada no mais alto respeito à criatura humana.

Por isso temos de chegar à seguinte conclusão: é impossível ao crítico — e aliás inteiramente estéril do ponto de vista do interêsse histórico — apurar se foi o sr. Plínio Salgado ou Jacques Maritain quem primeiro se referiu, de passagem, em algum de seus trabalhos, ao conceito da dignidade humana; mas é positivo que antes de Jacques Maritain, coube ao sr. Plínio Salgado a iniciativa de preconizar de uma maneira sistemática e conseqüentemente a necessidade de um amplo movimento de opinião em defesa dos direitos da pessoa humana, tão ameaçada pelo totalitarismo moderno. Como criador de corrente

ideológica, como arregimentador de uma elite cultural e como divulgador dêsses conceitos inerentes a uma sociedade verdadeiramente cristã, cabe a primazia ao sr. Plínio Salgado, por mais que isso possa doer aos melindres maritanistas do sr. Fábio Alves Ribeiro.

*
* *

O articulista do "Diário de Notícias" no seu ódio furibundo ao Integralismo chega a resvalar até ao dispautério. É assim que êle diz: "agora o Integralismo se confessa defensor da dignidade humana".

Positivamente o sr. Fábio Alves Ribeiro é por demais estranho na sua dialética.

Se só agora o Integralismo se lembrou de defender o conceito da dignidade humana, porque motivo o sr. Fábio perdeu tanto tempo em comparar datas, livros e manifestos com o intento de provar que Maritain tem a primazia sôbre o sr. Plínio Salgado na afirmação dessa dignidade?...

Por que o sr. Fábio não preferiu — o que seria muito mais lógico e muito mais simples — apontar nas obras do sr. Plínio Salgado e no texto do "Manifesto de Outubro" as sentenças negadoras dessa dignidade e dêsses direitos do Homem?...

Provàvelmente, o sr. Fábio tentou tão ingrata tarefa mas dela teve que desistir, uma vez que em

tôda a obra do sr. Plínio Salgado multiplicam-se as passagens de exaltação da criatura humana e de afirmação dos seus direitos inalienáveis.

No "Manifesto de Outubro", por exemplo, o sr. Fábio poderia ter lido as seguintes expressões tão candentes contra o espírito do totalitarismo estatal: "O homem não pode transformar-se em abelha ou num termita. Êle é o centro de uma gravidade sentimental. O homem e a sua família precedem o Estado. O Estado deve ser forte para manter o homem íntegro e a sua família. Pois a família é que cria as virtudes que consolidam o Estado. A liberdade moral da família é o sustentáculo da liberdade e da fôrça do Estado".

No "Manifesto-Programa da Ação Integralista Brasileira", item III, está expresso: "O Integralismo não só reconhece no Homem um ser dotado de uma personalidade intangível, como quer criar as condições indispensáveis para a realização efetiva da liberdade".

Depois de citar êsses documentos oficiais do Integralismo, julgamo-nos dispensados de outras quaisquer transcrições, inclusive de livros do sr. Plínio Salgado, onde sucedem-se afirmações semelhantes à daqueles dois manifestos, tanto mais que podemos informar que, em 1931, o sr. Plínio Salgado escreveu no jornal "A Razão", uma série de artigos tão notáveis sôbre o assunto, que o sr. Alceu

Amoroso Lima enviou-lhe um telegrama de felicitações, em que o chamava de "mestre"...

Resvala pois, para os domínios vergonhosos da calúnia a asserção do sr. Fábio Alves Ribeiro de que só agora o Integralismo lembrou-se de defender o conceito da dignidade humana.

O mais grave, porém, é que êsse sr. Fábio para impressionar os seus incautos leitores, lançou mão de um recurso que não vacilamos em classificar de genuina "chantage".

Para "demonstrar" que o sr. Plínio Salgado e o Integralismo só agora resolveram levantar a bandeira da dignidade da pessoa humana, o articulista do "Diário de Notícias" faltou ao mais elementar preceito da ética que deve orientar a todo crítico honesto. Não foi o sr. Fábio Alves Ribeiro buscar citações comprometedores em livros de Plínio Salgado ou em documentos oficiais do Integralismo, como seria do seu dever. Não dispondo de tais elementos, por isso que nem nos livros de Plínio Salgado, nem nos documentos da A. I. B. ser-lhe-ia possível colher aquilo que desejava, o inescrupuloso articulista não teve dúvidas em responsabilizar o sr. Plínio Salgado por escritos de terceiros...

Dessa forma, o fundador do Integralismo, no caviloso entender do sr. Fábio Alves Ribeiro, não tem autoridade para falar em dignidade da pessoa humana pela simples razão de que um certo integralista, há anos, — quando acabara de sair dos

bancos da academia, escrevera um artigo no qual estariam insertos algumas restrições aos direitos da pessoa humana. Há nisso qualquer coisa de fantástico e que bem revela a paixão mesquinha, o ódio sem sombra de escrúpulo e até a perversidade que chega a tomar aspectos azininos daqueles que se acham na vanguarda dos ataques sistemáticos ao Integralismo. E é essa gente que quer impingir à opinião do país a mentira já por demais desmoralizada que o seu combate ao movimento chefiado por Plínio Salgado se inspira ùnicamente no zelo da verdade e dos valores morais do cristianismo.

Nas nossas polêmicas com o sr. Alceu Amoroso Lima sempre tivemos o cuidado de basear as nossas afirmações em longas transcrições de livros daquele autor, em transcrições que encerram pensamentos completos e, no entretanto, s.s. mais de uma vez manifestou que considera essas transcrições como insuficientes, pois julga que só da leitura de tudo o que escreveu é possível tirar uma conclusão segura da sua orientação político-filosófica através os vários anos das suas atividades de pensador. E, no entanto, é o discipulo predileto do sr. Alceu Amoroso Lima quem se julga no direito de acusar o sr. Plínio Salgado por aquilo que foi escrito por um jovem integralista! Que não dirá dêsse procedimento o dr. Alceu?...

Mas a falta de escrúpulos do sr. Fábio parece ilimitada. Com efeito, êle nem sequer transcreve

trechos inteiros do artigo que o sr. Cotrin Neto publicou ao raiar da sua mocidade. Limita-se, astutamente, a transcrever pedaços de frases, não permitindo que o leitor acompanhe o curso das considerações do autor. Mas ainda nesses pedaços de frases não pode o sr. Fábio evitar que emergissem, aos olhos de suas incáutas vítimas, formais restrições ao regime fascista, então vigorante e em pleno fastígio.

O que o jovem Cotrin Neto, num artigo de sua exclusiva responsabilidade pessoal, afirmava, não era como maldosamente diz o sr. Fábio, que os direitos da pessoa humana sejam coisas desprezíveis. O sr. Cotrin Neto não podia fazer tais asserções, uma vez que êle pertencia a um movimento em cujo programa estavam firmados aquêles postulados que já transcrevemos há pouco. O que Cotrin Neto dizia, e, aliás com razão, é que muitas vêzes em nome dos direitos da pessoa humana se tem procurado implantar as tiranias mais totalitárias. E quem ignora que a bandeira da liberdade, da democracia, foi, através de tôda a história da civilização, muitas e muitas vêzes a cortina em que se esconderam as mais sinistras intenções contra a dignidade da pessoa humana? Até Stalin fala em democracia e liberdade.

E não estamos a ver o próprio sr. Fábio Alves Ribeiro, em nome da verdade, do espírito de caridade cristã, e da dignidade da pessoa humana, uti-

lizar-se na sua luta inglória contra o Integralismo, da arma da falsidade, caluniando, adulterando e procurando ferir injustamente a reputação e até a dignidade de seus semelhantes, movido ùnicamente por uma vulgar, mas avassaladora paixão sectária?

*
* *

Focalizemos agora, a parte final e, sem dúvida, mais importante do artigo do sr. Fábio Alves Ribeiro.

Tomamos mesmo a liberdade de solicitar, para o caso, a maior atenção da opinião católica brasileira e, muito particularmente, a do nosso cléro. Trata-se de tomar conhecimento de asserções da mais alta gravidade e que representam não apenas um perigo remoto, mas sim um perigo imediato à unidade da nossa comunidade religiosa.

Diremos mesmo que tôda a importância do artigo do sr. Fábio Alves Ribeiro reside no fato de conter a revelação das verdadeiras e profundas razões da campanha tenaz, cruel e desabrida, que vem sendo feita contra o Integralismo, por parte do grupo de intelectuais "católicos" que seguem a orientação do sr. Alceu Amoroso Lima e que se proclamam discípulos de Jacques Maritain. Não chegamos ao ponto de responsabilizar o filósofo francês por tôdas as atitudes desatinadas dos seus sequazes

brasileiros. Apenas constatamos que êsse grupo que gravita em tôrno do sr. Alceu Amoroso Lima, apresenta-se como constituindo um quisto dentro da Igreja sob a bandeira daquilo que êles mesmos chamam de "maritainismo".

Estamos certos de que êles são muito mais radicais nas suas tendências cismáticas que o próprio autor de o **Humanismo Integral**. Êsses intelectuais que dia a dia mais se afastam dos ensinamentos e das normas expressas nas Encíclicas, desejam levar até as suas últimas e catastróficas conseqüências as falsas premissas sôbre as relações entre a Igreja e o Estado, estabelecidas por Maritain e que têm encontrado tão resoluta oposição por parte das correntes mais sadias e tradicionais do catolicismo. Há mesmo uma coincidência, que não parece ser meramente casual, entre o autor de **Religion et culture** e os seus fanáticos discípulos brasileiros. É que a grande maioria dêstes, tal como aquêle, é constituida por pessoas convertidas, muitas delas bem recentemente e que ainda não conseguiram se desfazer das influências das suas antigas convicções anti-católicas.

É êste grupo que, atualmente, vanguardeia a campanha difamatória e confusionista contra o Integralismo.

Mas, por isso mesmo, o artigo do sr. Fábio Alves Ribeiro ficará como um precioso marco na história dessa luta que não é contra o sr. Plínio Sal-

gado, mas sim contra os interêsses e os direitos basilares da Igreja.

Não sômos nós quem afirmamos isso. É o próprio sr. Fábio Alves Ribeiro. Dai a importância da sua reveladora diatribe, que inaugura uma mudança radical e altamente significativa na posição dos chamados "maritainistas" em relação ao Integralismo.

Até agora êsses senhores proclamaram estritamente que a razão pela qual se opunham ao Integralismo, e o apontavam como sendo um movimento funesto, não era outra que o fato dessa corrente de opinião nada mais ser do que uma manifestação, muito mal disfarçada, do nazismo. Asseveraram categòricamente os nossos maritainistas que o Integralismo quando invocava o nome de Cristo, estava apenas representando uma farça e escondendo os seus verdadeiros intúitos. Afirmavam o caráter totalitário e eminentemente anti-cristão do Integralismo. E era alegando a essência e os propósitos anti-cristãos do Integralismo que êsses intelectuais o combatiam e solicitavam para êle a execração pública. Durante um largo período, os nossos maritainistas teimavam em confundir o Integralismo com o paganismo nazista. No dizer dessa gente, o sr. Plínio Salgado não era nem sequer um pensador, mas, sim, mero agente dos interêsses imperialistas e das concepções anti-cristãs do nazismo hitlerista. E quando o sr. Plínio Salgado invocava o nome de

Cristo, êsses seus adversários bradavam que tais invocações nada mais eram do que repugnantes estratagemas para facilitar a aceitação e o desenvolvimento de uma doutrina hostil à Igreja e aos princípios fundamentais do cristianismo.

Enfim, até agora os maritainistas atacaram o Integralismo sob o pretexto de ter êste caráter e intúitos anti-cristãos.

O Brasil, porém, depois de oito longos e cruéis anos de ditadura, que tudo permitiu aos adversários do Integralismo e que a êste negou sistemàticamente o direito de defesa — voltou ao regime das liberdades democráticas. Em conseqüência o Integralismo pode erguer a voz, enfrentar e desmascarar os seus caluniadores, pregar as suas idéias e revolver aos olhos da opinião pública a sua própria história para mostrar a todos a inquebrantável e luminosa coerência dos seus princípios e das suas atitudes cristãs e anti-totalitárias. Protegido pelas garantias da democracia, o Integralismo, em poucos meses, revelou tôda a sua pujança, de Norte a Sul, e encetou novamente o seu histórico apostolado por Cristo e pela Nação.

Tornou-se, portanto, aos seus adversários, difícil e mesmo impossível, denunciá-lo como sendo um movimento anti-cristão. Isto porque àqueles que ousassem levantar tão estulta afirmativa, o Integralismo não necessitaria dar outra resposta do que aquela contundente e insofismável resposta com

que Jesus desarmou ante as turbas os fariseus perversos que assoalhavam que o Filho de Deus expulsava os demônios em nome de Belzebú.

A presença do Integralismo no cenário da vida nacional teve a vantagem de obrigar os seus opositores ferrenhos e mais encapuçados a revelar os motivos profundos e reais do seu ódio a essa doutrina.

E quais são êsses motivos?

Não há integralista que ignore. Mas os integralistas seriam sempre suspeitos para o apontarem à opinião nacional.

Foi êste grande benefício que o sr. Fábio Alves Ribeiro — expressão genuina do maritainismo brasileiro — fêz ao sr. Plínio Salgado e seus correligionários.

Vencido pela realidade implacável dos acontecimentos, acuado pela inexorabilidade dos fatos, o sr. Fábio Alves Ribeiro, como que tendo perdido o juizo, já sem medir o alcance das suas palavras, abriu a arca dos segredos do seu grupo e, sem dar por conta, encarregou-se de fazer com a sua própria pena a reabilitação do Integralismo, afirmando como afirmou que todo o perigo do Integralismo reside no fato de ser êste essencialmente cristão e de pretender servir a Cristo e à Igreja.

Certamente o leitor estará estarrecido e perguntará a si mesmo se não estamos delirando.

Pois examine o leitor as próprias palavras do sr. Fábio Alves Ribeiro.

Depois de proclamar o Integralismo como "perigosíssimo", o articulista pergunta:

"Mas qual o perigo que pode apresentar uma doutrina cujo chefe é católico, uma doutrina que mereceu e provàvelmente vai merecer encômios entusiásticos de muitos dos bispos brasileiros, uma doutrina que proclama até a exaustão a sua filiação ao cristianismo e ao Evangelho?"

O sr. Fábio alonga-se em confusas divagações para dar resposta a essa pergunta que êle mesmo suscita e termina tendo de confessar as razões dos seus temores. É que o Integralismo "não apenas se declara inteiramente submisso ao espiritual, mas deseja mesmo fazer do temporal um instrumento do espiritual, na difusão da fé. A Fé e o Império, eis as duas constantes da sua expansão". E prossegue o articulista: "Há, nas obras recentes do chefe integralista, grande abundância de textos mostrando que o Estado Integralista quer ser instrumento do cristianismo na defesa e dilatação da Fé".

É êsse, católicos do Brasil, o único crime do Integralismo, na opinião do insuspeitíssimo sr. Fábio Alves Ribeiro. E é por êsse único crime — e jamais por ter sido algum dia anti-cristão — que o Integralismo e o seu grande fundador, Plínio Salga-

do, são tão ferrenhamente odiados pelo grupo de intelectuais "católicos" que devoram Maritain pelas versões do dr. Alceu Amoroso Lima.

Nunca tivemos dúvidas a respeito de tôdas essas coisas que o sr. Fábio Alves Ribeiro, benemèritamente, veio revelar. Foi, porém, para nós um motivo de satisfação e um incontestável triunfo o fato dêsse adversário do Integralismo vir a público para afirmar aquilo que a muitas pessoas de bem e que a muitos católicos parecia algo inverossímel.

Todos os integralistas devem estar imensamente gratos ao articulista do "Diário de Notícias". Seria até razoável que se lhe fizesse uma "parada telegráfica", numa demonstração de reconhecimento pelo inestimável serviço que êsse senhor acaba de prestar ao movimento chefiado por Plínio Salgado...

Continuemos, porém, a deslumbrar o leitor com mais alguns trechos de autoria do sr. Fábio Alves Ribeiro.

O sr. Fábio confessa haver ficado alarmado com as constantes afirmações do sr. Plínio Salgado a respeito dos seus intúitos de servir ao cristianismo e de desenvolver uma intensa ação no sentido de realizar os ideais do Evangelho na nossa terra.

Como também êsse alarme em um escritor que se diz "católico" forçosamente parecerá espantoso ao leitor, passemos a palavra ao sr. Fábio.

Qual o motivo do seu pavor ante o sr. Plínio Salgado?

O articulista informa claramente:

"Diz êle (Plínio Salgado) por exemplo na citada entrevista: — "Unimo-nos, não pelo interêsse pessoal, mas pelo amor ao Brasil e pela fé ardente em Jesus Cristo, cujo nome confesso com tôdas as fôrças da minha alma e cujas ordens imploro todos os dias quando tenho a glória de humilhar-me diante da sua divina vontade. No Divino Mestre está a chave de todos os problemas humanos, portanto de todos os problemas nacionais e, por conseguinte, n'Êle ponho o princípio e o fim da minha doutrina política". Adiante — é ainda o sr. Fábio quem está com a palavra — lemos: "o meu único desejo é servir ao Brasil servindo ao Cristo a quem ofereci a minha vida". E continúa: "pelo Cristo me levantei e por Êle trabalho, afirmando ao mesmo tempo que a minha doutrina vem de Cristo e vai para o Cristo". E a entrevista termina assim: "saberei sustentar em tôdas as circunstâncias a bandeira da Pátria e a Cruz de Jesus Cristo". Poderíamos — diz o sr. Fábio — multiplicar citações dêsse gênero folheando a **Aliança do Sim e do Não, O**

Rei dos Reis e **Conceito Cristão da Democracia,** escritos em Portugal e publicados recentemente".

A qualquer católico, ou melhor, a qualquer cristão, essas corajosas e peremptórias manifestações do sr. Plínio Salgado devem causar júbilo e despertar confiança e até mesmo entusiasmo. Apenas ferem mal à sensibilidade dêsse extranhissimo "católico" que é o sr. Fábio Alves Ribeiro e aos seus companheiros de maritainismo.

Ficamos assim sabendo que no entender dêsses cavalheiros constitui delito imperdoável um homem público ou filósofo proclamar as suas convicções cristãs e o seu propósito de trabalhar no sentido de que a política nacional se revista do sadio espírito dos ensinamentos do Messias.

O político ou qualquer pensador que pretenda sugerir alguma reforma social no nosso meio, se desejar os aplausos dos doutores do maritainismo, terá, previamente, de sujeitar-se à severa obrigação, ao compromisso soleníssimo, de não proclamar sua fé em Cristo e o seu desejo de ver em plena vigência os postulados dos Evangelhos.

Do contrário sôbre a cabeça dêsse político ou dêsse pensador cairá êste vereditum condenatório que o sr. Fábio Alves Ribeiro atirou contra o sr. Plínio Salgado, em nome da filosofia maritainista: "Ora, nos textos citados do sr. Plínio Salgado o leitor é levado a crer que a ação política do Inte-

gralismo tem, ao lado da temporal, uma finalidade espiritual: os integralistas se levantaram por amor ao Brasil e pela fé em Cristo: querem defender ao mesmo tempo a Bandeira do Brasil e a cruz do Cristo e, enfim, o integralismo vem de Cristo e vai para o Cristo".

Perfeitamente, sr. Fábio Alves Ribeiro. É isto mesmo! É pena que o senhor tenha demorado tanto tempo para reconhecer de público essa cristalina verdade! E é muito bom que os senhores maritainistas confessem que a sua oposição ao integralismo se fundamenta na inominável convicção de que há uma incompatibilidade absoluta entre servir a Bandeira da Pátria e a Cruz de Cristo.

Esta incompatibilidade pode existir para os intelectuais maritainistas que se dizem "católicos", assim como existe para os bolchevistas. Jamais, porém, existirá para aquêles que se uniram sob o lábaro glorioso do Integralismo, com o único intúito de fazer do Brasil uma grande Pátria Cristã.

Não podemos, porém, deixar um tema de tamanha gravidade sem uma elucidação cabal.

Quem estará com a razão, do ponto de vista dos ensinamentos da Igreja?

Esta pergunta tem uma capital importância para centenas de milhares de católicos que são integralistas.

Num momento em que homens como o sr. Alceu Amoroso Lima, de inegável projeção nos meios

católicos do Brasil e em vários escritores que se dizem católicos, investem, pelos motivos alegados pelo sr. Fábio Alves Ribeiro, contra o Integralismo, invocando em favor dessa condenação os pontos de vista de Jacques Maritain, que êsse grupo de escritores pretende alçar, por conta própria, às culminâncias do doutorado da Igreja, torna-se indispensável passar em revista os ensinamentos da Santa Sé, indo buscá-los na fonte autorizada da palavra dos Pontífices, isto porque essa palavra não pode sofrer contestação por parte de nenhum católico, diga-se êste maritainista ou não.

De tudo o que o sr. Fábio Alves Ribeiro escreveu no seu fantástico artigo publicado no "Diário de Notícias", conclui-se que o grupo de "católicos" maritainistas parte da premissa de que deve haver uma total separação entre o espírito e o temporal; que um homem público, um político, deve, nas suas atividades partidárias ou administrativas, abastrair-se das suas convicções religiosas. Já não basta, segundo os maritainistas, a razoável e mesmo necessária distinção entre o poder temporal e o poder espiritual, como ensina a Igreja. Êles não querem distinção, mas sim completa a separação entre a Igreja e o Estado, o que é muito diferente e o que é formalmente condenado nas encíclicas. Êles querem que o poder temporal ignore o poder espiritual. Êles querem estabelecer barreira intransponível entre o céu e a terra, entre os interêsses eternos da

criatura humana e a vida civil, esquecidos de que êsse êrro foi que gerou tôdas as catástrofes modernas. Para êsses intelectuais "católicos" a religião é coisa exclusivamente doméstica, que ninguém tem o direito de trazer para a vida pública. Êsses são os pontos de vista sustentados por Maritain e que seus discípulos brasileiros, chefiados pelo sr. Alceu Amoroso Lima, estão levando às suas conseqüências mais radicais, procurando criar a desordem nos espíritos católicos e cindir a nossa comunidade religiosa no momento mesmo em que as fôrças do materialismo bolchevista investem de maneira mais furiosa contra os últimos redutos da resistência cristã.

O maritainismo que certos senhores procuram apresentar como uma grande novidade, como uma nova filosofia católica para uma nova fase da história humana, na verdade nada tem de novo. É uma velharia inteiramente fracassada e cujos postulados basilares já foram condenados pela palavra dos papas, como a seguir demonstraremos.

O maritainismo é apenas um novo nome, uma taboleta modernizada para aquilo que foi chamado outrora de "liberalismo-católico" e que os Pontífices anatematizaram. É o mesmo Satanaz de sempre a renovar incessantemente as suas fantasias para melhor enganar os espíritos incautos e arredá-los do Redentor. Maritain está representando nos dias de

hoje o mesmíssimo papel que Lamennais representou no século passado.

Quando, hoje, as grandes fôrças da resistência cristã erguem-se numa contra-ofensiva contra o comunismo, os maritainistas, inclusive o sr. Alceu Amoroso Lima, gritam cheios de furor para que se substitua a estrategia do ataque pela estrategia da "assimilação", isto é, que se estenda a mão ao comunismo para cristianizá-lo. Não era diferente a palavra de ordem que Lemennais atirava pelas colunas do seu "Avenir". Quando a Cátedra Romana levantava a voz para advertir à Cristandade das conseqüências funestíssimas que forçosamente adviriam da propagação do liberalismo agnóstico, Lamennais respondia, numa trágica inconsciência do seu êrro: catolizai o liberalismo e a sociedade renascerá. É essa triste ilusão de transmudar o êrro em verdade, o mal no bem; é essa ilusão que, em última análise, nada mais é do que uma demonstração de fraqueza de espírito numa hora decisiva, e uma covarde tendência a estabelecer um "modus vivendi" entre Cristo e o Anti-Cristo, que, nos dias de hoje, o maritainismo difunde, como outrora foi difundida por Lamennais, que acabou por receber a condenação de Roma.

A Igreja Católica nos ensina que tôda a apocalíptica crise moderna nada mais é do que a conseqüência da sociedade civil haver se afastado dos princípios estabelecidos no Evangelho. Foi por ig-

norar Deus, por julgar-se fora da órbita dos princípios do Cristianismo que o Estado pouco a pouco foi hipertrofiando-se até chegar às formas mais terríveis do totalitarismo moderno. Foi dessa rutura de relações entre o temporal e o espiritual que surgiram tôdas as modernas tendências políticas de aniquilamento dos direitos da pessoa humana.

Entretanto, o maritainismo deseja, em nome da salvaguarda da dignidade da pessoa humana, a continuação dêsse êrro funesto, dessa separação, dêsse divórcio, dessa rutura entre o poder espiritual e a sociedade civil, o Estado.

Os maritainistas poderão utilizar-se de todos os sofismas que as suas imaginações possam engendrar, jamais, porém, conseguirão convencer àqueles que conhecem a história das idéias políticas e, principalmente, àqueles que conhecem os ensinamentos da Igreja, de que tudo o que o autor de **Humanismo Integral** e seus discípulos brasileiros estão pregando seja outra coisa que o caduco e condenado laicismo.

Busquemos, pois, a palavra dos Pontífices para examinar à luz da sua autoridade incontrastável a legitimidade ou não das afirmativas fundamentais do maritainismo, ou melhor para verificarmos se como "católico" cabe ao sr. Fábio Alves Ribeiro e aos seus conselheiros de escola o direito de criticar

o Integralismo e de apontá-lo como perigoso pelas razões que foram dadas no artigo a que nos temos referido.

O sr. Plínio Salgado é denunciado por pretender "fazer do temporal um instrumento do espiritual, na difusão da fé". Ou em outras palavras, por pretender colocar o Estado ao serviço do Cristianismo. É ainda acusado por haver, como homem de ação política, confessado em seus livros e em uma entrevista, a sua Fé em Cristo e o propósito de servir simultâneamente à Pátria e à Religião.

Para os maritainistas isto tudo é absolutamente condenável.

Vejamos agora quem é o condenado pelas Encíclicas.

Gregório XVI, na Encíclica **Mirari vos**, vergasta com veemência "aquêles que intentam separar a Igreja e o Estado e romper a mútua concórdia do sacerdócio com o Império". Ainda o mesmo Pontífice, na mesma Encíclica, assim se dirige aos governantes dos povos: "ajudem os príncipes a êsses nossos desejos pelo bom êxito das coisas sagradas e profanas com seu poder e autoridade, pois a receberam não sòmente para o govêrno temporal, senão também para defesa e custódia da Igreja.

Entendam que quanto se faz por favorecer à Igreja, se dirige ao mesmo tempo ao bem e à paz do Império; persuadam-se mais que hão de ter em

maior estima a causa da fé que a do reino, e que serão mais poderosos se, como disse S. Leão, acrescentarem à sua coroa de reis a coroa da fé. E já que foram constituidos como pais e tutores dos povos darão a êstes verdadeiro bem-estar e tranquilidade, se dirigirem, especialmente, seus cuidados para conservar incólume a religião daquele Senhor cujo poder está expresso no salmo: Rei dos Reis e Senhor dos que dominam".

Pio IX, na Encíclica **Quanta Cura** adverte que "os reinos subsistem quando apoiados no fundamento da fé católica". E dirigindo-se aos pastores de almas, recomenda-lhes: "Não omitais tão pouco de ensinar que o poder real não foi conferido sòmente para reger o mundo, senão também e principalmente para defender a Igreja".

No **Syllabus,** com que o citado Pontífice enumerou e anatematizou êrros modernos, lê-se no item 55 a condenação de todo aquêle que afirma que "deve separar-se a Igreja do Estado e o Estado da Igreja".

Pio X, que na sua monumental Encíclica **Pascendi Dominus Gregis** estuda, analisa e vergasta detidamente tôdas as manifestações do laicismo, tem uma página de fogo contra aquêles que sustentam que o espiritual não deve exercer uma influência direta sôbre o temporal e que, em conseqüência, o Estado deve viver alheio à religião e de-

mitir-se do seu papel de servidor da propagação da fé. As palavras candentes de Pio X contra os divulgadores de tais princípios são de uma palpitante atualidade e parecem cair como uma carapuça sob medida, em alguns de nossos pretensos líderes católicos. Diz o Pontífice: "Tais homens poderão estranhar verem-se colocados por Nós entre os inimigos da Igreja; porém não haverá fundamento para tal estranhesa em nenhum daqueles que, prescindindo de intenções reservadas ao juizo de Deus, conheça suas doutrinas e sua maneira de falar e obrar. São seguramente inimigos da Igreja e não se afastará da verdade quem disser que esta não os tem tido piores. Porque, com efeito, como já se nota, êles tramam a ruina da Igreja não do lado de fora, senão de dentro. Em nossos dias o perigo está quase nas entranhas mesmas da Igreja e em suas mesmas veias. E o dano produzido por tais inimigos é tanto mais inevitável quando mais a fundo conhecem a Igreja". E logo em seguida diz Pio X: "E enquanto procuram atingir por mil caminhos seu nefasto desígnio, sua tática é a mais insidiosa e perfida. Amalgamando em suas pessoas o racionalista e o católico, o fazem com habilidade tão refinada, que levam fàcilmente a decepção aos poucos advertidos. Por outra parte, temerários consumados, não há espécie de conseqüência que lhes façam retroceder, ou melhor que não sustentem com obstinação e audácia. A isso juntam o que facilita o

propósito de enganar — uma vida cheia de atividade, assiduidade e ardor singulares para todos os gêneros de estudos, aspirando grangear a estima pública por seus costumes, com freqüência inatacáveis. Por fim, e isto parece liquidar tôda a esperança de remédio, suas doutrinas lhes perverteram a alma de tal sorte, que se tornaram depreciadoras de tôda autoridade, impaciente de todo o freio e entrincheirando-se em sua consciência mentirosa, nada omitem para que atribua a zelo sincero da verdade o que é apenas obra da tenacidade e do orgulho". Positivamente, tem-se a impressão de que Pio X tinha ante os olhos o retrato moral de certas pessoas que nos são bem conhecidas...

Leão XIII, nas diversas Encíclicas em que abordou o delicadíssimo tema das relações entre o poder temporal e o espiritual, não foi menos categórico que os seus antecessores. Já na **Diuturnum** o famoso Pontífice invoca o ensinamento de S. Paulo de que "o príncipe é o ministro de Deus". E na **Cum Multa** deixou escrito: "Antes de tudo, é oportuno recordar as relações entre o religioso e o civil, pois muitos se enganam por duas classes de êrros opostos. Porque, desejam alguns não só distinguir, senão ainda afastar e separar por completo a política da religião querendo que nada tenha que ver uma com a outra, e julgando que não devem exercer entre si nenhum influxo. Êstes, certamente não se distanciam muito dos que querem que uma nação seja constituida

e governada sem ter em conta a Deus, Criador e Senhor de tôdas as coisas; e tanto mais perniciosamente erram quanto que privam desatentadamente a república de uma fonte caudalosíssima de bens e utilidades".

Na **Humanum Genus**, o mesmo Leão XIII adverte com triste solenidade: "Há muito tempo que se trabalha tenazmente para anular na sociedade tôda a ingerência e magistério da Igreja, e para isso se prega e se pugna dever separar-se a Igreja do Estado, excluindo-se assim das leis e da administração da coisa pública o muito saudável influxo da religião católica, do que se segue a pretensão de que os Estados se constituam fazendo caso omisso dos ensinamentos e preceitos da Igreja". E na **Immortale Dei**, Leão XIII assim se expressa: "Honrem pois, os príncipes, como coisa sagrada o santo nome de Deus, e entre seus primeiros e mais gratos deveres contem o de favorecer com benevolência e o de amparar com eficácia a religião, pondo-a sob o resguardo e vigilante autoridade da lei; nem dêm passo, nem abram a porta a instituição ou decreto algum que ceda em seu detrimento". Na mesma Encíclica está lavrada esta asserção: "sem religião é impossível que sejam bons os costumes em um Estado". E ainda: "Grande êrro e de gravíssimas conseqüências é excluir a Igreja, obra de Deus, da vida social, das leis, da educação da juventude e da família". Na **Sapientiae Christiane** Leão XIII afir-

ma: "A Igreja não pode patrocinar e favorecer aquêles que a hostilizam, desconhecem abertamente seus direitos e se empenham em separar duas coisas por sua natureza inseparáveis, que são a Igreja e o Estado".

Pio XI, o Pontífice que tão corajosa e tenazmente enfrentou tôdas as formas de totalitarismo estatal, numa luta verdadeiramente épica pelos direitos da criatura humana, na Encíclica **Quas Primas** dedicada ao reinado social de Jesus Cristo, diz: "erraria gravemente o que arrebatasse a Cristo Homem o poder sôbre tôdas as coisas temporais, posto que Êle recebeu do Pai um direito absoluto sôbre tôdas as coisas criadas, de modo que tudo se submete a seu arbítrio". E prosseguindo: "Não recusem, pois, os chefes das nações o prestar público testemunho de reverência ao Império de Cristo, juntamente com seus povos se querem, com a integridade do seu poder, o incremento e o progresso da pátria". E ainda: "A peste da nossa idade é o chamado laicismo, com seus êrros e seus ímpios incentivos". Pouco mais adiante: "Em verdade, quando mais se passa em vergonhoso silêncio o nome suavíssimo de Nosso Redentor, assim nas reuniões internacionais como nos parlamentos, tanto mais é necessário aclamá-lo pùblicamente, anunciando por tôdas as partes os direitos de sua real dignidade e potestado". E foi exatamente o que fêz o sr. Plínio Salgado em sua entrevista.

Na Encíclica **Caritate Christi Compulsi** Pio XI lança ao mundo esta divisa de combate: "Por Deus ou contra Deus! Esta é a disjuntiva que deve decidir outra vez a sorte de tôda a humanidade, em política, em economia, na moral, nas ciências, nas artes, no Estado, na sociedade civil e doméstica, no Oriente e no Ocidente, por tôdas as partes assume êste problema cunha decisivo, pelas conseqüências que dêle se derivam". E numa Carta Pontifícia ao Episcopado da Argentina, o mesmo papa afirmou: "os católicos estão obrigados pela lei da caridade social a procurar com todos os seus esforços que a vida da república seja regulada por princípios cristãos".

Pio XII não é menos categórico que seus antecessores na condenação dessa mentalidade laicista, que visa retirar a vida pública do magistério da Igreja. Já ao receber a tiara, na Encíclica **Summi Pontificatus**, Sua Santidade adverte: "o tão decantado laicismo da sociedade, que tem feito cada vez mais rápidos progressos, subtraindo o homem, a família e o Estado ao influxo benéfico e regenerador da idéia de Deus e dos ensinamentos da Igreja, fêz reaparecer ainda em regiões em que por tantos séculos brilharam os fulgores da civilização cristã os os sinais de um paganismo corrompido e corruptor, cada vez mais claros, mais palpáveis, mais angustiosos". E na sua Mensagem de Natal de 1946, Pio XII responsabiliza formalmente essa mentalidade

laicista como plasmadora do totalitarismo estatal: "O velho liberalismo esforçou-se por criar, sem a Igreja ou sem oposição a ela, a unidade baseada na cultura secular e no humanismo secularizado. Aqui e ali, resultou ao mesmo tempo, de sua fôrça destruidora e da reação hostil que despertava, sua substituição pelo totalitarismo. Em uma palavra: que não trouxeram como resultado depois de pouco mais de um século êsses esforços sem a Igreja e a meude contra ela? A liberdade humana sepultada, organizações compulsivas; um mundo que, por sua brutalidade e barbaria, pelo que conseguiu na destruição, porém, sobre tudo por sua trágica desunião e insegurança, jamais havia sido igual".

Acabamos de assistir a um esplêndido desfile de Pontífices, todos êles a afirmarem a perfeita justeza das atitudes e declarações do sr. Plínio Salgado e a condenarem da maneira mais calorosa os êrros funestíssimos dêsses intelectuais que se proclamam "católicos" maritainistas.

Depois das abundantes citações que fizemos dos textos dos documentos papalinos podemos dizer com tôda a segurança que o assunto está esgotado e que aquêles que combatem o Integralismo pelas razões invocadas pelo sr. Fábio Alves Ribeiro, não estão apenas combatendo o Integralismo, mas, sim combatendo os próprios ideais da Igreja, manifestados pela palavra indiscutível dos Vigários de Cristo.

É, exatamente, o que existe de mais indisciplinado no seio da comunidade católica que se ergue com tamanha e tão suspeita virulência contra a doutrina do Integralismo e a pessoa, por todos os títulos, respeitável, do sr. Plínio Salgado.

Quem são, porém, êstes "católicos" maritainistas que querem se arvorar em mentores de todos os fiéis?

Que têm feito êles, nesses últimos tempos, senão desempenhar na nossa sociedade tradicionalmente cristã o papel de "pedra de escandalo"?

Ainda ontem era um Murilo Mendes que se dava à liberdade de enviar um telegrama insultuoso a D. Carlos Carmelo, arcebispo de São Paulo, pelo simples fato dêste admirável prelado haver concitado os fiés a resistirem contra o comunismo.

Mais recentemente, ao tempo da última pugna eleitoral, quando as paixões políticas estavam no seu climax, foi o próprio chefe e mentor dos maritainistas brasileiros, dr. Alceu Amoroso Lima, quem tomava a iniciativa de tentar ferir o prestígio de um bispo virtuoso e severo no cumprimento de seus deveres, enviando-lhe um atrevido telegrama no qual chegou ao disparate de fazer interpelações e traçar normas de conduta àquele prelado, isto depois de acusá-lo sem nenhum fundamento, de facciosismo político em favor de um dos candidatos à presidência da República. E como tal dispautério não

satisfizesse ainda aos seus ardorosos maritainistas, o dr. Alceu achou por bem estampar nos jornais o audacioso telegrama.

E o que tem feito êsse senhor Fábio Alves Ribeiro senão investir, sistemàticamente, com sofismas grosseiros, com aleivosias indignas de um bom católico contra sarcedotes eminentes pelo simples fato dêstes atacarem o comunismo?

Suspeitíssima incoerência esta, a do grupelho de "católicos" maritainistas, em suas atitudes em relação ao bolchevismo e ao Integralismo.

Enquanto pregam e praticam a "política de mãos estendidas" com o comunismo ateu, pregam e praticam a política do coice em relação a um movimento que, segundo a própria confissão do sr. Fábio Alves Ribeiro, peca apenas por excesso de zêlo religioso!

Para o comunismo tôdas as reservas de caridade parecem poucas, no entender dessa gente. Entretanto, para os seus irmãos católicos que são integralistas, êles não têm outros sentimentos que os do ódio e outra atitude que a do achincalhe.

O mais grave, porém, é que êsses bonecos de que o Komintern está se servindo na sua obra demoníaca de cindir as fôrças cristãs e democráticas do nosso país, já não mais escondem a sua intenção perversa, cavilosa, criminosa mesmo, de dividir os católicos, lançando-os uns contra os outros como

anuncia, impudentemente, o sr. Fábio Alves Ribeiro, no seu citado artigo.

Notai bem a opinião católica do Brasil de quem está partindo êsse movimento de cisão na nossa comunidade religiosa. É o sr. Fábio Alves Ribeiro uma das expressões dêsse maritainismo que no Brasil se move sob a batuta do sr. Alceu Amoroso Lima, quem anuncia tão sinistros propósitos, quando ao terminar a sua diatribe contra o Integralismo diz: "É preferível ver os católicos desunidos do que vê-los unidos em torno de uma mentira". A Igreja por nenhum de seus orgãos autorizados condenou o Integralismo, mas ao contrário, tal como reconhece o próprio sr. Fábio Alves Ribeiro, numerosos prelados já deram o seu apôio a êste movimento, cuja doutrina está em perfeita harmonia com os ensinamentos da Igreja, não sendo mesmo fóra de propósito lembrar que alguns livros do sr. Plínio Salgado receberam o "imprimatur" das autoridades eclesiásticas. Com que direito, pois, os sequazes do maritainismo ousam taxar êsse grande movimento de caráter cristão como sendo uma "mentira"?

É que há nisto tudo uma finalidade inconfessável. Procura-se apenas um pretexto para dividir os católicos. O Integralismo é êsse pretexto porque o que importa a certa gente, que a despeito de seu "catolicismo" só vive vomitando frases contra o

"clericalismo", é estabelecer a confusão nos espíritos e a indisciplina entre os fiéis para com seus bispos.

*
* *

As responsabilidades estão, felizmente, definidas.

O Integralismo não recuará da sua missão de lutar pela edificação de uma grande Pátria Cristã.

E se dessa divisão entre os católicos, preconizada pelo sr. Fábio Alves Ribeiro, resultar a ruina do Brasil e alguma catástrofe para a Igreja no nosso país, que a maldição da posteridade caia sôbre a cabeça dos sequazes do maritainismo.

Mas estejam êsses maritainistas bem certos de que a luta ser-lhe-á por demais penosa.

O Integralismo não quer provocar ninguém, mas está disposto a defender-se leoninamente e não vacilará em pôr a público a biografia dos seus detratores, aquêles que acreditam que ainda lhes é permitido jogar a lama da calúnia contra um movimento que tem nas suas entranhas energias insuperáveis. Não será por um falso espírito de caridade que deixaremos de cumprir os nossos deveres indeclináveis para com a Religião e a Pátria.

(in **Idade Nova** — 21-9-1946)

ÍNDICE

Introdução 5

O Manifesto de Recife 13

A. B. Cotrin Neto

Bases do pensamento político integralista 21

San Tiago Dantas

O Integralismo e as classes armadas 57

J. Venceslau Junior

O que significa "revolução integralista" 65

Pe. Helder Câmara

O Integralismo em face do Catolicismo 71

Ernani Silva Bruno

A crise brasileira de autoridade 99

Arnóbio Graça

Govêrno forte 115

Martins Moreira

Realizando a Democracia 129

Antonio Galotti

O Renascimento do Estado 137

Pedro Lafayette

A luta dos fariseus 177

Êste livro foi composto e impresso nas
oficinas gráficas de
FOLHA CARIOCA S.A.
à
Rua João Cardoso, 23
para
EDIÇÕES GRD
em junho de 1958
Rio de Janeiro - Brasil